

WILSON JOSÉ ANTÔNIO DA CRUZ

A Comunidade e os “Produtores da Criminalidade”: Efeitos  
do Convívio

Belo Horizonte

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Abril de 2001

WILSON JOSÉ ANTÔNIO DA CRUZ

# A Comunidade e os “Produtores da Criminalidade”: Efeitos do Convívio

Dissertação apresentada ao mestrado em  
Sociologia da Universidade Federal de  
Minas Gerais, como requisito parcial para a  
obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Cláudio Chaves Beato Filho

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH  
Abril de 2001

## DEDICATÓRIAS

Dedico este trabalho as seguintes pessoas que foram imprescindíveis para a realização do mesmo:

Ele arrastava multidões. Doutores, mestres, graduandos, funcionários; não importava. Ele estava sempre rodeado de gente. Talvez por isso entendesse tanto de “gente”. Dedico este trabalho a quem tinha verdadeira **PAIXÃO** por gente. A quem mais me incentivou a continuar essa trajetória árdua, porém gratificante, que é a acadêmica.

O trabalho intelectual, embora forneça grandes alegrias depois de terminado, é muito doloroso. Principalmente para quem não é escritor. Soma-se a isso o fato de se estar “exprimido” pelo tempo, espectador totalmente indiferente aos nossos momentos de angústia e falta de inspiração. E é nesse momento que a figura de um orientador como Cláudio Beato se faz mais do que necessário, me deixando à vontade para falar “bobagens” sobre a criminalidade. Ainda que tivesse a intenção de cortar páginas e mais páginas, essa liberdade foi imprescindível para a auto-estima de qualquer orientando. Agradeço ao Cláudio que, oscilando entre orientador e educador, sempre se mostrou um amigo.

E meus pais, cujo apoio sempre foi incondicional.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>1</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1 - Metodologia e coleta de dados .....	13
2 - Crime e normalidade – Quetélet e Durkheim.....	19
3 - A comunidade e os bandidos .....	25
3.1- O que é comunidade ? .....	27
3.2 - Os processos do controle social comunitário .....	32
3.3 - A natureza teórica do problema.....	36
<b>AS MODIFICAÇÕES NO MODELO DE SHAW E MCKAY .....</b>	<b>39</b>
4 - Felson e a cotidianidade do crime .....	50
4.1 - As limitações dos dados existentes.....	53
4.2 - Os criminosos são realmente brilhantes e ousados?.....	57
5 - Crime e classe social .....	60
6 - O crime e os teóricos da escola de Chicago .....	65
6.1 - As principais proposições do interacionismo simbólico .....	75
7 - O estado e as favelas.....	79
7.1 - Favela: um problema de política ou um problema de polícia?.....	85
8 - Vila CEMIG e conjunto esperança vistos de dentro .....	99

9 - A natureza empírica do problema.....	111
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>140</b>

**301 Cruz, Wilson José Antônio**

C957c A comunidade e os “produtores da criminalidade” [manuscrito] : os efeitos  
2001 do convívio / Wilson José Antônio Cruz.-2001.

153 f.

Orientador : Cláudio Chaves Beato Filho.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1.Sociologia – Teses. 2. Classes sociais– Teses. 3. Criminalidade urbana -  
Teses. I.Beato Filho, Cláudio Chaves . II. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

## RESUMO

Pretendemos analisar as condições sociológicas e sociais que propiciaram uma dada interpretação do comportamento criminoso por parte dos moradores do Conjunto Esperança e Vila CEMIG. Assim, tentando argumentar que o comportamento criminoso não só é comum como também é muito cotidiano, mostramos que não existe uma relação causal com classe social.

Mas apesar de não ter uma relação causal com pobreza, foi a criminalidade que chamou a atenção das autoridades para as favelas que, desde a década de 40 do século passado, eram vista como o “covil de criminosos”. Esse estereótipo da favela volta à cena a partir da década de 80 com o advento do tráfico de cocaína e mais uma vez a identidade do favelado é “construída” em torno da idéia das favelas como um “problema de segurança pública”.

Enquanto isso, dentro das favelas, moradores e bandidos desenvolvem “estratégias de sobrevivência”. E tanto o comportamento dos moradores são limitados pela presença dos “produtores da criminalidade” quanto o comportamento desses atores também é limitado pela presença de uma população que impõe seu ritmo de vida de forma a tencionar a linha tênue que separa os estilos de vida de moradores e bandidos que dividem um mesmo espaço físico e social. Tênué porque o julgamento dos atos criminosos pelos moradores não está subordinado à códigos penais e sim aos sentimentos de honra masculina, de pertencimento a um “pedaço” ou à crença em uma justiça que, tardia ou não, se cumpriu.

## INTRODUÇÃO

Nesta dissertação temos como objetivo discutir e descrever as relações desenvolvidas entre os chamados “produtores da criminalidade” e os moradores da Vila CEMIG e Conjunto Esperança, localizados na região do Barreiro em Belo Horizonte. E o que nos inquietou foi à percepção de uma ambigüidade na interação entre moradores e “bandidos”. Assim, se esta interação estava pautada, por um lado, no temor (dos moradores) e no poder (dos bandidos), por outro e de um modo geral, estava também permeada por sentimentos de respeito e “admiração” mútuos. A convivência desses atores pareceu-nos um tanto fascinante, exatamente devido à aparente falta de clareza sobre o que seria o “cimento” dessa interação que se baseia no temor, no respeito, na admiração e no ódio. Tentaremos perceber é como atores, com projetos e estilos de vida tão diferentes, conseguem dividir um mesmo espaço físico e social; como estabelecem “estratégias de convivência” na estruturação de seu cotidiano e, conseqüentemente, como pensam o comportamento criminoso através das informações obtidas nesse cotidiano.

E, á primeira vista, o que nos chamou a atenção para essas Vilas foram as supostas conseqüências da resolução de um problema que a administração do então prefeito Patrus Ananias enfrentava: para onde remover uma comunidade inteira que estava morando em uma área de risco - o lixão - que poderia explodir a qualquer momento?

Entretanto, aquilo que parecia ser a “resolução” de um problema transformou-se em outro, de proporções tão colossais quanto o primeiro: o problema da “acomodação” de uma comunidade( os antigos moradores do “lixão”) à outra (Vila CEMIG).

Nesse sentido, a questão que nos chamou atenção foi tentar perceber, à luz da Teoria da Desorganização Social e principalmente de suas reformulações posteriores, como se deu essa “acomodação” e quais os efeitos dessa acomodação entre e dentro das comunidades.

Na intenção de perceber melhor essa interação entre moradores e bandidos, achamos por bem iniciar discutindo o comportamento criminoso no que diz respeito à sua normalidade e cotidianidade. Assim, baseado em A Quetélet e Durkheim, tentaremos argumentar que o comportamento criminoso não só é normal (para uma dada organização social), como é útil (dado ao alimento que o seu ritual punitivo produz para a consciência coletiva da sociedade).

Posteriormente tentamos “sugar” da Teoria da Desorganização Social aquilo que poderia nos possibilitar pensar a relação tensa e problemática entre moradores e bandidos. Exploramos aqui a natureza teórica do problema comunidade/produtores da criminalidade, na intenção de usar as reformulações da Teoria de Clifford Shaw e Henry Mckay para se entender essa relação comunidade/bandido. Sabemos que mesmo que o comportamento criminoso seja normal, suas conseqüências serão específicas em cada espectro social.

O que tentaremos argumentar baseados em M. Felson. Através de dados do NCVS (Survey Nacional de Crimes de Vitimização) e UCR (Uniform Crime Report), que são os crimes relatados à polícia, ele desmistifica a idéia corrente do criminoso enquanto pertencente a um grupo de indivíduos “treinados” ao longo de uma “carreira” para cometer crimes ousados e mirabolantes.

Mas uma questão que se coloca é: se o comportamento criminoso é algo tão normal quanto cotidiano, por que haveria então essa “ligação” quase que automática feita pelo senso-comum entre comportamento criminoso e classe social? É o que procuraremos discutir em seguida, com a intenção de mostrar que os dados sobre criminalidade não apresentam uma relação de causalidade entre crime e pobreza e, por isso, não há porque supor que a pobreza seria a variável explicativa para o comportamento criminoso.

Pensamos que talvez a Teoria da Desorganização Social possa nos ajudar a entender quais as possibilidades de uma comunidade específica (na verdade duas: Vila CEMIG e Conjunto Esperança) se auto-regular e constranger comportamentos indesejáveis de seus membros. Por isso, tentaremos mostrar as origens da Teoria da Desorganização Social na Escola de Chicago. Passamos em revista alguns dos principais pressupostos da abordagem do Interacionismo Simbólico, na qual a teoria se apóia. Isto porque a nossa suposição é a de que a estruturação conjunta de um cotidiano entre moradores e bandidos produzirá também formas muito específicas de explicação do comportamento criminoso por parte dos moradores da Vila CEMIG e Conjunto Esperança.

Em seguida, tentaremos fazer um trajeto histórico e perceber o porquê das favelas terem sido e continuar sendo o alvo principal da vigilância das agências encarregadas de impor a lei e a ordem. Parece que foi as atividades dos “produtores da criminalidade” que moram nas periferias que chamou a atenção das autoridades para os moradores de favelas, favelas essas que, desde a década de 40 do século passado, dependiam das definições que as elites intelectuais e políticas faziam delas para ter a intervenção do Estado.

Sabemos que o uso abusivo de força e outros atos discriminatórios contra as populações marginalizadas constituem fenômenos universais, como bem coloca LEEDS (1998). Mas é também óbvio que as conseqüências desses atos variam de acordo com as “saídas” disponíveis para as populações que são obrigadas a conviver com os bandidos. Não estamos, com isso, querendo insinuar que moradores e bandidos se aliam contra as elites que têm o poder de rotulá-los. Mas parece que a descrença na legitimidade dessas elites faz com que moradores e bandidos desenvolvam “estratégias de sobrevivência” que independem do uso da estrutura política e jurídica. Assim, no terceiro capítulo, tentando perceber, de forma ainda panorâmica, o cotidiano desses atores, adentramos nesse mundo social peculiar para visualizá-lo de dentro. Tentaremos então descrever a dinâmica da convivência entre moradores e bandidos do ponto de vista de um observador para, no quarto e último capítulo, apresentar as formas com que eles mesmos se descrevem, quais as variáveis explicativas que eles utilizam para o comportamento criminoso e como eles utilizam essas variáveis para estruturarem seu cotidiano. E nesse sentido, a questão que se coloca é como a Teoria da Desorganização Social, na sua versão reformulada, pode nos ajudar a lidar com as variáveis explicativas que os moradores utilizam. Acreditamos que, apesar de suas limitações, a Teoria da Desorganização Social pode nos ajudar a pensar “as estratégias de convivência”, desenvolvidas coletivamente por moradores e bandidos; estratégias essas que promovem uma certa previsibilidade tão necessária à estruturação do cotidiano e à qualquer ordem social.

Posteriormente, adentraremos no “universo da favela” e tentaremos descrevê-lo de dentro; tentaremos perceber o cotidiano dos moradores da Vila CEMIG e Conjunto

Esperança para “captar” a forma com que eles (moradores e bandidos) constroem uma previsibilidade que possibilite a ordem social interna.

E, por fim, discutiremos o problema de natureza empírica e descritiva, no qual estaremos nos orientado para a identificação das variáveis explicativas que os moradores utilizam para o comportamento criminoso e, com isso, qual seria a dimensão moral de “comportamento criminoso” estaria expressa nas falas dos moradores da Vila CEMIG e Conjunto Esperança.

## 1 - Metodologia e coleta de dados

Estaremos analisando, nesse trabalho, duas comunidades localizadas na região do Barreiro em Belo Horizonte: A Vila CEMIG e o Conjunto Esperança. E a escolha dessas duas comunidades não foi por acaso. Primeiro porque, através de informações junto a um órgão ligado à prefeitura- URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte) - descobrimos a peculiaridade da história do Conjunto Esperança. Ele foi fruto de um forte movimento social que pressionou a administração do então prefeito Patrus Ananias a construí-lo, removendo moradores da área de risco do antigo “lixão” para as proximidades da Vila CEMIG. Esses moradores, que até então viviam em um antigo aterro sanitário localizado no bairro Nova Granada, com um perigo constante de explosão devido aos gases produzidos pelo lixo orgânico, têm agora a oportunidade de morar em um Conjunto planejado pelos técnicos da prefeitura e livre dos riscos de explosão.

Posteriormente, ainda através do mesmo órgão da prefeitura, descobrimos que diversas famílias que fizeram parte dessa remoção haviam abandonado suas casas dois anos depois devido à criminalidade e à rivalidade entre as *gangs* do recém criado Conjunto Esperança e Vila CEMIG. Assim, muitas famílias preferiram ir morar de favor em casa de parentes em outros bairros a ficar em suas casas próprias e verem, mais cedo ou mais tarde, os filhos serem dizimados devido à guerra entre as duas *gangs*. Um outro aspecto que nos chamou a atenção para essas duas Vilas foi a constatação, através de dados fornecidos pela polícia militar, de que a Vila CEMIG e Conjunto Esperança estavam, em 1999, entre as c favelas com as mais altas taxas de homicídios (além da Vila Cafezal e Alto Vera Cruz).

Posteriormente, descobrimos, através do um banco de dados do CRISP-UFMG (Centro de Estudo em Criminalidade e Segurança Pública) que a Vila Cafezal, Alto Vera Cruz e a Vila CEMIG estavam entre as favelas com o maior número de pessoas que ganham até um salário mínimo, com 4033, 2503 e 522 respectivamente. E embora esse número possa parecer pequeno para a Vila CEMIG, vale lembrar que sua população também é uma das menores. O Cafezal tem uma população de 33.588, o Alto Vera Cruz tem uma população de 27.616, enquanto que a Vila CEMIG tem uma população de 5.385. Infelizmente, os dados que obtivemos do Conjunto Esperança em termos de população e renda não foram muito consistentes. Mas acreditamos que sua população seja no máximo a metade da população da Vila CEMIG.

Assim, de posse dessas informações, elaboramos um roteiro de entrevista semi-estruturada com questões que tentassem apreender aspectos das relações entre moradores/moradores e moradores/bandidos dentro de cada comunidade e entre essas comunidades. Dessa forma, a escolha da amostra do universo pesquisado se deu a partir de critérios muito simples: os entrevistados deveriam morar há pelo menos cinco anos no bairro e ter parentes morando no bairro. Durante oito meses (de agosto de 1999 a abril de 2000) observamos e conversamos com moradores da Vila CEMIG e do Conjunto Esperança, sendo que 27 pessoas, entre líderes comunitários e moradores, foram entrevistadas.

Como estávamos preocupados em tentar captar as percepções dos moradores sobre a criminalidade e o comportamento criminoso através de questões que apreendesse atitudes e comportamentos sobre criminalidade, pensamos em uma amostra baseada em critérios que permitissem uma representação social dos moradores da Vila CEMIG e Conjunto

Esperança. Que permitissem uma amostra de expressão de opinião pública; onde os informantes estariam se colocando em evidência através das entrevistas e falando em nome da coletividade. Os entrevistados estariam expressando um discurso que, de certa forma, representa uma expressão de opinião pública. A idéia seria tentar perceber como essa coletividade age em função do ambiente que percebem, a que deve fazer frente.

Entretanto, por serem questões sobre as quais possivelmente os entrevistados nunca tiveram que opinar publicamente antes, essas opiniões podem estar carregadas de aspectos que são considerados "politicamente correto", omitindo assim aspectos de cunho mais individual, mais íntimo, enfim, aquelas opiniões que revelaríamos apenas para os amigos mais íntimos. Mas mesmo assim, e talvez por isso mesmo, seria interessante tentar perceber nessas falas, como é que a visão do crime e do criminoso foi construído socialmente e, principalmente, como que essa construção social da maneira de pensar o crime estaria influenciada pela aproximação física e social de moradores e os "produtores da criminalidade". E nesse sentido, pensamos que a captação desses aspectos seria conseguido a partir do momento que os entrevistados:

- a) morassem na comunidade há, no mínimo, 5 anos;
- b) deveria também ter a família morando no local e,
- c) uma parte desse universo deveria ser algum tipo de liderança (pastor, evangélico, padre, seminarista, presidente de associação comunitária). Pensamos que, por se tratar de lideranças, em alguma medida essas representam algum "modo de

pensar” dos moradores; têm alguma legitimidade para falar em nome dos moradores.

Não quer isso dizer que cada morador individualmente pensa da mesma forma que essas lideranças, mas que, de alguma maneira, elas conseguem aglutinar um número significativo de pessoas em torno de uma “maneira de pensar” que atenda à algumas expectativas daqueles que se propõem a ser liderados. Ou seja, de um modo geral, parece que essas lideranças são capazes de representarem a população socialmente, na medida em que, em alguns casos, são lideranças eletivas, e mesmo nos casos em que não o são, conseguem mobilizar um número significativo de pessoas; quer seja pelo caráter carismático; quer seja pelo caráter populista que acompanha esse carisma, ou simplesmente por ser alguém que esteja disposto a assumir o ônus de liderança por um simples sentimento de altruísmo. Neste caso, a legitimidade parece está no fato de que, dentre um grande número de pessoas, apenas uma se prontificou a assumir os custos (críticas, cobranças, estar em evidência, prestar contas) de se estar falando em nome de um grupo de fiéis, de moradores ou de alunos.

Nesse trabalho, procuraremos, em primeiro lugar, tentar conhecer os comportamentos, opiniões e maneiras de pensar dos moradores da vila CEMIG e Conjunto Esperança em relação à criminalidade; talvez a posição entre estado e bandidos em que esses moradores se encontram influencie seus modos de pensar o crime, levando-os a exprimi-lo de forma específica.

Pode ser que o “modo de pensar o crime” de outros estratos sociais não tenha nenhuma relação com “o modo de pensar o crime” dos moradores da Vila CEMIG e Conjunto Esperança. Isto é um aspecto que precisaria ser averiguado mais detidamente em um

outro trabalho de pesquisa, que poderia ser uma extensão deste. Entretanto, aqui, abordaremos apenas as percepções em relação à criminalidade de um estrato social específico e, mais ainda, de uma comunidade específica. Para tanto, partamos do princípio de que os moradores dessas regiões estão homogeneizados pela posição que ocupam entre o Estado, via instituição policial e políticas públicas (além de outras instituições estatais das quais eles deveriam ser clientes) e os chamados “agentes produtores da criminalidade, isto é, os agentes que estão envolvidos nas ações criminosas de uma forma mais direta. Essas limitações organizacionais compoariam uma condição de similitude para os indivíduos de uma mesma camada sócio-econômica, cuja existência seria necessário averiguar, sobretudo, através da fala dos moradores, visto que esses são a parte mais vulnerável dessa tricotomia Estado-população-produtores da criminalidade, e das lideranças que, em alguma medida, são porta-vozes da população local, tanto pelo fato de serem lideranças, quanto pelo fato de fazerem parte de uma mesma camada social a que os moradores pertencem.

Não acreditamos, evidentemente, que os 27 entrevistados sejam uma amostra estatisticamente representativa daquela população e, por isso mesmo, não temos a pretensão de fazer inferências sobre comportamentos e atitudes de uma dada classe social. Nossos entrevistados não têm uma significação estatística. A nossa preocupação foi, basicamente, tentar conseguir uma representação social. E mesmo assim, de um local específico. O que tentamos fazer foi usar os próprios moradores como os “teóricos da criminalidade”, no sentido de captar como esses atores pensam o comportamento criminoso a partir de um fato concreto: a necessidade de terem que dividir um mesmo espaço físico e social com os chamados “produtores da criminalidade”. Talvez essa

necessidade faça com que a comunidade tenha opiniões e comportamentos muito específicos em relação ao comportamento criminoso. É possível que essa necessidade faça com os moradores julguem os comportamentos criminosos a partir de critérios que não sejam necessariamente subculturais (visto que, pelo menos aparentemente, as explicações do comportamento criminoso parecem coerentes com as do senso comum), mas que também considerem essa “produção coletiva de estratégias” de convivência entre moradores e bandidos.

Estaremos usando a Teoria da Desorganização Social como marco teórico para tentar compreender esse universo, embora tenhamos consciência de que a Teoria da Desorganização Social tem muitos pontos polêmicos e, por isso mesmo criticáveis. E talvez não seja necessário listar aqui todas as críticas dirigidas a ela. Mas acreditamos que um dos muitos resultados frutíferos dessas críticas seja a preocupação de seus adeptos em reformulá-la. Assim, talvez a abordagem sistêmica da teoria, principalmente os níveis privados e paroquiais de controle, possa nos ajudar a entender como é possível esse “arranjo” de convivência desenvolvido entre moradores e bandidos nas periferias sociais, em que as noções de crime, lei e moral sejam construídos baseados em categorias que se mesclam para formar uma rede social também muito específica.

## 2 - Crime e normalidade – Quetélet e Durkheim

Existe um certo consenso entre a maioria dos autores que trabalharam a temática da criminalidade que é a universalidade do crime. E poderíamos acrescentar à essa universalidade o seu caráter de "normalidade", cuja base seria o produto de uma dada organização social (Quetélet 1987) ou o teor benéfico para a consciência coletiva. Nesse sentido, o fenômeno torna-se necessário à ritualização que alimenta essa consciência coletiva (DURKHEIM, 1995).

Alegando que o crime era resultado de uma dada organização social, Quetélet originou a concepção do crime como um fenômeno normal. Assim, contrário a Durkheim que, posteriormente, vai buscar a explicação da normalidade nos estágios de desenvolvimento da sociedade, Quetélet concebe essa normalidade como algo “estático”, independente dos processos de evolução da sociedade.

Nesse sentido, o que importa identificar são as regularidades, que são idênticas às regularidades encontradas no mundo natural. Elas poderiam ser apreendidas através do cálculo estatístico. O que o autor procurava era uma “mecânica social”, cuja apreensão tinha como obstáculo, não as limitações metodológicas, mas a escassez de dados.

O raciocínio de Quetélet é que, sendo regido por leis semelhantes às leis naturais, o crime poderia ser observado estatisticamente, através da constatação do perfil da população criminosa. Perfil esse que seria homens jovens, pobres, pessoas pouco instruídas, desempregados e mal empregados; ou seja as pessoas com esse perfil estariam mais

propensas a cometer crimes. Contudo, é importante ressaltar que o autor rejeita a associação entre pobreza e criminalidade. Segundo ele, a presença da pobreza ou ausência de educação não seriam fatores causais suficientemente fortes como poderiam parecer. O que poderia influenciar é o tipo de educação; sendo que uma educação mais voltada para uma moralidade teria um efeito mais positivo. Um fator muito mais perturbador seria as desigualdades sócio-econômicas.

A conclusão a que Quetélet chegou é que este fenômeno é uma característica inerente a tipos de organização social. A sociedade em si mesma seria causadora do crime; toda organização social demandaria um número determinado de crimes anuais de diversos tipos e isto nada mais seria do que uma consequência da própria organização social.

Contudo, se analisarmos a criminalidade do ponto de vista Durkheimiano, observaríamos as características externas comuns do crime (provoca sanções organizadas contra o autor do crime; um ritual punitivo, que é comunicativo de que a sociedade existe e está atenta aos valores) e concluiríamos que o crime é um atributo da sociedade e não do indivíduo. E nesse sentido as características psicológicas e sociológicas do criminoso são irrelevantes para se entender o crime, já que ele é um atributo societário. Assim, refazendo os caminhos de Durkheim, concluiríamos, assim como ele, que o crime é um tipo de ação que agride toda a sociedade. E quando as taxas de crime não estão relacionadas ao estágio de desenvolvimento atingido pela sociedade, então esse fenômeno se mostra patológico.

É importante, primeiramente, deixar claro que, para Durkheim, a normalidade de um fato social está intimamente relacionada com um dado desenvolvimento a qual o fato social se refere; ou seja: "Um fato é normal para um tipo social determinado, considerado numa fase determinada de seu desenvolvimento, quando ele se produz na média das sociedades

dessa espécie, consideradas na fase correspondente de sua evolução (Cf. DURKHEIM, 1995, p. 65). Assim, o crime seria considerado normal, a partir do momento em que ele condiga com o desenvolvimento da sociedade, ou seja, a partir do momento em que o crime prende-se às condições de vida coletiva.

Contrário à análise de Quetélet, Durkheim acha que não será através da sensibilidade ou da anatomia das pessoas que se encontrará explicação para o crime. E mais, segundo ele, nunca a experiência clínica conseguiu observar uma tendência doentia do espírito num estado de verdadeiro isolamento que pudesse explicar o crime de forma científica. Além disso, Durkheim não acredita na explicação dos fenômenos sociais pelos relatos dos indivíduos; ou mesmo em explicações centradas na sensibilidade das pessoas. Isto porque não há como saber se as pessoas estão falando a verdade sobre os verdadeiros motivos de suas ações.

Para Durkheim as taxas de óbitos, as de suicídios, e, por extensão, as de criminalidade, expressam fenômenos sociais, cuja explicação das variações devem basear-se em causas sociais; considerando a população masculina e a feminina; e as regularidades absolutas desses fenômenos. Assim, Durkheim diria que o crime tem todas as propriedades do fato social: regularidade, constrangimento, exterioridade. Daí, o fato de haver taxas maiores de crimes entre a população masculina, pôr exemplo, pode se dever às formas diferenciadas com que esse fato social penetra os indivíduos de cada sexo. O que importa, segundo Durkheim, é perceber esta regularidade social, o seu caráter social, suas nuances.

Dessa forma, para Durkheim, toda sociedade tem um taxa específica de suicídios e crimes, sendo que ambos os fenômenos são “fatos sociais”. E como tais, tanto a

regularidade quanto os desequilíbrios devem ter suas explicações em causas sociais; seus efeitos, que são sociais, devem ter causas também sociais.

Os tipos de crimes que interessariam a Durkheim então são apenas aqueles que estão ligados ao temperamento moral da sociedade, cujo caráter sociológico se capta através das estatísticas, ou seja, Durkheim parte do todo para chegar às partes. O que importa é atingir as causas para descrever as conseqüências; o que faz com que seja descartada qualquer explicação psíquica ou biológica de sua análise. Assim, segundo ele, se os motivos presumidos do suicídio, assim como os do crime, tivessem a contribuição alegado para o fenômeno, como se explicaria a eficácia desses mesmos motivos em épocas, lugares e indivíduos diferentes? Logo, segundo ele, somos forçados a concluir que essas causas alegadas para o suicídio, e, por extensão, para os crimes, estão elas mesmas, na dependência de um estado mais geral, sendo que essas próprias causas presumidas são reflexo desse estado geral. Assim, seguindo a linha de raciocínio de Durkheim. É esse estado que deve ser o centro das investigações, visto que é ele que faz com que tais desculpas para o suicídio e para o crime se tornem mais ou menos suicidógenas ou criminosas. E embora a taxa social de crimes seja um fenômeno misterioso, é também bastante regular e explicável, devido ao seu caráter social.

Percebemos então, na análise durkheimiana, uma refutação das explicações que atribuem o crime à euforia, ao alcoolismo, à raça, à hereditariedade, à anatomia humana ou à qualquer outro fato isolado. Ele quer dizer que a sociologia não trabalha com coincidências, mas com correspondências; com a relação de causa e efeito, sendo que para cada causa tem-se um efeito que lhe é correspondente.

É evidente que a análise da normalidade do crime feita por Durkheim teve um grande avanço em relação à análise de Quetélet, que via a sociedade como um mero agregado de indivíduos e, por isso, acreditava que o comportamento criminoso pudesse ser banido definitivamente a partir do momento em que se prendesse os criminosos. Através de uma educação que privilegiasse o aspecto moral, difundiria-se as qualidades do **homem médio**.

Entretanto, apesar desse avanço na análise de Durkheim, ainda temos dificuldades em lidar com o crime enquanto um fato social (com suas regularidades, exterioridades e constrangimentos) quando tentamos perceber a influência do comportamento dos "agentes produtores da criminalidade" no cotidiano dos moradores de favelas, que por motivos econômicos, de parentesco ou religioso são obrigados a dividir um mesmo espaço físico e social com esses agentes. Qual seria, neste sentido, os mecanismos que, por meio da interação entre "criminosos" e honestos, minam, de um lado, a reprovação do comportamento criminoso e, por outro lado, limitam esse mesmo comportamento. Talvez os teóricos da Escola de Chicago forneçam melhores instrumentos teóricos para pensarmos a influência dessa interação cotidiana entre moradores e "produtores da criminalidade". Nesse sentido, os termos "Desorganização social" e "definição da situação" desenvolvidos pelos teóricos da Escola de Chicago serão explorados, como marco teórico, para pensarmos a nossa problemática.

E se o indivíduo age em função do ambiente que percebe, da situação a que deve fazer frente (Cf. COULON, 1995. p. 40), pensamos então que seria interessante levar em consideração o significado do comportamento criminoso para uma comunidade

específica; como os moradores de uma região específica "definem a situação" frente a um ambiente específico.

### 3 - A comunidade e os bandidos

As teorias sociológicas têm se caracterizadas por um cíclico histórico. Na primeira parte do século 20, por exemplo, houve uma ênfase no comportamento de grupo. Por isso, a comunidade, assim como atividades de *gangs*, formam um componente conceitual integrado em muitos desses trabalhos. Porém, cresce o interesse em teorias do controle sócio-psicológico (BURSIK e GRASMICK, 1993).

Mas o pêndulo começa a mudar de direção e o foco agora está na dinâmica comunitária; na rotatividade e heterogeneidade de pessoas dentro da comunidade. Assim, aumenta o foco na rede básica de associação comunitária e sua influência no comportamento; assim como as implicações dessas relações para o controle do crime e da delinquência.

Os estudos iniciais foram conduzidos pelos pioneiros em pesquisas de comunidades (Clifford Shaw e Henry Mckay)<sup>1</sup>. Por isso, pareceu natural que a base dos esforços iniciais foi a teoria da DESORGANIZAÇÃO SOCIAL de Shaw e Mckay.

Contudo, apesar de o arcabouço ecológico implicar que áreas urbanas são caracterizadas pelo sistema de interdependência comunitária, o papel do relacionamento externo à comunidade na geração e controle do crime recebe um papel muito reduzido na teoria da desorganização social (GRASMIK, 1998).

---

<sup>1</sup> Cf. COULON, 1995.

Mas, a questão que se coloca é como o comportamento tido como criminoso pode ser influenciado por estruturas formais e informais de associações existentes dentro da comunidade? E é isto que tentaremos perceber nas falas dos moradores de uma comunidade específica, que vivem o dilema de ter que desenvolver mecanismos para controlar o comportamento criminoso de "produtores da criminalidade" cuja origem é proveniente dessa mesma comunidade.

Para tanto, estaremos baseados em:

- a) do ponto de vista empírico, em dados obtidos através de um roteiro de entrevista semi-estruturado aplicado em 27 moradores e líderes comunitários da Vila CEMIG e Conjunto Esperança;
- b) do ponto de vista teórico, nos conceitos de Desorganização Social de Shaw e McKay e nos conceitos de comunidade, controle sistêmico e crime desenvolvidos por Bursik e Grasmick.

Nesse sentido, pensamos que as definições de comunidade, controle sistêmico e crime, enquanto uma re-leitura do conceito de Desorganização Social, formam um arcabouço teórico que pode nos ajudar a pensar e a entender as formas de sobrevivência elaboradas por moradores e traficantes da Vila CEMIG e Conjunto Esperança. Tais formas de sobrevivência se fizeram necessárias, por um lado, para os moradores, face aos déficit de direitos civis e políticos originários tanto da identidade de "favelado" (que sempre dependeu, por um lado, das ideologias que, desde a década de 40 do século XX, norteavam as políticas públicas direcionadas às favelas do país), quanto dos constrangimentos impostos pelos "produtores da criminalidade". Por outro lado, o

desenvolvimento de mecanismos de sobrevivência também se fez necessário para esses "produtores da criminalidade", no intuito de conseguir um mínimo de resistência da população às suas atividades e, em alguns casos, até admiração da população.

### 3.1- O que é comunidade ?

Embora não exista um consenso na sociologia sobre o conceito de comunidade, alguns aspectos básicos para se falar em comunidade são fundamentais: uma área fisicamente pequena dentro de uma área maior e com pessoas habitando. É preciso também que haja uma vida coletiva que seja inerente a uma rede de relações sociais entre esses residentes, além de um cenário institucional que abarque toda essa rede. Isto é, a comunidade é habitada pôr pessoas que se percebem com interesses comuns. E, finalmente, comunidade tem uma identidade tradicional e contínua sobre o tempo (GRASMICK e BUIRSIK,1993. p. 6).

Os sociólogos americanos, fascinados com as origens sociais da vida comunitária, tentaram buscar explicação na competição como uma forma fundamental de interação que estaria determinado a distribuição espacial da população. E o trabalho de PARK e BURGESS (1924)<sup>2</sup>, foi um suporte considerável na discussão da competição como forma fundamental de interação social determinando a distribuição territorial da população. A chave dessa competição chocou contra a liberdade de ocupação e controle

---

<sup>2</sup> Cf. COULON, 1995.

da escassez espacial. Seria algo similar ao que aconteceu com as plantas e os animais na luta pela sobrevivência, numa discussão que se aproxima da discussão de Darwin em "A origem das espécies". Por isso, tal concepção foi rotulada de "ecologia humana"<sup>3</sup>. Eles argumentam então que a "ordem biótica" existente reflete a dinâmica da competição e, como consequência, resulta em certos padrões de ocupação do espaço físico pelas pessoas. Assim, no mercado imobiliário, o preço das habitações refletiria a demanda por propriedades particulares ou áreas nas cidades. Os consumidores poderiam mudar de residência quantas vezes desejassem, desde que sua renda permitisse.

Essa linha de raciocínio, segundo Bursik e Grasmick, é melhor refletido naquilo que Burgess chamou de zonas concêntricas em sua "teoria da estrutura urbana". De acordo com esse argumento, os terrenos mais desejáveis e por isso mais valorizados, são aqueles pontos onde as linhas de transportes convergem. É geralmente o centro da cidade, onde se concentra a maioria das atividades comerciais da cidade. Como resultado, as áreas em volta do centro comercial foram as menos atrativas, atraindo, principalmente imigrantes. E essas áreas menos atrativas se caracterizaram por uma alta taxa de população rotativa, uma vez que os residentes saíam tão logo que as condições econômicas permitiam. Essa rápida transição de população dificultava o fortalecimento da ligação entre os residentes e era muito difícil controlar o movimento de residentes indesejáveis para a área. Por isso, essa população foi caracterizada também por uma população muito heterogênea.

Burgess e Park chamaram esse dinamismo de "ordem moral". Essa ordem refletiu problemas de acomodação ou articulação dos grupos dentro das comunidades. O contato

---

social entre os grupos que iniciavam essa acomodação foi sentida como criando simpatias, ou prejudiciais, e relações que complicavam e controlavam a competição pelo espaço desejável. Mas a crítica que Bursik e Grasmick fazem ao argumento dos autores é que ele deu à dinâmica cultural e simbólica um papel decididamente secundário em relação à "ordem biótica". Como resultado, a dimensão moral da vida urbana não tem espaço na teoria da ecologia humana. A comunidade foi considerada como o resultado do movimento seletivo de populações dentro das áreas, associadas à grupos ocupacionais, culturais ou econômicos particulares. Em outras palavras, cada comunidade teria se diferenciado umas das outras por funções características em um complexo econômico da vida na cidade.

Além da suposição de que tais áreas naturais inicialmente levantam base para a competição dentro do mercado imobiliário, a segunda característica é a suposição de que a comunidade tem um caráter dinâmico. Burgess argumenta que a expansão física foi uma característica central da vida urbana moderna. Por isso, existe uma tendência para a centralização de populações em áreas geográficas ser seguida por períodos de descentralização, com uma espécie de "migração" dentro de comunidades, sendo que essa tendência é usada para estudar a dinâmica de mudanças na composição étnica e racial de comunidades (Cf. BURSİK e GRASMICK, 1993).

Essa idéia de área natural continua influenciando o campo da sociologia urbana, e muitos estudos de comunidades e crime usam os limites de áreas naturais de Chicago para analisar comunidades locais. Porém, diversas críticas têm sido feitas aos resultados. A primeira diz respeito à suposição de que comunidades se desenvolvem baseadas em um mercado dinâmico de competição. Muitos escritores observaram que a ocupação dos

espaços não foram tão "natural" assim. A manipulação do mercado imobiliário das comunidades não foi determinado apenas pela iniciativa privada. O Estado foi uma peça importante nesse processo. Além disso, os incentivos para construção e desenvolvimento dentro de algumas comunidades não foram necessariamente algo que ocorreu apenas no passado. Tais incentivos também têm sido usados para influenciar a mobilidade entre comunidades.

A segunda crítica, em relação às "áreas naturais" e à "ordem biótica" diz respeito à relativa negligência com que a tradicional ecologia humana tem identificado a "comunidade" ora com fatores culturais, ora com fatores simbólicos. PARK e BURGESS (1920) sustentam que o processo ecológico que dividiu a estrutura comunitária da cidade resultou no desenvolvimento de limites sociais que organizou todo mundo em "guetos de identidade", com senso de solidariedade e sentimento de cooperação, ou seja, essa dinâmica ecológica seria intercalada com resultados simbólicos que refletiam mudanças na distribuição espacial e econômica da população e a tendência dos grupos se auto-definirem e se auto-diferenciarem uns dos outros grupos. Mas HUNTER (1974)<sup>4</sup>, apresenta evidências da falta de clareza dos critérios usados para a definição de "comunidade" usados nesses estudos. Ele coloca que em algumas áreas dos Estados Unidos 206 comunidades menores, porém significativas, estão incluídas dentro das 75 comunidades definidas oficialmente. Assim, não é possível, segundo HUNTER (1974), falar de comunidade enquanto uma área institucionalmente limitada, com nomes e identidades reconhecidas oficialmente. Isto porque em algumas cidades, como Chicago, as comunidades nominais e as comunidades limitadas oficialmente podem coincidir. Mas

---

<sup>4</sup> Cf. BURSICK e GRASMICK, 1993. p. 10.

existem muitas comunidades limitadas dentro de um mesmo espaço urbano, fazendo com que os residentes vivam em diversas comunidades simultaneamente, embora os limites oficiais não coincidam uns com os outros.

Tais considerações podem clarear o porquê da dificuldade de se chegar a uma definição simples de comunidade. O fato é que existe uma grande variação do modo como "comunidade" tem sido operacionalizado em pesquisas, e conscientes das tais diferenças na definição de comunidade, sabemos que os resultados das análises são particularmente dependentes do tipo de definição usada.

Nós preferimos usar o termo "comunidade" no sentido de uma área fisicamente pequena dentro de uma área maior e com pessoas habitando. Onde haja uma vida coletiva inerente a uma rede de relações sociais entre os residentes, e onde exista um cenário institucional que abarque toda essa rede. Usaremos, assim, o termo "comunidade" como sendo uma área habitada por pessoas que se percebem com interesses comuns (BURSIK e GRASMICK, 1993. p. 6). Mesmo que os indivíduos sejam de raças e etnias diferentes e tenham também credos diferentes. Isto porque, não há porque supor que o controle social tenha que surgir de mecanismos que implique um consenso normativo e moral.

### 3.2 - Os processos do controle social comunitário

HUNTER (1985)<sup>5</sup> desenvolveu três níveis de abordagem do controle social que possibilita um melhor entendimento de como as redes de relações são intrínsecas ao controle do crime no nível comunitário. Assim, o mais básico é o controle no nível "**privado**", que está baseado na intimidade informal dos grupos primários existentes na área. Dentro de tais grupos, o controle social é geralmente conseguido através da alocação ou da retirada do sentimento de prazer, apoio social e estima mútua. BLACK (1989: 4)<sup>6</sup> teria colocado alguns mecanismos primários de controle existentes nesse nível, como críticas a comportamentos, a ridicularização ou a marginalização de grupos, o que poderia redundar em autodestruição ou violência. Contudo, segundo os autores, há indícios de que tal controle é mais eficiente em adolescentes.

O segundo nível de controle social discutido por Hunter é chamado de "**paroquial**" e representa os efeitos da rede interpessoal local e a interlocução entre instituições locais, como igrejas, escolas, comércios e organizações voluntárias. Assim, se a ordem privada refere-se às relações entre amigos, a ordem paroquial refere-se às relações entre grupos que não têm nenhuma ligação "sentimental".

---

<sup>5</sup> Cf. BURSIK e GRASMICK, 1993. p. 16.

<sup>6</sup> Cf. BURSIK e GRASMICK, 1993. p. 16.

SPERGEL e KORBELIK (1979)<sup>7</sup> mostraram que existem contingências que mediam a capacidade das redes locais e as instituições de controle da ameaça de crime. São algumas associações locais que se ergueram inicialmente devido à intervenção de organizações externas à comunidade.

O terceiro nível de controle social é o "**público**" que focaliza a capacidade da comunidade em assegurar a implantação de bens públicos para a sua área; serviços que são oferecidos por agências localizadas fora da comunidade. Esses resultados externos podem tomar duas formas básicas:

- A) a comunidade pode desejar engajar em atividades de controle do crime que apenas serão bem sucedidas se as organizações locais tiverem a capacidade de influenciar na burocracia dos serviços municipais e nas decisões das políticas públicas que alocam recursos econômicos;
- B) Segundo, e talvez o mais importante, referente ao controle externo do crime, é a relação existente entre a comunidade e o departamento de polícia da cidade.

Posteriormente voltaremos à discussão da abordagem sistêmica de forma mais detalhada. Por enquanto o que importa ficar claro é que não só os moradores são afetados pelas atividades da polícia ocorridas nos limites da comunidade, como também os estudos sobre políticas públicas mostram que o ofensor potencial muitas vezes escolhe as áreas baseados nas diferenças de implementação da lei em cada área. Como resultado, quando as atividades da polícia está aumentado em um determinado local, há uma tendência da taxa de crimes aumentar em outras áreas vizinhas onde os riscos para o ofensor é menor.

---

<sup>7</sup> Idem. p. 17.

Isto, segundo os autores, sugere que a natureza da relação polícia/comunidade em uma comunidade específica é função da simultaneidade das atividades da polícia em outras áreas próximas.

O relacionamento da abordagem sistêmica da organização comunitária com as três abordagens de controle social seria expresso no fato de que os níveis de controle privado, paroquial e público não se desenvolvem instantaneamente. Eles emergem vagarosamente através da interação entre os moradores em um período de tempo. Por isso, o maior nível de instabilidade residencial dificulta o estabelecimento de associações formais e informais que possibilitam o controle social.

Nesse sentido, talvez seria interessante tentar perceber como ocorrem essas relações dentro de uma comunidade específica (Vila CEMIG e Conjunto esperança), usando o método qualitativo, com um roteiro de entrevista semi-estruturada, onde os entrevistados estariam se descrevendo enquanto participantes dessa rede de relações. Eles próprios estariam descrevendo essa rede.

Assim, a suposição que fazemos é a de que as concepções que os atores membros dessa comunidade fazem do mundo social interferem na ordem do mundo social em que vivem. Supomos que o real já se acha descrito por esses atores. Tal descrição que os atores fazem do mundo social pode ser equivocada, mas, equivocada ou não, é essa descrição que induzirá o seu comportamento. Estaríamos então analisando o real descrito pelos membros da comunidade da Vila CEMIG e Conjunto Esperança, supondo que se a visão que esses membros têm do mundo social em que vivem se apresenta como real para eles, então o comportamento deles em relação a esse mundo também será real em suas

conseqüências. Assim, quem sabe possamos apreender aquilo que eles fazem para organizar sua existência social.

Apesar dos "problemas" conceituais, a teoria da desorganização social teve uma revitalização significativa nos últimos dez anos, e acreditamos que alguns aspectos reformulados da teoria da desorganização social, dentro da perspectiva sistêmica, poderiam nos trazer resultados bastante frutíferos concernentes à dinâmica contemporânea da relação entre comunidade e crime, dinâmica essa que, no nosso caso, está representada pelas comunidades da Vila CEMIG e Conjunto Esperança.

E o que queremos saber, nesse trabalho, são atitudes e opiniões sobre eventos relacionados aos constrangimentos impostos aos moradores da Vila CEMIG e Conjunto Esperança pelos “produtores da criminalidade” residentes nessas vilas. Supomos que a convivência desses atores, em um mesmo espaço físico e social, pode ser analisados à luz da Teoria da desorganização social, principalmente à partir da re-leitura de alguns de seus aspectos.

Baseados então em um roteiro de entrevista semi-estruturada, tentamos captar comportamentos e atitudes de moradores de um local específico, face ao comportamento criminoso de alguns atores e face às identidades que lhes foram impostos por uma visão senso comum que insiste em usar a pobreza como variável explicativa para o comportamento criminoso.

Tentaremos, nesse sentido, discutir dois problemas. O primeiro é teórico e refere-se tanto às possibilidades do desenvolvimento de uma organização social (nos moldes da reformulação sistêmica da Teoria da desorganização Social, enquanto a capacidade da

comunidade analisada supervisionar comportamentos desviantes de seus membros), quanto à hipótese dos controles sociais privado, paroquial e público, tais quais definidos por BURSIK e GRASMIK (1993), funcionarem como mecanismos de controle do comportamento criminoso nessas comunidades. O segundo problema que pretendemos discutir deixaremos para o final desse trabalho. É de natureza empírica e descritiva e vai se orientar para a identificação (no cotidiano desses moradores e nos termos teóricos) das variáveis explicativas que os moradores utilizam para o comportamento criminoso e, conseqüentemente, qual seria a dimensão moral de “comportamento criminoso” expressa em suas falas.

Evidentemente, os relatos que serão aqui apresentados não permitem nenhuma inferência sobre a relação entre os níveis de controles sociais e o comportamento criminoso em geral, mas apenas uma aproximação dessa relação; e mesmo assim em um local específico.

### 3.3 - A natureza teórica do problema

Uma das principais críticas que a teoria de SHAW e MCKAY tem sofrido diz respeito a falta de clareza com que os autores diferenciaram o resultado presumido da desorganização social (o aumento da delinqüência e do crime) da própria desorganização social. LANDER (1954: 10)<sup>8</sup> concluiu que o valor de “Desorganização social” é

---

<sup>8</sup> Cf. BURSIK, 1998. p. 160.

duvidoso em considerar o fato de que a desorganização social tinha sido definida como um grupo complexo de fatores em que a delinquência juvenil, crimes, lares desestruturados e outros fatores sócio-patológicos estavam incluídos. Nesse sentido então, segundo LANDER (1954), a delinquência era definida como a própria desorganização social. E essa falta de clareza entre causa e efeito levou alguns autores a reelaborarem o conceito. BERRY e KASARDA (1977: 55-56)<sup>9</sup> já tinham notado que o modelo ecológico de PARK e BURGUESS (1924), que promoveu o contexto intelectual para o trabalho de Shaw e Mackay era, no início, uma abordagem sistêmica da estrutura comunitária local, que considerava a comunidade como sendo um sistema complexo de amizade, uma rede de parentesco e laços associativos. E definido nesses termos, para alguns autores<sup>10</sup> a Desorganização Social é entendida como a incapacidade da comunidade em se auto-regular; a falta de habilidade em afastar a ameaça criminosa de sua área. E uma questão que se coloca é: como podemos tentar interpretar o tipo de interação desenvolvido na Vila CEMIG e Conjunto Esperança e relacionar tal interpretação com o status da desorganização social em termos da capacidade da comunidade de se auto-regular através de processos formais e informais de controles sociais. Tentaremos, assim, diferenciar a desorganização social, definida como a “capacidade da comunidade de se auto-regular”, dos processos ecológicos que fazem a regulação interna.

Essa reformulação da Teoria da Desorganização Social assume que o alargamento e o fortalecimento das redes locais afetam diretamente a capacidade da comunidade de se autor-regular, e tal habilidade em supervisionar comportamentos, tem sido desenvolvido

---

<sup>9</sup> Ibidem. p. 161.

<sup>10</sup> Cf. SOMPSON 1987. BURSIK e GRASMICK, 1993.

em diversos trabalhos, como o de GREENBERG (1982a, 1982b, 1985)<sup>11</sup> que identificou três formas primárias de controle:

- a) – vigilância informal, que seria a atenção da comunidade às atividades rotineiras;
- b) – movimentos coordenados, evitando deixar áreas desertas dentro ou próximo à comunidade e
- c) – a intervenção direta, questionando estranhos ou residentes da comunidade sobre atividades suspeitas.

E ainda nessa linha de argumentação, SOMPSON (1986, 1987a)<sup>12</sup>, discutindo a dinâmica causal do controle social formal e informal entre a mudança ecológica geral e a delinqüência, coloca a estrutura básica dessa relação dizendo que uma taxa elevada de população rotativa, somada à uma alta densidade estrutural resultaria em um aumento da população de estrangeiros que estão menos interessados em se envolver na resolução de problemas locais. Os processos de controle social informal são os elementos centrais da discussão de Sompson sobre a capacidade da comunidade se auto-regular. E, embora Sompson reconheça que mudanças ecológicas rápidas podem aumentar a participação em organizações formais, ele argumenta que elas são em grande parte controladas pelo município e pelas redes do poder estatal. Assim, apesar de tais instituições terem um efeito importante na prevenção do crime, muitos dos seus efeitos são determinados por resultados fora da comunidade.

---

<sup>11</sup> Cf. BURSİK, 1998. p. 161.

<sup>12</sup> Idem.

A lógica do argumento de Sampson estar em sintonia com o arcabouço original da Teoria de Desorganização social, exatamente porque tem nela as suas origens teóricas, em que a capacidade da comunidade em se auto-regular é minada porque:

- a) o estabelecimento de instituições de controle interno é dificultada quando muitos residentes da comunidade estão desinteressados e têm a esperança de sair na primeira oportunidade;
- b) os relacionamentos primários que resultam nas estruturas de controle social são menos desenvolvidos quando as redes locais estão em fluxo; e
- c) a heterogeneidade impede a comunicação e obstrui a resolução de problemas comuns, isto é, não se existe uma meta comum.

### **AS MODIFICAÇÕES NO MODELO DE SHAW E MCKAY**

Houve duas importantes modificações com relação ao modelo de Shaw e McKay. A primeira é que a única pressuposição a respeito do consenso necessário para a viabilidade do modelo é que os cidadãos das comunidades norte-americanas desejam viver em comunidades residenciais relativamente livres da ameaça de crimes graves.

Esta restrição não parte necessariamente da derivação original do conceito de desorganização social de Thomas e Znaniecki, pois eles não presumiam que a esfera comunal do interesse público fosse rígida e inalterável ao longo do tempo. Afirmavam,

pelo contrário, que quando definições alternativas da situação (sistemas culturais) são introduzidas em um grupo,

as novas tendências são com frequência, após um período conflituoso, simplesmente deixadas de fora da esfera controlada pela opinião pública... [e]... são consideradas como sendo de interesse privado contanto que não sejam socialmente ameaçadoras das relações existentes<sup>13</sup>.

Portanto, não é necessário presumir que bairros organizados se caracterizem por um conjunto de crenças culturais razoavelmente monolíticas e homogêneas. Só é necessário presumir que exista um consenso, dentro da esfera pública, em torno da idéia de que o crime é socialmente destrutivo. Como resultado, os modelos contemporâneos dentro da tradição de Shaw e McKay se caracterizaram por uma noção um tanto limitada de homogeneidade cultural. Como a variação cultural observada no arcabouço tradicional de Shaw e McKay foi substituída pela suposição da invariância cultural com vista a esta única meta, as teorias contemporâneas da desorganização social tendem a focar somente a dinâmica estrutural. Ou seja, presume-se que as taxas de criminalidade e delinqüência do bairro representem efeitos das contingências situacionais causadas pela estrutura da comunidade, e não de uma "*subcultura semi-autônoma*" (Cf. BURSIK, 1998,166-167).

A segunda característica definidora da investigação contemporânea da desorganização social é o pressuposto de que os bairros representam sistemas padronizados de interação e

---

<sup>13</sup> Cf. BURSIK, 1998. p. 161.

associação entre os moradores. Devido a esta orientação, o modelo reformulado da desorganização social é por vezes denominado *modelo sistêmico da criminalidade nos bairros*. E essa reformulação do modelo da Desorganização Social implica na revisão de alguns paradgmas:

- <sup>1a.</sup> As abordagens sistêmicas enfatizam os padrões de troca de informação vigentes conforme estes se refletem nas redes e nos laços entre os componentes de um sistema<sup>14</sup>. Assim, a abordagem sistêmica para a criminalidade nos bairros presume que a estrutura social de uma comunidade é representada na totalidade dos complexos conjuntos de associações entre os membros dos grupos de afinidade, grupos de parentesco e associações locais. É através dessas redes relacionais que as capacidades regulatórias de uma comunidade se atualizam.

A maioria das pesquisas enfocaram dois tipos básicos de controle sistêmico. O primeiro, denominado nível de controle privado<sup>15</sup> enfoca as redes que integram os moradores aos grupos informais primários de uma comunidade. Através dessas associações é transmitida a informação a respeito do comportamento adequado. Se essas expectativas são frustradas, essas redes são utilizadas para impor diversas sanções informais sobre o membro transgressor. Mas uma vez que os dados acerca da natureza precisa das comunicações transmitidas através dessas redes são escassos, a maioria dos trabalhos enfocou a capacidade potencial de controle privado em uma comunidade, especialmente aquela refletida no número de amigos ou familiares que vivem próximos a um dado

---

<sup>14</sup> Cf. BURSIK e GRASMICK, 1995. p. 114.

<sup>15</sup> Idem.

morador. Além disso, os modelos sistêmicos incorporaram a ênfase de Shaw e McKay na estrutura e dinâmica familiar como elemento do nível de controle privado.

O segundo é o *nível de controle provinciano*, ou paroquial, como prefere alguns autores. Ele representa as redes interpessoais nas quais a comunicação entre os membros do sistema não apresentam o mesmo grau de intimidade que no nível privado. Um morador pode, por exemplo, ficar informalmente de olho nas atividades públicas das crianças locais, ou alertar os vizinhos sobre a presença de estranhos considerados ameaçadores. Esta dimensão representa parcialmente, portanto, as capacidades de supervisão de uma comunidade. Também representa a participação dos moradores nas instituições locais, como igrejas, organizações voluntárias e escolas. Através, por exemplo, das redes relacionais desenvolvidas entre os membros de organizações comunitárias preocupadas com a prevenção da criminalidade, podem ser transmitidas informações acerca de ações do grupo e iniciativas individuais desejáveis, como vigilância do alvo, vigilância local e denúncia dos crimes.

- <sup>2a.</sup> *A desorganização social se caracteriza por graus variados de "sistemicidade" (BUCKLEY: 1967)<sup>16</sup>. Shaw e McKay foram criticados por não reconhecerem as diversas formas possíveis de serem tomadas pela organização social. WHYTE (1955: 272)<sup>17</sup>, por exemplo, observou que, embora o bairro de classe baixa de Cornerville pudesse parecer desorganizado a observadores externos. Mas havia, na realidade, uma "hierarquia de relações pessoais baseada em um sistema de obrigações*

---

<sup>16</sup> Cf. BURSIK e GRASMICK, 1995. p. 115.

<sup>17</sup> Idem. p. 116.

recíprocas" fundamental a partir da qual todas as instituições de Cornerville foram construídas. Os modelos sistêmicos da criminalidade nos bairros reconhecem, portanto, que a organização de um bairro pode se refletir em uma variedade de estruturas sociais.

Essas redes privadas e paroquiais de controle variam ao longo de outras dimensões; como por exemplo **o tamanho**, ou seja, se as pessoas se ligam a essa rede através de laços formais ou informais, e **o grau** com que as redes abarcam os diversos grupos que residem na área. Como um exemplo do primeiro caso, SAMPSON e GROVES (1989)<sup>18</sup> observaram que bairros britânicos nos quais os respondentes apontaram um número relativamente alto de amigos dentro da distância de uma caminhada de quinze minutos da sua casa apresentaram taxas significativamente inferiores de crime contra a propriedade (embora este não fosse o caso para a violência pessoal). Sua investigação sugere, além disso, que o nível privado pode constituir uma dimensão mais relevante do controle sistêmico que o provinciano.

A segunda dimensão da variação sistêmica representa o grau com que as redes abarcam os diversos grupos que residem na área, ou o que foi denominado de *fechamento*. E um exemplo do segundo caso poderíamos citar GREENBER, ROHE e WILLIAMS (1985)<sup>19</sup> que relataram que os moradores dificilmente intercedem em acontecimentos criminosos que envolvam estranhos e relutam em assumir responsabilidade pelo bem estar de propriedades que pertençam a pessoas pouco conhecidas. Portanto, as fronteiras sociais

---

<sup>18</sup> Idem. p. 115.

<sup>19</sup> Idem.

existente entre os grupos em comunidades heterogêneas pode reduzir a amplitude das atividades de supervisão devido à desconfiança mútua entre os grupos nessas áreas.

De modo mais geral, a discussão de GRANOVETTER (1973)<sup>20</sup> acerca das redes urbanas sugere que, quando os indivíduos se conectam relacionalmente a todos os outros membros de uma rede mas não a alguém de fora dela, as atividades supervisoras se desenvolvem de maneira independente dentro de cada rede no sentido de garantir o sucesso no controle da criminalidade em toda a comunidade.

Novamente, a proposta do fechamento (ou de grau) das redes comunitárias é consistente com o pressuposto tradicional de desorganização social segundo o qual a heterogeneidade pode reduzir a capacidade regulatória de uma área, dificultando, portanto, o alcance da meta comum de “uma comunidade relativamente livre da criminalidade”. Presume-se, no entanto, na reformulação do modelo sistêmico da Desorganização Social, que esta relação seja somente uma função das estruturas sistêmicas que caracterizam as redes relacionais encontradas em bairros heterogêneos, e não resultado da presença da variação cultural.

<sup>3a.</sup> Aspectos da estrutura sistêmica podem mudar com o tempo ou mesmo continuamente sem a dissolução do sistema em si. (BUCKLEY 1967: 43)<sup>21</sup>.

Bursik e Grasmick afirmam que este pressuposto difere dramaticamente daquele contido no trabalho de Shaw e McKay, uma vez que os modelos sistêmicos contemporâneos

---

<sup>20</sup> Cf. BURSİK e GRASMICK, 1995. p. 116.

<sup>21</sup> Cf. BURSİK e GRASMICK, 1995. p. 117.

presumem que as redes relacionais comunitárias se inserem em sistemas relacionais mais amplos. Ou seja, assim como as redes ligam os moradores de bairros específicos em uma estrutura sistêmica, cada bairro também apresenta laços entre ele e a estrutura ecológica da cidade como um todo. Daí, entra um outro pressuposto na reformulação da teoria que tenta responder às críticas feitas a Shaw e Mckay de considerarem a comunidade como um grupo isolado do resto da cidade:

- <sup>4a.</sup> *Um sistema é aberto. Isto significa não só que ele participa de intercâmbios com o ambiente, como também que este intercâmbio é um fator essencial para a viabilidade dos sistemas, sua capacidade de reprodução ou continuidade, e sua capacidade de mudança (BUCKELEY, 1967)<sup>22</sup>. Esta orientação representa a mais importante dos desvios das abordagens sistêmicas contemporâneas com relação ao modelo tradicional da desorganização social. Não há dúvida de que os níveis privado e provinciano de controle representam importantes mecanismos regulatórios dentro de um bairro. Entretanto, SPERGEL e KORBELIK (1979)<sup>23</sup> mostraram que há contingências extremamente determinadas que mediam a capacidade de controle da ameaça da criminalidade por parte das redes e instituições locais. O papel de atores externos foi consistentemente documentado na literatura da mobilização de recursos, onde observou-se que, para que um movimento social (como os esforços de controle da criminalidade em um bairro) seja bem sucedido,*

---

<sup>22</sup> Idem. p. 115.

<sup>23</sup> Cf. BURSIK e GRASMICK, 1995. p. 118.

é necessário desenvolver laços eficazes entre o movimento social e outros grupos de seu ambiente exteriores à coletividade.

As abordagens sistêmicas contemporâneas referem-se às capacidades regulatórias que resultam das redes entre os bairros, e entre os bairros e as agências públicas/privadas, como *nível público de controle* (termo também retirado de HUNTER (1985). Formalmente, esta dimensão se refere à capacidade de assegurar bens e serviços públicos e privados alocados por grupos e agências localizados fora do bairro. Como estes bens são limitados e cada vez menos disponíveis em alguns municípios, as comunidades iniciam um processo de crescente competição com outros bairros para adquirirem estes recursos. Os modelos sistêmicos devem ser, portanto, sensíveis aos possíveis efeitos da alocação e competição por recursos externos sobre as capacidades regulatórias das áreas afetadas.

Esta pode ser uma saída possível para as periferias sociais, no caso do Brasil e principalmente no caso das comunidades que estamos analisando. E mesmo assim, porque é uma das poucas instâncias em que se pode recorrer às relações clientelistas, o que “dispensaria” a organização política da comunidade.

Contudo, é bem verdade que os controles sistêmicos, formais e informais, não se desenvolvem instantaneamente. Leva tempo para que se desenvolva. Eles emergem vagarosamente da interação entre os moradores da comunidade, em um dado espaço de tempo. Por isso, é coerente supor que a rotatividade populacional mine o estabelecimento dos controles sociais formais e informais. Mas o que parece estar claro nesses autores é que não há porque supor que essa interação prolongada entre os membros de uma comunidade crie uma base consensual normativa. E é essa base consensual, implícita à

Teoria de Shaw e Mckay, é que é questionada por alguns autores. Uma abordagem normativa de controle social não pode implicar, necessariamente em um consenso sobre a necessidade de exercer um controle rígido e repressão a comportamentos<sup>24</sup>. A não-conformidade pode ser tolerada em uma área, desde que não interfira no alcance de uma meta aceita por todos. O que deve ficar claro, segundo Bursik, é que os moradores de uma área valorizam uma existência relativamente livre da criminalidade. Nesse sentido, talvez o nível de controle “privado”, enquanto um “constrangimento” a comportamentos não convencionais dentro dos grupos primários, funcione como um mecanismo de controle de comportamentos indesejáveis pelos grupos que detêm um maior “prestígio social” dentro da comunidade; grupos cujo papel socializador seja reconhecido e aprovado pela comunidade, dado a sua dimensão conformista, no sentido mertoniano do termo. Como bem coloca BLACK (1989)<sup>25</sup>, esse controle seria derivado da ridicularização, críticas ou marginalização de comportamentos, embora ele mesmo reconheça que esse nível de controle seria mais eficaz em adolescentes.

A reformulação sistêmica não assume que a rede associativa comunitária tenha o único efeito de supervisionar comportamentos criminosos. Nem Shaw e Mckay sustentam isso. O que eles argumentam é que crianças e adolescentes, vivendo em áreas de baixo status econômico, são expostas a uma variedade de padrões contraditórios. Isto, segundo BURSIK e GRASMICK (1993), indica aspectos subculturais no modelo da Desorganização Social. Existe, nesse sentido, em certas comunidades, um “sistema coerente de valores dando suporte à atos criminosos. Haveria, na verdade uma certa “disputa” entre as instâncias socializadoras existentes na comunidade. E se pensarmos no

---

<sup>24</sup> BURSIK, 1998. p. 166.

<sup>25</sup> Cf. BURSIK, 1993. p. 16.

fato de que, nas periferias sociais brasileiras, a socialização convencional e conformista convive de forma muito tensa com a socialização não conformista, o problema, a nosso ver, estaria então em como essa sociabilidade convencional e conformista pode se desenvolver, dado o fato de que, por um lado, nas interações cotidianas dos moradores das periferias sociais, os atos ditos criminosos tendem a ser reavaliados e julgados com base em “quem” o comete; “porque” e “contra quem” o comete. E isto parece não eliminar o medo do crime e dos criminosos, que faz com que as interações sejam cada vez mais impessoais e, nesse sentido, faz com que uma das principais “estratégias de sobrevivência” dos moradores das favelas seja a valorização de uma privacidade que parece inconsistente com a idéia de supervisão de comportamentos tão centrais na teoria da Desorganização social. Moradores e bandidos são assim “obrigados”, por razões as mais variadas, a dividirem um mesmo espaço. E é nesse contato contínuo que os moradores desenvolvem a habilidade de reinterpretar a definição moral de “comportamento criminoso”. Os atos criminosos, então, passam a ser julgados, não mais baseados nos códigos penais ou em outras legislações institucionalizadas. O suporte moral em que esse julgamento se apóia agora estará baseado na trajetória de quem comete; a quem é direcionado o ato e porque foi cometido tal ato dito “criminoso”. Implicitamente, a aprovação ou a reprovação de um ato criminoso, nas periferias sociais, baseia-se em pressupostos morais intrinsecamente ligados à noção de honra masculina (expressas nas expressões do tipo “homem que é homem não aceitaria isso mesmo não!”), na noção de território (também, o cara sai de lá da Vila CEMIG para folgar aqui!) ou em um sentimento de justiça (mais cedo ou mas tarde ele ia acabar caindo!).

Um outro problema, tão importante quanto o problema do desenvolvimento do controle privado é o desenvolvimento do “controle paroquial” ou provinciano, que diz respeito à capacidade da comunidade de se organizar politicamente e, interpessoalmente, fazer a interlocução entre as instituições públicas, privadas e organizações voluntárias existentes na área. Isto se considerarmos que fatores importantes podem obstaculizar a criação desse canal, como, por exemplo, a sociabilidade terrorista imposta pelos traficantes na maioria das vilas e favelas do país. Nelas, a liberdade e o direito de se organizar para tornar a vida na comunidade menos desconfortável é minada pelos constantes “toques de recolher” que ocorrem nos horários (geralmente à noite) e dias (finais de semana) em que os moradores têm mais disponibilidade para se engajar em atividades associativas. Tudo isso pode minar a capacidade das comunidades locais de fazer com que seus moradores assumam valores comuns (tão enfatizado na primeira versão da teoria) ou de equacionar os problemas comuns; condição tão necessária à organização social no modelo sistêmico.

O nível público, que consiste na capacidade da comunidade em assegurar bens e serviços que são oferecidos por agência localizadas fora da comunidade, pode ser uma saída possível. E mesmo assim, porque é uma das poucas instâncias em que se pode recorrer às relações de clientelismo, visto que a sociabilidade terrorista imposta pelos poderes paralelos ainda dificulta a organização política de algumas comunidades da periferia. Contudo, mesmo tendo uma maior possibilidade de ser desenvolvido através de relações clientelistas, essas são periódicas por estarem atreladas ao período eleitoral. Além do fato de que existem decisões cujo resultado afeta a comunidade, mas que são insensíveis à participação popular (BURSIK e GRASMICK, 1993: 17).

#### 4 - Felson e a cotidianidade do crime

Um dos primeiros passos necessários para se entender o crime, esse fenômeno tão complexo, segundo Felson, seria esclarecer alguns equívocos. Neste sentido, existem dois grandes equívocos no pensamento sobre o crime. O primeiro é assumir que já se conhece qual é o problema do crime e como resolvê-lo; e que tudo de que precisamos é "agir". O segundo engano é duvidar que os intelectuais podem nos dizer algo de útil sobre o crime; reduzindo o crime à idéia de que ele deveria ser deixado por conta do julgamento nos tribunais.

Liberais, conservadores e anarquistas cometem, igualmente, o primeiro erro. Muitos liberais acham que o desemprego, a escola inadequada e a disponibilidade de armas são as grandes causas do crime. Já os conservadores pensam que impondo sentenças mais duras fará com que o crime diminua drasticamente. E muitos anarquistas acham que o fato de legalizar (ou pelo menos descriminalizar) as drogas reduziria os crimes nas ruas.

As pessoas que se consideram pragmáticas e não ideológicas cometem o segundo erro, que seria questionar a utilidade das pesquisas científicas no combate ao crime. Se esta é a visão deles, argumenta Felson, então, eles ficariam muito surpresos ao ver como oficiais de polícia, juizes, e oficiais do sistema correcional já são fortemente influenciados por pesquisa e o quanto mais direção de pesquisa muitos deles gostariam de ter. Talvez isso se deva ao descrédito crescente das explicações ideológicas do crime (Cf. BLUMSTEIN e PETERSILIA,1995).

Autores como REISS e ROTH (1993: 297) não apenas resumiram a poderosa implicação de fatores genéticos e biológicos na criminalidade, como também mostraram como esses fatores interagem com o ambiente, e sugerem que essa interação com o ambiente pode ser modificada. E nesse sentido, pensamos que alguns autores da Escola de Chicago poderiam nos ser de grande ajuda para entender como se daria a relação entre o indivíduo e a dinâmica da comunidade. O fato de levar em conta, no processo causal, o significado da ação para os indivíduos é fundamental em Thomas e veio a ser também uma característica do conjunto da Escola de Chicago. Desse modo, a análise do social torna-se holística, visto que, ao estudar a sociedade, os teóricos da Escola de Chicago partem do contexto global para chegarem ao problema; ao estudar um problema, partem deste para irem em direção ao seu contexto global. Assim, pensamos que seria proveitoso analisarmos o fenômeno da criminalidade a partir de como os indivíduos percebem o seu cotidiano. Partamos, para isso, de uma espécie de "radiografia do crime feita por Felson.

De acordo com Felson o crime nos E.U.A. (e em muitas nações democráticas) é mensurado de duas maneiras: **Relatos policiais e Survey de vitimização**, sendo que no primeiro tem-se os crimes que as pessoas relatam para a polícia e esta para o FBI (que reúne os dados de todos os Estados para todo o país); e o segundo contém crimes dos quais as pessoas foram vítimas nos últimos meses. Essas duas maneiras de medir o crime produzem resultados diferentes. Para muitos crimes, o Survey Nacional de Crimes de Vitimização (NCVS) mostra um número maior de crimes sendo cometidos do que os Crimes Relatados à polícia (Uniform Crime Report). E esta diferença nos dados se deve exatamente às diferenças nas formas de coletas, isto é:

- O UCR contém crimes relatados pôr pessoas e comerciantes que não estão nas pesquisas de vitimização (sem-casas ou pessoas confinadas a uma instituição);
- O UCR contém os crimes separadamente, enquanto que no NCVS não há esta separação entre os crimes. Se, por exemplo, uma mulher for espancada pelo marido cinco vezes, o UCR considera como cinco ocorrências (cinco crimes), ao passo que o NCVS considera apenas como uma vitimização;
- O NCVS conta com vítimas de coisas que podem ter ocorrido há muitos meses atrás. E muitos de nós não são capazes de nos lembrar de algo que nos ocorreu há tempos atrás (mesmo sendo um crime);
- O NCVS é baseado numa amostra casual de todos os lares de americanos e assim, como qualquer pesquisa de opinião, contém algum grau de erro.

O fato é que, comparando democracias industrializadas e Nações Institucionalizadas similares aos Estados Unidos, Felson coloca que a visão do survey de vitimização é similar em muitos aspectos à estatística da polícia e diferente em outros pontos. Os Estados Unidos respondem pôr altos níveis de crimes violentos, mas esses níveis não são significativamente diferentes de outras nações institucionalmente similares aos Estados Unidos, como a Austrália e Canada. Na verdade, as diferenças entre os Estados Unidos e outras nações em termos de violência e criminalidade é muito menos no survey de vitimização do que nas estatísticas da polícia, ou seja, quando se pergunta para a pessoa se ela foi vítima de algum crime nos últimos meses, não há muita diferença de níveis de violência entre as nações, mostrando assim que os crimes que não chegam ao conhecimento da polícia são bem mais comum do que possam parecer.

Em contraste, as diferenças entre os Estados Unidos e os outros países com respeito ao crime contra a propriedade no survey de vitimização tem uma direção oposta daquela encontrada nas estatísticas da polícia. A prevalência do crime contra a propriedade é claramente similar àquelas nações onde se tem leis comuns. Entre as democracias industrializadas que foram comparadas, apenas a França e a Inglaterra têm taxas menores do que os E U A. Entre as nações mais institucionalmente parecidas com os Estados Unidos, a Austrália e a Inglaterra têm taxas mais altas de roubo.

Um fato interessante que parece ficar claro é que alguns tipos de crimes - aqueles que envolvem algum dano material e, portanto, passível de ser ressarcido por alguma instituição, tendem mais a chegar ao conhecimento da polícia, o que poderia ser explicado pelo teor racional do comportamento das vítimas, ao fazer um cálculo de se vale ou não a pena procurar a polícia para resolver um dado conflito. Assim em contraposição à uma explicação “culturalista”, a racionalidade parece ser mais definitiva na decisão de acionar ou não a polícia para a resolução de conflitos (Cf. PAIXÃO e BEATO, 1997). Contudo, os outros crimes, sobretudo aqueles contra a pessoa e que não envolvem vítimas fatais, só são "captados", em sua maioria, através do Survey de Vitimização, mostrando que esses tipos de crime, que constituem a grande maioria dos crimes cometidos, estão camuflados no cotidiano das pessoas, nem sempre aparecem nas estatísticas ou nos relatos de vitimização.

#### 4.1 - As limitações dos dados existentes

Um dos maiores problemas em comparação estatística é estar em assegurar que os sistemas criminais, em cada canto, inclua uma grande parte de atos criminais que "mapeie" o crime em cada país (FELSON, 1997). Pare que se tenha um escopo comparável, é importante que este sistema de classificação estatística conte com a incidência de crimes em uso similar à outras nações. Daí o autor coloca o que ele chama de "problema de escopo": tanto as estatísticas da polícia quanto os survey de vitimização focalizam na clareza do ordenamento da lei de crimes comuns, como o homicídio, assédio sexual, outros tipos de assaltos, furtos e roubos. Enquanto existe pelo menos alguma atenção para a fraude ou os crimes envolvendo drogas, a maioria dos crimes de colarinho branco e crimes sem vítimas (como o uso de drogas, prostituição) são excluídos desses sistemas de dados.

Evidentemente, estatísticas da polícia não incluem, é claro, crimes que não chegam até ela. A maior evidência sobre diferenças em relatos de crimes entre nações sugere que a proporção de crimes não relatados à polícia varia consideravelmente entre as nações e entre os tipos de crimes, sendo que essa variabilidade é maior ainda para roubos, vandalismo, assalto e ameaça. Isto sugere que as comparações entre as nações usando estatísticas da polícia são melhores para o estudo da violência extrema como homicídio, arrombamento e roubos de veículos.

Em contra partida, as estatísticas da polícia incluem relatos de crimes contra estabelecimentos comerciais, ao passo que os surveys de vitimização não; a menos que o crime seja cometido pelos empregados do proprietário. Conseqüentemente, o survey de vitimização também subestimar o total de crimes cometidos no país, o que não será nenhum problema se a pessoa estiver interessada é na vitimização de indivíduos, e não no

total de crimes do país. De qualquer forma fica evidente o fato de que existem muito mais crimes sendo cometidos do que a polícia e as pessoas conseguem perceber, visto que por um lado, as estatísticas da polícia subestimam o total de crimes quando não captam os crimes menos ousados e menos mirabolantes e, por outro, o Survey de Vitimização também não relata os crimes cometidos contra estabelecimentos comerciais.

Sem ter essa visão mais abrangente do número total de crimes cometidos, muitas pessoas estudam o crime com a mente cheia de pré-noções, levadas pela emoção (Cf. FELSON, 1997). E talvez por causa dessa emoção, muitas pessoas fazem vastas generalizações sobre o crime como: *"Talvez possamos eliminar o crime definitivamente"*, ou *"muitas vítimas de estupro são culpadas de provocarem"*, ou ainda *"o racismo é a causa da maioria dos nossos crimes"*.

Mas e as emoções não são um problema apenas do crime. Contudo, como o crime é largamente discutido, as informações incorretas sobre o crime são mais largamente disseminadas, tanto pelos meios de comunicação de massa, quanto pelos jornais escritos, que focalizam muito mais os crimes dramáticos, ousados e extraordinários do que o crime real, cotidiano e que é muito mais comum. E, segundo o autor, é importante aprender mais sobre as formas normais de crimes. Para tanto, o autor coloca que aqueles padrões de coletas de dados podem nos ajudar.

Começando com **UCR do FBI** de 1990, o autor coloca que está incluído um total de 14,5 milhões de ofensas relatadas para oito das maiores categorias de crime: homicídio, seqüestro, incêndio premeditado, assalto com agravante, roubo, arrombamento à noite, roubo de veículo, furto. Contudo, homicídios são apenas 1% da maioria dos crimes. Mais de 20.045 homicídios nos EUA em 1990 não interessariam à Scherlock Holmes,

visto que não há nada de mirabolante neles. Apenas 312 foram pôr estrangulamento e apenas 36 pôr afogamento; 14 por explosivos e 11 por envenenamento. Dois por cento desses homicídios foram pôr assassinato; apenas 2% dos homicídios envolveram um triângulo amoroso e 6,5 % envolveram narcóticos. E embora nem todos esses crimes tenham sido interessantes, isto não nega a significância dessas mortes, mas mostram também que os homicídios interessantes, com alto grau de ousadia, são uma parcela pequena do total de crimes. Ou seja, os crimes com alto grau de criatividade e gravidade formam uma parte muito pequena do total de crimes cometidos. Em outras palavras, existem muitos crimes que nunca levará o seu autor à prisão.

Nesse sentido, pensamos que esses dados têm uma importância muito grande no sentido de nos dizer algo sobre a cotidianidade do crime, sobretudo, se considerarmos que em grande parte dos Estados americanos o contato com armas de fogo é algo "natural", e mesmo o crime sendo algo tão comum, não se observa um número considerável de crimes cinematográficos. O Survey Nacional de Crime indicou aproximadamente 34 milhões de vitimização nos Estados Unidos em 1990, sendo que 81% das vítimas contou que a ação não foi violenta. O autor afirma ainda que se compararmos 20.045 homicídios oficiais dos 4,7 milhões assaltos do Survey Nacional de Crimes pôr vitimização temos que para muitos homicídios existem pelo menos 230 assaltos que não são letais. E Felson deixa claro que os Survey respondidos são predominantemente relativos a crimes menores. Por exemplo, 88% dos estudantes universitários relataram o uso ilegal de álcool; 31% alegaram que já haviam feito uso de maconha e menos de 7% contaram que já haviam usado cocaína.

Então, a grande maioria dos crimes são muito comuns, não são dramáticos, e nem violentos. Um exemplo de atos criminais comuns são embriaguez pública, perturbação da paz e fumar pequenos cigarros de maconha, negociar acessórios de carros roubados, e depredar propriedades públicas, além de negociar propriedades do local de trabalho. Mesmo quando há violência ela é menor.

Entretanto, essas ofensas comuns não são divulgadas na televisão. Ela prefere mostrar casos dramáticos, ofensas interessantes e tramas emocionais. Outro exemplo disso, segundo o autor foi o fato de que em anos recentes muitas redes de televisão têm monitorado as atividades de policiais através das câmaras de filmar. E o efeito disso é uma amostra de o quão natural e cotidiano é o trabalho da polícia; muito diferente do cotidiano dos policiais e detetives dos seriados de televisão.

#### 4.2 - Os criminosos são realmente brilhantes e ousados?

Próxima à falácia do crime como algo dramático, descrito acima, está a “a falácia ingênua”, que seria a tendência a exagerar a ousadia e a inteligência do criminoso.

É dominante a idéia de que o criminoso pode dormir no quarto enquanto sua vítima também dorme, ou então retira os valores do bolso da vítima sorrateiramente e sai. Mas, em geral, não é bem assim que acontece, visto que a grande maioria dos assaltos ocorrem à noite, quando as pessoas ainda não chegaram em casa, ou quando estão viajando (FELSON, 1997).

Paul Cromwell<sup>26</sup> conseguiu elaborar um estudo etnográfico do conhecimento do arrombador de residência. Esta pesquisa tentava apreender o estágio da imaginação dos arrombadores fazendo as seguintes perguntas:

- Que casa você escolheria para arrombar?
- Porque você não arrombaria uma outra casa, mas logo esta?
- O que te atraiu para a casa da esquina?
- Porque você não arromba agora mesmo?

E o interessante na conclusão dessa pesquisa foi que quase todos os arrombadores disseram que eles nunca entram numa residência em que sabem que tem alguém dentro. Eles fazem uma investigação para se certificarem de que não tem ninguém em casa.

Muitas vezes, as vítimas de crimes alegam: *"foi um profissional que arrombou a minha casa"*. Mas mais tarde, em uma observação não muito minuciosa, percebem que qualquer um poderia ter cometido o crime. Quase qualquer pessoa sabe procurar jóias escondidas no cofre do quarto ou da cozinha. Qualquer um pode ter sucesso em arrombar a casa do vizinho que está muito tempo viajando.

Uma outra ingenuidade é superestimar uma organização do crime dentro da sociedade, o papel das *gangs*, o papel do crime organizado, como se o crime estivesse envolto por uma grande organização conspiratória. Mesmo tomando alguns crimes que são cometidos por grupos, isto não significa que os grupos são bem organizados, cuidadosamente

---

Felson, 1997, p. 5.

coordenados ou largamente ligados. Malcolm Klein<sup>27</sup>, especialista em *gangs* juvenis, conta que as *gangs* são uma rede tipicamente frouxa com uma rotatividade de membros muito grande. Poucas são bem organizadas e estáveis, e mesmo estas que são estáveis possuem sub-*gangs* que vêm e vão. Em fim, a maioria dos crimes que são cometidos em territórios de *gangs* não são organizados por *gangs*. Esta falsa noção induz o público a pensar que as *gangs* são o problema central do crime antes de colocar isto dentro de uma larga perspectiva da taxa geral de crime. Talvez isso fosse um pouco influenciado pela mídia e muitos movimentos que descrevem a máfia italiana, o "Comando Vermelho" ou o "terceiro comando", o PCC como sendo grupos centralmente organizado, funcionando em volta de uma mesa como um grupo de executivos. Talvez isto possa ser verdade no sul da Itália, mas a versão americana de "crime organizado" (e acrescentaríamos a versão brasileira do crime) é muito menos centralizado e mais uma rede de pessoas que agem ilegalmente sem necessariamente se conhecerem. Mas dificilmente estaríamos corretos em defini-lo como "crime organizado", funcionando em uma localidade específica. Nem todos esses criminosos conhecem um ao outro. Eles dividem atos ilegais, mas não agem como se fossem uma "*mesa de diretores*".

---

<sup>27</sup> Cf. FELS, 1997. p. 7.

## 5 - Crime e classe social

A difundida associação de processos rápidos de crescimento urbano ao aumento da criminalidade, como se estes viessem a reboque daquele, parece encontrar um forte respaldo nas argumentações sobre criminalidade e grandes cidades (MERTON, 1968). E a lógica de tal argumento é até elegante, onde se coloca que os processos rápidos de industrialização e urbanização provocariam fortes movimentos migratórios, concentrando grandes massas isoladas (ou seja, carentes de controles sociais inerentes ao fato de pertencerem a uma família, a uma religião ou a uma comunidade) nas periferias dos grandes centros urbanos, sob a condição de pobreza e desorganização social; além de estarem expostas a novos comportamentos que, conseqüentemente, aumentariam as aspirações e expectativas incompatíveis com “*alternativas institucionais legais*” de satisfação dessas aspirações.

Assim, a violência e a criminalidade encontrariam nas grandes cidades, expostas às rápidas mudanças sociais, o ambiente ideal para a sua proliferação. Variáveis estruturais, como a concentração de renda, assim como variáveis sócio-psicológicas, como o isolamento, a impessoalidade e a formação de uma cultura própria das periferias sociais, fariam com que a criminalidade fosse vista de forma atraente pelos chamados “atores produtores da criminalidade”; “as classes perigosas”, isto é, grupos sociais que experimentam mais diretamente a dissociação entre “as pressões culturais para o sucesso” e “meios institucionais legais” para se alcançar o sucesso. Nesse sentido, segundo tais

argumentações, o aumento das aspirações, face ao contato com a metrópole e a percepção de que as estruturas sociais estão fechadas, criariam uma predisposição para as vias da criminalidade.

E a lógica desse argumento é tão convincente, que os próprios "agentes" mais diretos da criminalidade o utilizam quando são pegos. Não são raras às vezes que ouvimos algum suspeito de crime colocar na pobreza e no desemprego a motivação do delito; ou que os vemos (pobreza e desemprego) servirem de explicação da criminalidade em qualquer discussão, regada à cerveja, em uma mesa de bar. Mas a questão que se coloca é: até que ponto o fato de ser migrante, de se estar entre as classes de baixa renda ou de se estar desempregado é uma explicação plausível, com respaldo empírico na explicação dos motivos? Em primeiro lugar, não há porque supor que o crescimento dos grandes centros urbanos se deva à migração. PELRMAMN (1977) coloca que a taxa geral de crescimento nas áreas rurais é de 1,5%, ao passo que nas áreas urbanas é de 5 a 7 %. Contudo, esse crescimento das cidades se deve muito mais ao crescimento natural. Nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, o rápido crescimento das cidades se deve, em grande parte, à diminuição da mortalidade e a uma taxa de mortalidade mais ou menos constante. ARRIAGA (1968)<sup>28</sup> constatou que do crescimento total de cidades de 20 mil habitantes ou mais, 58% no México; 66% na Venezuela e 70% no Chile deve-se ao crescimento natural, sendo que na Colômbia, menos de 50% do crescimento é devido à imigração.

Resultados de pesquisas no interior de cárceres também contrariam alguns estereótipos correntes, segundo os quais os criminosos seriam encontrados entre as populações

---

<sup>28</sup> Cf. PERLMAN, 1977.

marginais mais carentes, entre os analfabetos e desempregados (BRANT, 1986). As conclusões desse estudo, entre outras, são que a instrução do detento do Estado de São Paulo está acima da média da população do Estado e, em alguns casos, até acima da média nacional; e que 54% dos detentos estavam empregados no momento em que foram presos. E entre os 45% daqueles que estavam desempregados no momento da prisão, 37% faziam parte da população economicamente ativa e estavam nessa condição há menos de 6 meses. Além do fato de que 60% eram paulistas e não migrantes.

Entretanto, uma característica (embora menos aparente do que as econômicas) parece ficar claro: a distribuição de crimes, assim como as características desses crimes, parece sofrer uma forte influência do cenário econômico no qual ocorrem. E isto parece ficar claro quando se relaciona o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>29</sup> e tipos de crimes. Nesse trabalho, percebe-se uma forte relação entre o IDH e os crimes contra a propriedade. Percebemos que em locais onde o IDH é alto, também é alto o índice de crimes contra a propriedade, sugerindo assim que, pelo menos esse tipo de crime, deve estar relacionado é com a exposição do alvo e não com a pobreza.

Os Estados Unidos, por exemplo, experimentaram um grande crescimento das taxas de crime no início da década de 60 e durou por toda a década de 70 do século passado, exatamente no período em que o país experimentava um momento singular de prosperidade, com um grande percentual da população economicamente ativa empregada. Parece então que a motivação para se cometer crimes contra a propriedade está ligada à "oportunidade", à disposição do alvo, assim como ao anonimato que os

---

<sup>29</sup> O IDH é um índice criado pela ONU que consiste na média dos índices de educação, longevidade e renda.

grandes pólos de riquezas (como área de comércio, bairros nobres) proporcionam (WILSON, 1985). Isto porque uma grande falácia, como vimos anteriormente, seria a de exagerar a ousadia e a inteligência do criminoso.

Nesse sentido, se o crime é universal, como diria Durkheim, teremos que tomar como ponto de partida as suas singularidades e seus modos específicos de manifestação em cada sistema social que se combinam concretamente em situações particulares.

Dessa forma, partindo da suposição de que um dado cenário econômico criaria uma forma específica de organização social que contribui para o surgimento de certos tipos de crimes, devemos buscar outras hipóteses explicativas que não sejam apenas a pobreza e o desemprego. Sabemos que o problema da criminalidade é muito mais complexo do que parece. Evidente que a disparidade social, assim como o desemprego deve ser considerado na elaboração de quaisquer políticas públicas de combate ao crime. E na tentativa de buscar as causas da criminalidade, muitos cientistas sociais e várias instituições preocupadas com a violência elaboram hipóteses explicativas que vão desde a recessão econômica, até a deteriorização das condições de vida das classes populares, de um lado. De outro lado, costuma-se associar o aumento da criminalidade à deficiência dos aparelhos de segurança e repressão (BRANT, 1989: 162). Sabemos que tais dimensões devem ser consideradas. Mas pensamos que um dos primeiros passos para clarear o fenômeno é desvincular a discussão de classe social da discussão de criminalidade, já que isto não explica por exemplo, o porquê de 93,3% dos autores de crimes em Belo Horizonte em 1983 ser composto de população do sexo masculino e que 58,4% esteja na faixa de idade entre 18 e 30 anos (PAIXÃO, 1983); percentuais que podem aumentar consideravelmente se baixarmos essa faixa etária para 15 anos de idade. Chama-nos

particularmente a atenção o fato de que esse perfil é mais significativo para as modalidades de crimes contra o patrimônio e tráfico de entorpecente; curiosamente modalidades que aparecem ligadas a grande parte dos crimes cometidos no país.

Tentamos demonstrar que o fenômeno criminalidade é "normal", "cotidiano", e não está ligado de forma causal a uma classe social específica. Contudo, talvez os teóricos da Escola de Chicago possam nos ajudar a pensar como essa normalidade e cotidianidade do crime podem ser afetadas pela interação entre moradores da favela e os "produtores da criminalidade" que dividem um mesmo espaço físico e social.

## 6 - O crime e os teóricos da escola de Chicago

Partindo então do fato de que nem os crimes são tão espetaculares assim, e nem os criminosos são tão ousados quanto pode parecer, além do fato de que a relação feita entre crime e pobreza se mostra, no mínimo inconsistente, talvez fosse mais frutífero tentar captar como é que os indivíduos, no seu cotidiano, percebem aquilo que chamamos de "atos criminosos"; e mais, como eles se colocam frente aos atos e agentes criminosos a partir do momento em que são obrigados a dividir um mesmo espaço físico/social com os agentes produtores das criminalidades. E para tanto, pretendemos explorar um pouco o Interacionismo Simbólico, uma das principais correntes que influenciaram a Escola de Chicago, cuja idéia central poderia ser expressa na fala de Wiliam Thomas, um dos fundadores da Escola de Chicago<sup>30</sup>, *“na qual o indivíduo (...) pode "definir cada situação" de sua vida social por intermédio de suas atitudes anteriores”, que o informarem sobre o ambiente e lhe permitem interpretá-lo. A "definição da situação”, portanto, depende, ao mesmo tempo da ordem social tal como se apresenta ao indivíduo e da história pessoal deste indivíduo. Sempre há um conflito entre a definição espontânea de uma situação por um indivíduo e as definições sociais que sua sociedade lhe oferece.*

---

<sup>30</sup> Cf. COULON, 1995, p. 41.

As implicações metodológicas disso é a insistência na necessidade de coletas de dados pôr intermédio dos relatos de primeira mão, de auto-biografias cartas, etc. Contrário a Durkheim, que considerava os relatos individuais como vagos e supérfluo para a análise sociológica, e que só era preciso explicar os fenômenos sociais pela influência de outros fenômenos sociais e não pela intervenção do nível individual, Thomas e Znaniecki afirmavam que um fato social é uma combinação íntima de valores coletivos e das atitudes individuais. Para eles, é necessário ser capaz de dar conta da natureza subjetiva das interações sociais. E mais, os fenômenos sociais não podem ser considerados como se fossem fenômenos físicos como diria Durkheim:

O efeito físico depende unicamente da natureza objetiva desse fenômeno e pode ser calculado com base em seu conteúdo empírico, ao passo que o efeito de um fenômeno social depende do ponto de vista subjetivo do indivíduo ou do grupo e só pode ser calculado se conhecermos não apenas o conteúdo objetivo de sua possível causa, mas também o significado que tem para os seres conscientes considerados (...) Uma causa social é complexa e deve incluir ao mesmo tempo elementos objetivos e subjetivos, valores e atitudes. (COULON, 1995; 31)

Ao insistir na necessidade de os pesquisadores coletarem, dos gentes sociais, relatos de primeira mão, autobiografias, cartas, etc., Thomas desejava que desse modo eles pudessem ter acesso à maneira como os indivíduos "definiam sua situação".

Nesse sentido, Thomas coloca que a Desorganização Social da comunidade tem um papel fundamental na forma como os indivíduos "definirão a Situação"

### A Teoria da Desorganização Social

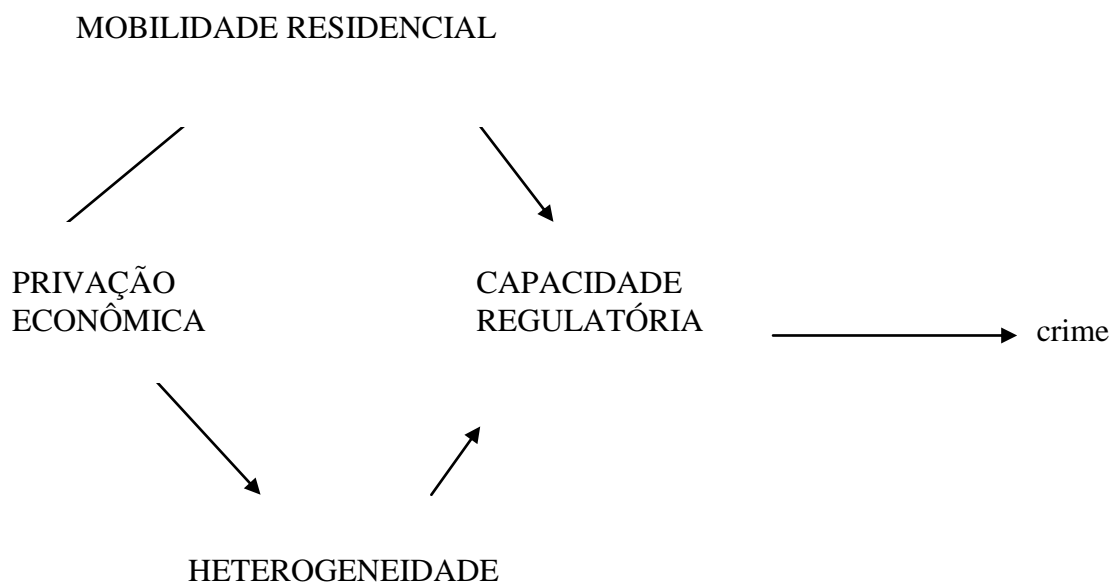
A estrutura da obra de Thomas e Znaniecki é dividida em três partes principais:

- a) A organização do grupo primário, em que estudam a organização familiar tradicional, principalmente no que diz respeito a seus hábitos culturais;
- b) Desorganização e reorganização. Aqui eles se atêm ao exame dos fatores que levaram a uma desorganização e, conseqüentemente, à emigração. Para tanto, eles consideram fatores políticos, culturais e sociais que contribuíram para o desfacelamento da família tradicional;
- c) A reorganização, onde se examina a mudança cultural do comportamento que prefigura uma marca de uma assimilação da nova sociedade na qual o indivíduo está agora inserido.

O tema central da obra, de acordo com COULON (1995), é o da desorganização social, com seus corolários de organização e desorganização, ainda que estes conceitos sejam considerados por Thomas e Znaniecki como tipos ideais que não existem na realidade.

Entretanto, foram Shaw e Mackay os primeiros a colocar que a composição econômica da comunidade local influencia negativamente nas taxas de crime e delinquência. Existe

uma importante diferença entre suas documentações da associação negativa e suas interpretações teóricas da relação, o que leva a alguns mal entendidos sobre a teoria da Desorganização Social. Eles não colocaram diretamente a relação entre o status econômico e as taxas de delinqüência. Colocam que áreas caracterizadas pôr depravação econômica tendem a ter altas taxas de renovação populacional e população heterogênea, suposições que são a raiz do modelo da ecologia humana de Park e Burgess. Para eles, a renovação populacional e a heterogeneidade aumentam juntamente com a desorganização social. E este conceito é muito parecido com a idéia de Park e Burgess da "formação do controle social" como ma habilidade do grupo de se auto-regular. Assim, "desorganização social" seria a inabilidade da comunidade local em promover valores comuns aos seus residentes; a diminuição da influência do grupo no comportamento individual. O esquema do modelo de Shaw e Mackay seria:



Ver Figura 7.1- Modelo Básico de Shaw e Mackay<sup>31</sup>.

A renovação populacional e a heterogeneidade da população aumentariam juntamente com a desorganização social porque:

- 1) As instituições que participam do controle interno da comunidade (como igreja, escola associações comunitárias) têm dificuldade de operar quando muitos membros estão desinteressados dos problemas da comunidade e esperam mudar-se na primeira oportunidade;
- 2) Os controles sociais informais (como o constrangimento advindo da vigilância dos vizinhos, parentes, amigos ou conhecidos) são menos desenvolvidos;

<sup>31</sup> Cf. Bursik e Grasmick, 1995. p. 110.

- 3) A heterogeneidade impede a comunicação e então obstrui a possibilidade de resolver problemas comuns e de se alcançar metas comuns.

E isto levou Thomas e Znaniecki, segundo Coulon, a considerarem o grau em que a estrutura interna de relacionamento entre residentes locais poderiam facilitar a "ação comum" necessária para a resolução de problemas localizados. Isto reflete o conceito de Thomas e Znaniecki de "solidariedade social", que refere-se ao grau em que a necessidade de sucesso individual é menos importante do que a necessidade de reconhecimento e aprovação da comunidade.

Uma organização social seria então um conjunto de convenções, atitudes e valores que se impõem sobre os interesses individuais de um grupo social. Ao contrário, a desorganização social, que corresponde a um declínio da influência dos grupos sociais sobre os indivíduos, manifesta-se por um enfraquecimento dos valores coletivos e por um crescimento e uma valorização das práticas individuais. A desorganização existe quando atitudes individuais não encontram satisfação nas instituições (vistas como ultrapassadas) do grupo primário. Este é um fenômeno e um processo que se encontra em todas as sociedades, mas que se amplifica quando uma sociedade sofre mudanças rápidas, sobretudo econômicas e industriais. A desorganização não provém de uma nova solidariedade baseada em uma divisão de funções, como diria Durkheim. É antes a consequência de uma mudança extremamente rápida de um adensamento da população urbana ou, ao contrário, de uma súbita desertificação. mudanças tecnológicas importantes podem igualmente provocar uma tal desorganização, assim como catástrofes naturais, crises econômicas, políticas ou pessoais.

Coulon afirma que Thomas e Znaniecki já haviam observado essa desorganização da vida camponesa polonesa na própria Polônia, antes que começasse o fluxo migratório. Para eles a desorganização não provém da imigração, mas é a imigração que é um indício do estado de desorganização da sociedade polonesa. Em seguida, o fato de imigrarem para a América provoca uma reorganização.

O conceito de desorganização social permite entender de que modo, em certas circunstâncias, as regras sociais parecem perder a eficácia. Assim como a noção de Anomia em Durkheim, o estado de desorganização social é provisório, precede um período de reorganização. De fato, existe em Thomas e Znaniecki a idéia de uma continuidade que vai da organização social à desorganização e, em seguida, à reorganização.

O indício da desorganização social é a ausência da opinião pública, que conduz ao declínio da solidariedade comunitária.

Logo, segundo Thomas, existe um ciclo de transformações: sob a influência da evolução técnica e econômica, e ainda mais sob os efeitos da imigração, um grupo social antes organizado começa a se desorganizar para em seguida reorganizar-se, sem pôr isso, assimilar-se totalmente ao grupo que o acolhe, na medida em que podem sobreviver paralelamente formas culturais atenuadas do grupo original, cujos valores, no entanto, são menos restritivos. E essa noção de desorganização permeia a maior parte das investigações que formam o patrimônio da Escola de Chicago.

Robert J.Sampson<sup>32</sup> define desorganização social como

...a incapacidade de uma estrutura comunitária realizar os valores comuns de seus habitantes e manter o controle social efetivo. O conceito de organização social implica o entendimento da comunidade local e da vizinhança como um sistema complexo de amizade, parentesco ou afinidade e formação/manutenção de redes, com base em laços associativos formais e informais.

Segundo esta visão, tanto a organização como a desorganização social está intimamente unidos ao sistema de redes que facilitam ou inibem o controle social. Quando formulado neste sentido, a desorganização social é analiticamente separada não apenas do processo que poderia conduzir a ela (como por exemplo pobreza e mobilidade residencial) mas também do grau de comportamento criminoso do qual seria um resultado. Este conceito também vai além da explicação tradicional da comunidade como um fenômeno estritamente geográfico pela focalização da rede social dos residentes.

Uma dimensão maior da desorganização social é a capacidade de uma comunidade de supervisionar e controlar grupos de adolescentes – especialmente as *gangs*. E Sampson destaca que a delinqüência se manifesta primariamente como um fenômeno de grupo. E conseqüentemente a capacidade da comunidade de controlar a dinâmica de nível de grupo como um mecanismo teórico chave que une as características da comunidade com o crime. Entretanto, a maioria das *gangs* desenvolvem-se de grupos espontâneos, não supervisionados. Segundo Shaw e McKay (1969) habitantes de comunidades coesas são mais capazes de controlar o comportamento de jovens que fixam o contexto para a

---

<sup>32</sup> Cf. SOMPSON, 1995. p. 198.

violência de *gang*. Exemplos destes controles incluem a supervisão das atividades de tempo livre dos jovens, a intervenção nas reuniões de esquina dos jovens, em suas ações.

Neste sentido, talvez uma análise do crime baseada no fato de que os "produtores da criminalidade" agem em função do ambiente, principalmente o ambiente social, e da situação que percebem, possa nos ajudar a compreender e analisar as significações que foram estruturadas socialmente, possibilitando o desenvolvimento de "estratégias de sobrevivência e convivência" entre atores "criminosos" e não "criminosos". Desejamos, assim ter acesso a esses fenômenos particulares que são as produções sociais significantes dos agentes e tentar "captar" as "percepções" da criminalidade que emana desses arranjos de convivência.

Assim, indo na direção inversa da concepção Durkheim (que mesmo reconhecendo a capacidade do agente para descrever fatos sociais que o rodeia, considera que tais descrições são vagas e ambíguas demais para que o pesquisador lhes possa dar um uso científico), tentaremos partir das descrições dos moradores como agentes dessa relação dinâmica entre moradores e bandidos. Se para Durkheim essas manifestações subjetivas não pertencem ao domínio da sociologia, tentaremos partir de uma linha mais interacionista, em que as concepções que os agentes têm do mundo social é que constituem o objeto essencial da investigação sociológica.

BLUMER<sup>31</sup>, querendo realizar a síntese entre a abordagem individual e macrossociologia achou que a noção de "*Self*" podia cumprir esse papel, contanto que o "*Self*" fosse visto como a interiorização do processo social pelo qual os grupos de indivíduos interagem com os outros. O agente aprende a construir seu "*Self*", e o dos demais, graças à sua interação com estes. A ação individual pode então ser considerada

como a criação mútua de vários "Self" em interação. O estudo sociológico, nesse sentido, deve analisar os processos pelos quais os agentes determinam suas condutas, com base em sua interpretação do mundo que os rodeiam. Assim, talvez possamos entender o mundo social de uma comunidade que divide espaço com os "produtores da criminalidade", supondo que as percepções desenvolvidas da criminalidade serão fortemente influenciadas pela interação cotidiana desses atores (moradores e bandidos).

A complexidade e a heterogeneidade da sociedade moderna contemporânea têm como uma de suas características principais a existência e a percepção de diferentes visões de mundo e estilos de vida (VELHO, 1994). E a literatura em antropologia sobre identidade em seus mais diferentes aspectos é vasta, sendo que as dimensões étnicas, de gênero e etária estariam entre aquelas que se somam às problemáticas tradicionais de classe e estratificação. Mas uma questão que nos parece pertinente seria verificar até que ponto a participação em um estilo de vida e em uma visão de mundo implica uma adesão que seja significativa para a demarcação de fronteiras e elaboração de identidades sociais. Embora a identidade socialmente dada (como etnia, família, gênero, etc) seja importante, estamos preocupados muito mais com a identidade construída em termos de referência de grupos e de atitudes.

Sabemos que há uma coexistência conflituosa entre diferentes configurações de valores e que isso é uma marca das sociedades modernas (VELHO, 1994: 98). Mas como moradores e bandidos lidam com esse conflito de valores na estruturação de sua convivência? Como os aspectos dessa interação aparecem para eles?

E se os aspectos sociais dessa interação aparecem como reais para esses atores, eles também serão reais em suas conseqüências, nas falas dos moradores, na forma que eles

estruturam seu cotidiano. Portanto, talvez nos seja útil listar alguns dos pressupostos básicos do Interacionismo Simbólico, arcabouço da Teoria da Desorganização de Shaw e Mackay.

## 6.1 - As principais proposições do interacionismo simbólico

Vivemos em um ambiente ao mesmo tempo simbólico e físico, e somos nós que construímos as significações do mundo e de nossas ações nele com a ajuda de símbolos.

Graças a esses símbolos "significantes", que Mead distingue dos "signos naturais", temos a capacidade de "tomar o lugar do outro", porque temos em comum com os outros os mesmo símbolos.

Temos em comum uma cultura, um conjunto elaborado de significações e valores, que guia a maior parte de nossas ações e nos permite prever, em grande medida, o comportamento do outros indivíduos

Os símbolos, e portanto também o sentido e o valor a eles ligados, não são isolados, mas fazem parte de conjuntos complexos, diante dos quais o indivíduo define o seu "papel", definição esta que Mead chama de "mim", que varia segundo os grupos sociais com que está lidando, ao passo que o seu "eu" é a percepção que tem de si mesmo como um todo. Mead definiu essa diferença: O "eu" é a resposta do organismo às atitudes dos outros; o

"mim" é o conjunto organizado de atitudes que empresto aos outros. As atitudes dos outros constituem o "mim" organizado, e reagimos perante isso como o "eu".

O pensamento é o processo pelo qual soluções potenciais são, antes de mais nada, examinadas sob ponto de vista das vantagens e desvantagens que o indivíduo teria com elas em relação ao seus valores e depois, finalmente, são escolhidas; é uma espécie de substituição do comportamento de "tentativas e erro". Um "ato", portanto, é uma interação contínua entre o "eu" e o "mim"; é uma sucessão de fases que acabam cristalizando-se em um comportamento único.

Essa abordagem diferente terá também implicações metodológicas diferentes. Põe em prática métodos de pesquisa que dão prioridade aos pontos de vista dos agentes. A meta do emprego desses métodos é elucidar as significações que os próprios agentes põem em prática para construir o seu mundo social. É preciso assinalar outras influências sobre alguns autores da Escola de Chicago, tais com as idéias de Darwin sobre a evolução das espécies em Park (a ecologia Humana) e orientações, nos seus primórdios, do protestantismo, o que explicaria o porque de os primeiros sociólogos da Escola de Chicago terem uma inclinação para o trabalho social e para as reformas sociais matizadas de caridade cristã. Mas aos poucos, a sociologia foi se tornando independente. Acima de tudo, essas tendências reformadoras deram um impulso decisivo à sociologia: o de voltar para o trabalho de campo, para o conhecimento da cidade e a resolução de seus problemas sociais, não para uma sociologia especulativa, mas, ao contrário, para uma sociologia de ação. Tais elementos precursores da eclosão de idéias de investigações urbanas que Thomas, Park e Burgess viriam realizar com a segunda geração da Escola de Chicago. Nessa transição do primeiro período de uma sociologia humanista, fortemente

impregnada de valores religiosos, para a segunda fase, marcada por uma sociologia mais científica que, sem renegar a ação social, quer livrar-se desses valores em favor de um espírito de pesquisa.

Talvez então uma abordagem interacionista possa nos ajudar a entender os “estoques de categorias” utilizadas por uma comunidade específica na explicação do comportamento criminoso. Comportamento esse que, embora seja cotidiano, delinea um cenário frente o qual os atores devem “definir situações”. Mas apesar de ser um fenômeno normal, cotidiano, de não ter ligação com uma classe social específica, e de ter uma explicação mais consistente (ao nosso ver) pela ótica da Teoria da Desorganização social, foi o crime e os aspectos morais impressos aos moradores de favelas que “definiram” as políticas públicas direcionadas às favelas.

Nesse sentido, no capítulo seguinte, tentaremos discutir as ideologias que norteavam as tentativas do Estado em resolver o "problema favela". Argumentaremos que desde as décadas de 40 e 50 do século XX, as políticas públicas em relação às favelas parecem ter sido pautadas em identidades "construídas" dos favelados. Pretendemos tentar demonstrar que a favela aparece como um "problema" tanto devido ao incômodo que oferecia à urbanização da cidade, quanto pela interrupção (e retrocesso) do movimento democrático que vinha sendo desenvolvido por organizações de favelas nos anos 50 e início de 60, antes do golpe militar de 1964. E se antes do golpe militar o trato com os moradores de favelas baseava-se na lógica da cooptação e da remoção (ainda que houvesse a construção de conjuntos populares como alternativa), no período militar nem essa alternativa havia, embora a cooptação política de lideranças populares voltasse à cena no período de redemocratização. Mas ainda na década de 80, com o advento de uma

outra atividade dos "produtores da criminalidade" - o tráfico de cocaína - a criminalidade e violência produzidas por esses agentes é que, como uma luz néon na escuridão, projeta as "favelas" para todo o país. E isto não significou necessariamente uma aproximação dos moradores de favelas com a estrutura democrática. Isto porque essa estrutura democrática estava limitada, por um lado, pelas ações repressivas do Estado, baseadas na lógica da favela como o *locus* da criminalidade, e, por outro lado, pelos "produtores da criminalidade", que tentam impor seu ritmo de vida, dificultando ainda mais a aproximação das populações de vilas e favelas com a estrutura democrática, impedindo o rompimento de um estado de coisas que os mantêm como "cidadãos de segunda classe".

E se o problema dos direitos sociais de infra-estrutura teve algum "avanço", é porque valeu-se, em alguma medida, da relação clientelista e de cooptação entre associações comunitárias e alguns setores da administração pública ; fato que não foi capaz de resolver o problema da violência e da criminalidade impetrado pelo narcotráfico nas favelas brasileiras. Este tem sido atacado por ideologias de direita que confundem pobres e bandidos, supondo que ambos são comparsas devido ao fato de participarem de uma cultura comum, ou então por ideologias de esquerda, segundo as quais pobres e bandidos seriam produtos de um mesmo tecido social podre.

## 7 - O Estado e as favelas

A má vontade política não consegue explicar o porquê de o problema favela não ter sido resolvido. E isto seria demonstrado pelo exame das intervenções públicas em favelas (desde a década de 40 do século passado) pelo poder público e instituições sociais como a Igreja Católica. Argumento que parece ser compartilhado também por SOMARRIBA & AFONSO (1987), AFONSO & AZEVEDO (1987) e PAIVA (1987) que demonstram a preocupação do Estado em intervir em vilas e favelas. Assim, o obstáculo central à solução do "problema favela" teria sido a interrupção, pelo regime militar, da luta democratizante que vinha sendo desenvolvida pôr organizações de favelas nos anos 50 e início dos anos 60 do século passado (BURGOS, 1998). E o argumento é o de que a modernização conservadora promovida no período militar não dispensou esforços no sentido de abolir a luta por direitos dos excluídos da ordem social e política. Análogo ao que se fez com a estrutura sindical e partidária, também as organizações de favelas seriam desmanteladas nesse período, sendo que as tentativas insipientes de organização política ocorriam sob a égide da Igreja católica. Contudo, ao contrário do que ocorreu com as organizações operária, o mundo dos excluídos não conheceu um processo de reorganização capaz de inseri-lo no contexto da transição democrática em curso na década de 80. No Rio de Janeiro, onde a presença dos excluídos na cena política assumiria importância inédita nas décadas de 50 e 60 do século passado, a questão torna-se dramática, uma vez que a tiranização das favelas e conjuntos habitacionais pelo tráfico inibe a retomada da comunicação de seu interesses com a nova ordem de reorganização democratizante em que o país vivia. Assim, mais do que o déficit de

direitos sociais, são os déficits de direitos civis e políticos que permanecem como principais obstáculos à integração da cidade e periferia. Entretanto, já no século XXI, esta realidade parece não ser uma "marca" apenas da cidade do Rio de Janeiro, mas algo que retrata cada vez mais o cotidiano das favelas brasileiras.

Ainda nas décadas de 50 e 60 do século XX, a distância social que separa o mundo popular carioca da elite da cidade retardaria o ingresso das favelas na agenda das políticas públicas, fato que só seria revertido através da cultura, e muito especialmente da música popular, fazendo com que as favelas começassem a ser incorporadas à vida social da cidade (OLIVEIRA e HORTENSE, 1998). Mas aqui a cultura e a política permanecem como dimensões apartadas, onde se desenvolve o que Wanderley Guilherme dos Santos chama de "cidadania regulada"<sup>33</sup>, já que a restrição ao direito de voto dos analfabetos e aos direitos sociais dos que estavam fora do mercado formal de trabalho (restrições aos direitos políticos e sociais dos favelados), colocava as favelas na invisibilidade política até então.

A "descoberta" do problema favela pelo poder público não surge de uma postulação de seus moradores, visto que não se tinha a presença de lideranças comunitárias forte o bastante que chamasse a atenção das autoridades para as favelas. A descoberta do "problema" surge do incômodo que a favela causava à urbanização da cidade, o que explica o sentido do programa de construção dos parques proletários no Rio de Janeiro, que tem por finalidade, acima de tudo, resolver o problema das construções insalubres do centro da cidade, além de permitir a conquista de novas áreas para a expansão urbana na cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>33</sup> Cf. BURGOS, 1998.

E sendo vistos como pré-cidadãos pelas autoridades políticas, os habitantes das favelas não eram vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória. E é essa representação que emoldura os parques proletários, numa suposição implícita de que a transferência da população favelada para um local previamente planejado teria influência no comportamento e na moral dos favelados. Assim, parece que é essa visão ecológica que se constitui no "carro-chefe" da pedagogia civilizatória. Contudo, um efeito não esperado da experiência dos parques proletários foi por em contato o Estado e os excluídos, dando ensejo a um processo embrionário de organização dos moradores das favelas, preocupados com a generalização da alternativa dos parques proletários. Era evidente que o autoritarismo da pedagogia civilizatória ensaiada e a precariedade das instalações (concebidas como provisórias) não faziam dos parques uma idéia atraente para os moradores das favelas, razão pela qual criaram, ainda em 1945, as comissões de moradores, inicialmente no morro do Pavão / Pavãozinho. Pouco depois, favorecidas pela instauração da ordem democrática, essas comissões formulariam, pela primeira vez, uma pauta de direitos sociais referentes a problemas de infra-estrutura de suas localidades. E despertados pela intervenção do poder público, assim como pela ameaça de perderem suas casas e suas redes sociais pelo deslocamento forçado, os moradores das favelas começam a constituir-se em ator político, ainda que de uma forma tímida. Não se pode esquecer, como bem coloca Burgos, que a preservação, pela constituição de 1946, da restrição ao voto de analfabeto ainda limitava a participação de grande parte dos moradores de favelas, até mesmo em engrenagem clientelista. Contudo, o impulso organizativo dos excluídos foi suficiente para despertar nos setores conservadores da cidade o velho temor da sedição, mais tarde traduzido no slogan "é necessário subir o morro antes que os comunistas desçam". E

seria instrumentalizando esse fantasma que a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a prefeitura negociam a criação de uma instituição dedicada à "*assistência material e moral dos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro. Surgiu então a Fundação Leão XIII, que tinha por objetivo oferecer uma alternativa à pedagogia populista estado-novista*"<sup>34</sup>. Assim, no lugar da idéia de Estado-nação e do apelo às lideranças carismáticas, a igreja oferece a cristianização das massas; no lugar de coerção, oferece a persuasão, motivo pelo qual não se exime de incentivar a vida associativa nas favelas, "dentro de um espírito democrático" e de responsabilidade pessoal de cada membro, sendo totalmente banido desse movimento qualquer idéia paternalista ou de protecionismo mal compreendido e prejudicial à recuperação moral do homem. Seria então uma espécie de "catequização" política e moral, mas dentro dos moldes da elite política.

Concomitantemente, o capital cultural das favelas também começa a ser valorizado, fato que contribuiu para aproximar os moradores das favelas de segmentos intelectuais da classe média da cidade. São estudantes, profissionais da imprensa, literatos e artistas, que começam a freqüentar as favelas a fim de compartilhar, entender e revelar seu estoque de cultura. Pelas mãos desses intelectuais, as favelas ganham uma unidade positiva e estabelecem contatos mais largos com a cidade, fora do controle do Estado e da igreja. E como resultado da politização do problema favela a igreja e o poder público aprofundam seus trabalhos junto às favelas. Assim, enquanto que a Igreja atuaria de forma mais direta como interlocutora dos moradores junto ao Estado, esse buscava reunir de forma mais

---

<sup>34</sup> Cf. BURGOS, 1998.

concreta a urbanização e a pedagogia cristã no sentido de influir na formação de lideranças comunitárias, embora de forma cooptada.

A presença da Igreja como novo interlocutor, segundo Burgos, indica que a categoria "favelado" estava sendo requalificada. Com a presença informal no mercado de trabalho e, portanto, desconectada da luta operária, a categoria "favelado" emprestava uma identidade aos excluídos, dando-lhes maior possibilidade de lutar por direitos sociais, uma maior visibilidade política.

ZALUAR (1998) afirma que independentemente do grau de organização política, a favela, na visão das instituições e dos governos, é o lugar da desordem. Vista pelos olhos de outras regiões, especialmente aquelas que disputam a importância política e cultural do país com o Rio de Janeiro, ela é também uma extensão da desordem da própria cidade. Os estereótipos que se formam da cidade são os mesmo desenvolvidos pelas favelas. E ao longo deste século, a favela foi representada como um dos fantasmas prediletos do imaginário urbano: como foco de doenças, gerador de epidemias mortais; como sítio por excelência de malandros e ociosos, negros desonestos e inimigos do trabalho duro; como amontoado promíscuo das populações sem moral.

Mas ainda na década de setenta, exatamente quando o esquema dualista em termos de ordem e desordem de conceber a cidade era tão criticado, o lugar da favela, segundo o discurso sociológico, dizia que a favela era "um complexo coesivo, extremamente forte em todos os níveis: família, associação voluntária e vizinhança (BOSHI, 1970).E mais, PELMAN (1976: 136)<sup>35</sup> chega a afirmar que os favelados, além de estarem dotados de

---

<sup>35</sup> Cf. ZALUAR, 1998.

um forte sentimento de otimismo, teriam uma *"vida (...) rica de experiências associativas, imbuídas de amizades e espírito cooperativo e relativamente livre de violência"*. E para Zaluar não havia nenhum delírio por parte dos autores citados. Assim era o ethos predominante entre os favelados, justificando-se sociologicamente as demandas para a sua inclusão no campo da política e da economia nacionais. Havia, entretanto, uma atividade subterrânea que na década seguinte transformaria a vida dos favelados, assim como o discurso sociológico sobre a favela, trazendo de volta as metáforas dualistas. Com a chegada do tráfico de cocaína, e mais recentemente do crack (droga com um poder de viciar bem maior e de fácil acesso devido ao baixo preço) , em toda a cidade, a favela passou a ser representada como o “covil de bandidos”, “zona franca do crime”, habitat natural das "classes perigosas". Assim,o tráfico de drogas, difuso não só em toda a cidade como em todos os países do mundo, expõem as favelas. E sem perceberem que os laboratórios de refinamento de drogas não estão nas favelas, as autoridades políticas às vêem como “feridas” que devem ser combatidas.

De qualquer forma, independente das roupagens e contextos históricos específicos, o favelado, e conseqüentemente as favelas, sempre dependeram das formas com que as elites construía suas identidades que hora era presidida pelo higienismo, pelo desenvolvimentismo ou, mais recentemente, pela ameaça à ordem pública, visto que sua conexão com os “produtores da criminalidade” é quase que "automática". E esse dualismo na representação dos habitantes da cidade cria um "outro estrangeiro", distante e oposto àqueles que moram no "asfalto".

## 7.1 - Favela: um problema de política ou um problema de polícia?

Nas décadas de 60 e 70 do século XX era claro o movimento pendular com que o problema "favela" foi tratado pelo poder público. Assim, hora era vista como um "problema político", hora como um "problema de segurança pública". Neste sentido, antes de ser visto como o mundo dos excluídos, a favela teve que passar pela interpretação de um problema político (BURGOS, 1998). E já na década de 60 a resposta do Estado ao indício do poder de organização dos "favelados" foi apostar na revitalização do Serfha (Serviço de Recuperação de Habitações Anti-Higiênicas). O Serfha procurou então uma aproximação com as favelas, estimulando inclusive a formação de associações de moradores onde estas não existiam. E um dos primeiros objetivos do trabalho do Serfha era "capacitar" o morador como tal a ganhar certa independência para tratar com as autoridades estatais. Todavia, ao nosso ver, isto nada mais foi do que uma tentativa de manter as "rédeas" da situação, uma vez que o que prevaleceu foi a tendência a subordinar politicamente os moradores das favelas. Assim, na prática, a ação do poder público apenas acenava com a substituição da igreja pelo Estado, sendo que o revelador disso é o acordo que as associações eram obrigadas a assinar com o Serfha, o que relegava à essas associações um papel de extensão do Estado; transformando-as em uma espécie de comitê do Estado (BURGOS 1998: 31-32). Os termos do acordo entre as associações e o Estado não deixam dúvidas quanto a intenção do Estado de controlar politicamente as associações, usando a urbanização como moeda de troca, arranjo que deveria criar uma cumplicidade entre as lideranças locais e o poder público, situação favorecida pelo fato de que o Estado optara por iniciar seu trabalho em

favelas que ainda não estavam organizadas politicamente. Em suma, no lugar da estratégia católica de formar lideranças tradicionais, o Estado oferece uma alternativa com resultados mais imediatos - a cooptação de lideranças (BURGOS, 1998). No caso de Belo Horizonte, a favela aparece como um problema político através do impulso decisivo para a organização já teria surgido ainda no final da década de 40, em que o pânico generalizado trazido pela ameaça de desfavelamento levou à criação da primeira associação de moradores de favelas, na Vila dos Marmiteiros (Afonso & Azevedo; 1987). Esse pânico era reforçado tanto pelas notícias veiculadas pelos meios de comunicação, quanto pela ação violenta da polícia, que preferia fazer suas incursões pelas favelas de Belo Horizonte à noite, invadindo casas e barracos, sem se preocupar com as formas legais de um mandato ou de um pretexto de prestar ajuda aos moradores. Ou seja, ainda na nova república o favelamento e sua erradicação eram vistos como um problema de polícia (AFONSO & AZEVEDO; 1987). As reuniões oficiais dessa primeira associação teria que ser clandestina. E não porque havia uma proibição generalizada, mas porque, em se tratando de favelados, essas reuniões eram consideradas "movimentos subversivos" pelas autoridades.

A partir do final da década de 60, mais precisamente em 1968 com o advento do AI-5, mesmo a clandestinidade fica dificultada e o desfavelamento passa, de fato, a ser um problema policial em Belo Horizonte. E uma inflexão no cenário político do país só ocorre em meados da década de 70, em que se tem os primeiros acenos de reabertura política e, como isso, a derrota do partido oficial nas eleições parlamentares, expressando a nítida insatisfação, das camadas populares (especialmente aquelas que não dispunham

de equipamentos urbanos; alvos da baixa ou nenhuma prioridade) em relação ao regime autoritário.

Mas com a nítida consciência do fim do milagre econômico e, com isso, a impossibilidade de fazer grandes obras, volta-se ao discurso oficial e ao interesse pelas pequenas obras com participação da população. Nesse sentido, tem-se uma "explosão" de programas com a participação da população; obras para as quais o governo apresentava recursos e a população a mão-de-obra. Nesse momento, coexistem, em Belo Horizonte, de um lado o CHISBEL (Coordenadoria de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte), que insistia na linha remocionista, e de outro lado, o PRODECOM (Programa de Desenvolvimento de Comunidades), cujo papel era mobilizar esforços e capacidade associativa da população como instrumento na resolução de problemas ligados à infra-estrutura urbana (AFONSO & AZEVEDO, 1987).

Com o propósito de viabilizar o diálogo Estado/organizações populares no período de abertura é que se procura, até mesmo em momentos marcados por traços autoritários, preencher os cargos da esfera da administração pública com pessoas ligadas aos movimentos populares. Isso se dá, principalmente na fase que marca a abertura política no Brasil, através da escolha de detentores de cargos eletivos com votação expressiva nas camadas populares, de técnicos conhecidos por suas posições progressistas (SOMARRIBA & AFONSO, 1987). E esse cenário aparecia em muitas outras cidades do país. Em Belo Horizonte, ainda na década de 80, com a ascensão do PMDB ao governo do Estado, há um aprofundamento dessa tendência de aproximação dos movimentos populares assim como a tendência em estimular a organização onde esta não existe. Isto

se manifestará na organização de comissões e Conselhos, dos quais participam representantes dos movimentos populares.

E o estímulo à organização continuaria e seria a marca de uma outra secretaria, criada ainda na década de 80, A Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (SETAS). Esta secretaria iria trabalhar com uma comissão composta de representantes da Secretaria de Estado, representantes de associações profissionais, de federações das Associações de Moradores de Bairros, vilas e Favelas de Belo Horizonte (FAMOBH), e da União de Trabalhadores da Periferia (UTP).

O que podemos perceber é que tanto antes do período militar, quanto no período de “abertura política” a visibilidade da favela dependeu muito mais das formas como as elites a concebiam, do que pela aparição de uma liderança política forte proveniente da favela. É o que parece ficar claro com a administração de

Com a administração de Negrão de Lima no Rio de Janeiro parecia que a trilha do *"Serviço Especial de Recuperação das Favelas e habitações Anti-higiênicas (SERFHA) seria retomada, fazendo supor que a via do controle duro e direto seria abandonada para a retomada da estratégia da cooptação"*. No entanto, sua ação agora se pautaria por uma leitura que via a favela como o lugar do vício e da promiscuidade, "refúgio" de criminosos. E um exemplo da volta dessa concepção da favela é um relatório oficial de 1968, em que a favela é descrita como sendo uma aglomeração irregular de subproletários sem capacitação profissional, baixos padrões de vida, analfabetismo, messianismo, promiscuidade, alcoolismo, o hábito de andar descalço, superstição e espiritismo, falta de recreação sadia, refúgio para elementos criminosos e marginais, foco de parasitas e doenças contagiosas (BURGOS, 1998).

Nessa reelaboração da identidade do favelado, nem mesmo a lógica de negociação, baseada na cooptação de lideranças, poderia ser implantada; afinal, a cooptação foi desenvolvida tendo em vista uma outra identidade do favelado como um ator político, aquela que vinha sendo politicamente construída e que, inclusive, dera lugar a uma identidade federativa, a Fafeg. A polarização entre o mundo da ordem e o mundo da desordem devolve a representação da favela aos termos da década de 40; da favela como o habitat de indivíduos pré-civilizados, e, por isso, não cabe mais diálogo com suas entidades políticas: a discussão sobre o que fazer com as favelas independe da opinião e da participação de seus moradores.

O fato é que, quer seja com a preocupação de "resolver" o incômodo que a favela causava à urbanização da cidade, quer seja para permitir a conquista de novas áreas para a expansão urbana e especulação imobiliária, a favela e o favelado foram construídos sempre de acordo com uma ideologia que oscilava entre a visão do favelado como um indivíduo moralmente deficiente e, por isso, "pré-cidadão", necessitado de ser catequizado e não possuidor de direitos; e a visão que o enxergava como alguém com uma "vida rica de experiências associativas, imbuídas de amizades e espírito cooperativo e relativamente livre de violência". Mas em qualquer uma dessas ideologias que norteavam as ações em favelas, o favelado parece ter sido sempre o objeto e não o sujeito; hora devido às limitações, resquícios do Estado novo, hora devido ao abafamento do regime militar ou então, atualmente, devido à ditadura imposta pelos poderes paralelos na figura dos traficantes nas favelas de todo o país. E esta última construção do favelado se deve à uma outra atividade menos aparente no início da década de 80 e que veio transformar a vida dos favelados e o discurso sociológico sobre favelas (Cf. ZALUR,

1998). Assim, com a chegada do tráfico de cocaína em toda cidade, foi a favela quem mais sofreu com as tentativas de repressão ao tráfico. Ela voltou a ser vista como o covil de bandidos, habitat natural das "classes perigosas". Contudo, parece evidente que as conseqüências econômicas e políticas das atividades ligadas à cocaína atingiram, sobretudo, os segmentos econômicos aos quais se negam os "benefícios" da transição democrática (LEEDS, 1998). Isto porque uma das marcas entre a relação Estado/movimentos de favelados é que, nos períodos autoritários, ele, o movimento de favelados, sempre foi o primeiro a ser reprimido e, nas conjunturas de redemocratização, o último a ser beneficiado (AFONSO & AZEVEDO, 1987)).

De acordo com LEEDS (1998), o modo pelo qual o Estado reage contra o tráfico de drogas nas favelas constitui um exemplo atual de repressão de segmentos expressivos de toda uma classe. Nesse sentido, embora o crime organizado tenha tentáculos em todas as classes sociais, são eles (os moradores de favelas e conjuntos habitacionais populares) que convivem com a violência impetrada pelos "poderes paralelos".

Entretanto, para nós, através de entrevistas feitas com moradores e lideranças da Vila CEMIG e Conjunto Esperança, assim como por meio de observações, ficou claro que em Belo Horizonte a criminalidade não tem as mesmas características da criminalidade carioca. Percebemos que não existe uma estrutura organizacional nos moldes de um "crime organizado". Também não há porque supor, no caso de Belo Horizonte, que exista uma "conivência engessada" entre moradores de favelas e os "produtores da criminalidade" como forma de saída para a falta de confiança nas instituições que têm o dever de protegê-los.

Não se pode negligenciar, evidentemente, que o tráfico de cocaína (e mais recentemente o crack) tornou-se a principal atividade dos "produtores da criminalidade", substituindo os assaltos a bancos tão comuns nas décadas de 70 e 80 do século passado (Cf. LEEDS, 1998: 239). As favelas tornaram-se, por um lado, o ponto estratégico para a ação dos "criminosos". Assim, ou os clientes vão até eles, ou a mercadoria tem uma circulação interna. Isto porque nas favelas, os traficantes estão mais protegidos, tanto devido ao conhecimento que têm dos emaranhados de becos, como pelo temor dos moradores; temor esse que os obriga a criarem "regras de convivência". Por outro lado, as favelas se tornaram mais ainda alvos da polícia repressiva. E uma vez que o braço mais fraco do tráfico está nas favelas, estas passam a "encarnar" agora, na prática, a idéia de "*locus da criminalidade*".

Mas tanto quanto, ou mais grave que o déficit social, alvo principal das associações de moradores da favelas em todo o país (em que a rede de esgoto é precária, assim como a de água e a de energia elétrica) são os déficits de direitos civis e políticos. Bem mais importante, contudo, são os constrangimentos à liberdade impostos pelo tráfico (BURGOS, 1998). E embora o autor esteja se referindo às favelas do Rio de Janeiro, não foi difícil constatar esse estado de coisas nas favelas Vila CEMIG e Conjunto Esperança, onde a comunidade tem sido "castrada" em seus direitos civis e políticos mais elementares. Isto fica claro quando percebemos que o que mais incomoda 84,5% dos entrevistados é a violência gerada pelos traficantes locais. Os "poderes paralelos" impõem uma socialização terrorista, baseada no medo, que impede a população de exercer direitos civis básicos, como o de ir e vir. Isto evoca um outro problema que tem a ver com as possibilidades de se escapar da condição que "limita" a ascensão social dos

membros dessa comunidade, visto que, tirando-lhes o direito de ir e vir, tira-lhes também a possibilidade de participar das decisões das associações de moradores, de poder melhorar como pessoa, visto que, por não poder ir e vir em determinados horários, são proibidos de fazer um curso de alfabetização, primário ou secundário, já que os horários que tem para estudar coincidem com o horário que compõe o melhor cenário para as ações desses grupos. À noite, além de contarem com o temor da população, contam também com o possível anonimato que a escuridão nos becos proporciona. E uma questão que se coloca é quais as possibilidades do Estado em intervir nesse cenário onde a socialização terrorista impera, e fornecer um mínimo de sentimento de segurança que seja capaz de romper com essa lógica que poda desde a mais simples ambição de alfabetizar-se, até a possibilidade de ritualizar suas crenças em um templo, terreiro ou na casa de um vizinho que comunga a mesma fé. E tais possibilidades, caso existam, enfrentam outra dificuldade de ser exercida na prática, se considerarmos o fato de que as ações dos "produtores da criminalidade" são julgadas, pela comunidade, de acordo com princípios de honra masculina, defesa de territórios e um conceito de moral muito próprio, e não de acordo com limites claros de normas e crimes juridicamente dados. Não quer isto dizer que não haja fronteiras definidas entre o trabalhador, que se orgulha de ser o provedor de sua família e o bandido (Cf. ZALUAR, 1985), mas é, para dizer o mínimo, um sintoma bastante preocupante que a forma de estigmatização do criminoso não esteja subordinada ao reconhecimento das normas vigentes para toda a sociedade, mas a códigos referentes à justiça ou a injustiça de cada ato isolado. Pelo menos no momento em que os atos desses criminosos estão sendo julgados por moradores de seu "pedaço", que podem "aprovar", "desaprovar" ou simplesmente serem "indiferentes" a tais atos

criminosos. Isto porque o julgamento estará subordinado a regras morais de convivência; de honra masculina ou de pertencimento a um "pedaço".

Portanto, pode-se dizer que, sem encontrar tradução no quadro político-institucional, a democracia acaba produzindo efeitos perversos, que se fazem manifestos na forma específica não só da violência carioca, mas no desenvolvimento de percepções da criminalidade bastante peculiar às populações da periferia social brasileira (ZALUAR, 1998). Mas a dissonância existente entre a ordem política e a ordem social, no caso dos excluídos, não foi uma construção do regime militar, embora tenha sido aprofundada nesse período que, inclusive interrompeu um movimento em direção contrária (Burgos, 1998). A consequência disso seria que hoje muitas favelas, principalmente algumas favelas do Rio de Janeiro, constituem territórios privatizados pôr grupos paraestatais, e a questão não é a legitimidade que esses grupos venham a adquirir, pois nada indica que possam dominar, a não ser pelo uso da força das armas e da sociabilidade terrorista que impõem (ZALUAR, 1985: 166). Assim, os constrangimentos físicos e morais que esses "produtores da criminalidade" impõem às organizações políticas e sociais locais (mesmo quando os membros desses grupos de traficantes não estão presentes, percebe-se um temor em se falar deles e, quando se arrisca a falar deles, é através de sussurros, em voz baixa, como se a pessoa de quem se fala estivesse a dois metros de distância), dificultam a aproximação dos moradores com a estrutura democrática. Nesse sentido, a adesão dos excluídos à estrutura democrática fica seriamente comprometida, fazendo com que eles continuem a ser meros "cidadãos de segunda classe", sem direito a ter direitos. E como as liberdades de organização, de expressão e de ir e vir, consagradas na constituição de 1988, não têm sido asseguradas aos excluídos, devido aos famosos "toques de recolher",

também estão comprometidos os seus direitos políticos, fato que talvez explique a ausência, nas últimas três décadas passadas, de uma demanda organizada dos excluídos por direitos, o que faz com que eles fiquem à mercê das ações do Estado que são baseadas nas leituras que as elites fazem deles.

Nesse sentido, a favela, como um problema político, não seria a princípio como tal incorporada à agenda política da administração municipal. É pelo ângulo da política de segurança pública que o problema favela volta à cena política; e como esse problema não é da alçada imediata do município, este não o vinha encarando, pelo menos até recentemente, como uma prioridade sua. Isto fazia com que o "problema da favela" fosse visto (quando era visto), apenas como um problema social de infra-estrutura. Mas o problema da falta de infra-estrutura parece ter tido uma "solução", isto é; embora os movimentos sociais surgidos no período de abertura política buscassem uma certa autonomia tanto em relação ao Estado, quanto em relação aos partidos políticos na forma de repulsa às atitudes clientelistas, essas atitudes tiveram que conviver com a ideologia de comunidades locais, implementada pela Igreja Católica na solução dos problemas sociais de moradia, rede de água, esgoto, etc.. Isto serviu como um reforço à segmentação da população e diminuiu os compromissos com interesses e estratégias mais gerais e públicas, jogando o foco de luz nas diferenças entre os grupos e não na universalidade dos direitos de cidadania (Cf. ZALUAR, 1998: 217).

Contudo, os moradores das favelas brasileiras parecem não conhecerem saídas clientelistas para o problema da violência impetrada pelo tráfico de drogas; problema esse que tem afetado profundamente os movimentos sociais e qualquer tentativa de organização política dos moradores das favelas, dificultando e, muitas vezes, até

impossibilitando o uso da militância e da participação como uma porta de saída coletiva das condições de vida.

As análises dualistas, que insistem no modelo causal pobreza/criminalidade não dão conta de explicar o grau de reprovação que os poderes paralelos têm junto aos moradores das favelas onde atuam. Assim como não explicam a relação clientelista muitas vezes desenvolvida entre os moradores e o bandido que os respeita e os defende dos bandidos de outro território; que conhece as regras de convivência; que, indiretamente os nutre com um sentimento de vingança contra o policial corrupto ou contra o bandido que não respeita as "regras ". Os bandidos respeitadores das regras "não têm nada a perder" e podem enfrentar tanto o policial corrupto, quanto o bandido que suja a sua área de "igual para igual".

O fato é que precisamos definir o "problema favela", assim como tentar descobrir um outro instrumento de análise. Aquele produzido ao longo da história parece não dá mais conta do problema. A favela como um problema de saúde pública, como um quilombo cultural ou uma anomalia moral, representações correntes nos anos 40 e 50 de século passado, parece não fazer mais sentido. Pôr outro lado, tratá-la como questão de segurança nacional, como ocorreu no período militar, não parece compatível com o momento democrático em que vivemos. Mas uma questão muito bem colocada pôr Zaluar é: será que a democracia também serve para os pobres? E nesse sentido, ela coloca os resultados desastrosos da leitura ideológica que, tanto a esquerda, quanto a direita fazem dos favelados e do criminoso:

*"Na visão da direita, pobres e bandidos se confundem, aliados naturais que são por participarem de uma "cultura marginal" comum". Do outro lado da cerca, mas tão*

afastados dos trabalhadores quanto os primeiros, ficam certos intelectuais de esquerda para quem o mesmo tecido social podre, entidade genérica que tudo explica e que ameaça jogar fora o bebê com a água do banho, produz trabalhadores revoltados e fabrica Escadinhas e Gordos. Se a podridão do tecido os produziu, a união de uns e outros se dá e se justifica pela proteção romântica e socialmente justa que os últimos oferecem aos primeiros. Uma união quase santa porque maldita pelo resto da sociedade.

Assim sendo, ficamos nós, do asfalto e das classes prósperas, com a democracia, o direito de lutar pôr mais atenção (e mais verbas) do inesgotável Estado brasileiro, enquanto eles, os pobres do morro e dos CEHABs, ficam fadados à eterna falta de direitos civis, políticos e sociais. Como prêmio de consolação, fica-lhe, no entanto, a proteção e a presença in loco de cinematográficos, charmosos e armados bandidos em eternos tiroteios entre seus muros e janelas que demarcam o espaço onde ainda podiam ter alguma liberdade no controle de suas atividades e de seu tempo. Ora, identificando-os com os criminosos, dizendo-os seus aliados naturais ou, pelo caminho inverso, romantizando o bandido e idealizando suas relações com os favelados, não se está lhe traçando um destino inexorável – *“o de permanecerem marginalizados num gueto de pobreza acrescido agora do poder imposto pela força?”* (ZALUAR, 1994: 49-50)

Assim, parece que a resposta negativa sobre se a democracia serve também para os pobres é ela mesma quem dá, alegando que tanto a leitura da esquerda quanto a da direita têm um mesmo efeito, que é o de limitar os pobres à condição de “cidadãos de segunda classe”. Ao colocá-los (pobres e bandidos) como originários de uma mesma estrutura social podre, ou como aliados naturais, por participarem de uma cultura comum, tira-lhes o direito a ter direitos. Contudo, contrária à visão da direita, apesar dos favelados

aceitarem favores e serviços de seus poderosos “protetores”, a identificação dos primeiros com os segundos convive tensamente com as formas de diferenciação produzida socialmente pelos moradores (ZALUAR, 1985). E diríamos que essa relação tensa entre identificação e diferenciação aparece claramente no momento em que, por exemplo, o "bandido formado", que respeita os moradores e as regras de convivência, dispara tiros contra o bandido de outro "pedaço", ou "briga na mão" com um bandido não muito quisto da mesma área. Nessa hora, não faltam moradores que, entre sussurros, o alerta a "sair fora" porque "vai sujar"; numa demonstração clara de aprovação ou, no mínimo, convivência. Mas são esses mesmos moradores que, no dia seguinte, fazem questão de serem vistos saindo para o trabalho, ou de não serem vistos em companhia de pessoas envolvidas na criminalidade local; isto é, fazem o possível para se diferenciarem dos bandidos através do trabalho honesto, tendo na condição de provedor da família o principal ponto de referência de diferenciação, ou fazendo um curso noturno, na intenção de terminar o segundo grau ou de se profissionalizarem. E isto está longe da visão romântica da esquerda, que via a união de trabalhadores e bandidos emanando de um mesmo tecido social danificado, comum a ambos. É certo, sem dúvida, que entre polícia e bandido, "o pobre fica com o que conhece há mais tempo e, apesar da arma na cintura, ainda aceita uma conversa de vez em quando". Mas a questão que se coloca é saber até que ponto trata-se de uma "estratégia de sobrevivência", de uma afinidade pôr participarem de uma cultura comum, ou uma relação romântica de proteção e convivência entre pares da exclusão.

Talvez sejam situações como esta (em que, embora muitas motivações podem estar entrelaçadas para promover essa relação ambígua entre moradores e bandidos) é que

fazem com que as “estratégias de convivência” sejam as que mais aparecem na relação entre moradores e bandidos e, conseqüentemente, as que garantem um mínimo de segurança para a população. Mas como seria o cotidiano em uma favela? Como os moradores de favelas estruturam suas vidas na divisão do espaço com esses atores tão “temidos”?

## **8 - Vila CEMIG e conjunto esperança vistos de dentro**

A informação que tive era que, para se chegar à Vila CEMIG e ao Conjunto Esperança, eu deveria ir até o ponto final do ônibus 1115. Mas a mesma pessoa que me deu a informação, também me advertiu: "mas cuidado, é o lugar mais perigoso de Belo Horizonte".

Exagerada ou não, a advertência já deixava mais ou menos aparente um certo desconforto dos moradores em relação ao teor atingido pela criminalidade naquele local.

O ônibus então pára em um ponto qualquer e percebo que é o ponto final quando sobram apenas eu, o trocador e o motorista. Desço e começo uma verdadeira "caçada" em silêncio, pois tinha receio de começar a fazer perguntas e, precipitadamente, deixar claro que eu não era do "pedaço" (como se a essa altura, mesmo o traficante no beco mais distante do ponto final do ônibus não soubesse que chegou um sujeito com cara de policial disfarçado, carregando uma prancheta e com uma pochete na cintura). Por onde passava deixava um rastro de olhares curiosos, tentando descobrir em que casa eu iria entrar e, com isso, quem estava procurando.

Depois de entrar e sair de ruas e becos, chego a uma bifurcação em que tenho que decidir se entro no beco em que não havia ninguém, ou se no outro beco onde havia um grupo de indivíduos que há muito tempo me observava, e que, com o semblante de curiosidade, me perguntava quem eu era e o que estava procurando ali. Com muito receio e para não deixá-lo tão aparente, resolvi entrar no beco onde as pessoas se aglomeravam.

Após percorrer uma verdadeira "via sacra", tomando o cuidado de não repetir caminhos e deixar tão claro que estava perdido entre aquele emaranhado de becos, resolvi que era hora de começar a perguntar pelo endereço do único nome que eu tinha como referência. Curiosamente, depois de tanto andar, a primeira vez que pergunto, tenho como resposta: "é o segundo beco à direita". É como se algo sobrenatural protegesse os pesquisadores.

Uma das coisas que já me chamam atenção é o aspecto físico da Vila CEMIG e Conjunto Esperança. As ruas muitas vezes são um prolongamento do quintal, onde pode se encontrar carros cobertos com lençóis como se estivessem em uma garagem particular. Quando se transita pelos becos, é muito comum estar transitando, ao mesmo tempo, pelo quintal de alguém; tanto porque fazem dos becos um prolongamento de suas propriedades, quanto porque não se preocupam em demarcar suas propriedades. Rebocos e pinturas nas casas são luxos muitas vezes dispensáveis. Observo verdadeiras "obras de artes" da engenharia civil em que qualquer barranco é aproveitado, com pilastras, para se construir um barracão. Os botecos, em alguns locais, estão intercalados com as igrejas evangélicas, como também estão intercalados os tipos de sons. Assim, é muito comum ouvirmos músicas evangélicas vindas de uma pequenina igreja pentecostal e, ao mesmo tempo, um pagode ou um samba vindos de um boteco ao lado da igreja. Isto cria uma situação inusitada, onde crentes e freqüentadores dos bares, involuntariamente, acabam compartilhando mutuamente seus gostos musicais. Os outros moradores, aparentemente alheios tanto ao pagode quanto às músicas evangélicas, ficam parados nos portões ou debruçados nos muros de suas casas, onde se sentem mais ou menos seguros, assistindo a tudo e usufruindo dos dois mundos, sem necessariamente se decidir por algum deles.

A ligação entre as duas vilas é feita por uma única rua e os pontos de comércio estão concentrados, em sua maioria, na Vila CEMIG, o que talvez poderia ser explicado pelo fato de que o Conjunto Esperança foi construído há menos de 10 anos, quando a Vila CEMIG já estava bem consolidada, com uma dinâmica própria. Mas a verdade é que o fato do centro de comércio estar situado em sua maioria na Vila CEMIG cria um problema sério para os moradores do Conjunto Esperança, considerando a rivalidade existente entre os traficantes das respectivas vilas; rivalidade essa que obriga os moradores do Conjunto Esperança a usarem a Vila CEMIG apenas como uma via de acesso obrigatório para irem do ponto final do ônibus 1115 (única opção para se chegar ao centro de Belo Horizonte) até suas casas e das casas até o ponto final do ônibus:

Aqui tem o problema de *gangs*, a daqui da Vila CEMIG não aceita que a de lá vem aqui e nem a de lá não aceita que a daqui vai lá. Antes não tinha perigo nenhum, as pessoas conversavam na porta de casa, nas ruas, mas agora é assim, chegou à noite é portas fechadas, portão fechado. Quem vem do ônibus vem correndo para chegar em casa, vem voando para chegar em casa. Até festa agente tem medo de fazer aqui. (A. Vila CEMIG)

Descubro, posteriormente, que só o fato de descer no ponto final do ônibus e conseguir chegar em casa sem ser assaltado já é uma grande façanha. Isto porque um dos locais preferidos dos assaltantes é o ponto final do ônibus, onde eles têm como opções o dinheiro do trocador e, dos passageiros e da mercearia, que chega a ser assaltada até 3 vezes por dia. Assim, escapando desse ponto crítico, os passageiros vão direto para suas casas. Os moradores que não estão envolvidos no crime não se arriscam a parar. Mas isto não é garantia de segurança, pois em determinados horários (como a partir das 21hs) até

mesmo a simples travessia na única via de ligação entre uma vila e outra é arriscada, devido aos tiroteios constantes entre quadrilhas rivais ou entre a polícia e os traficantes. E os bandidos tentam amenizar as conseqüências desses tiroteios para os moradores com o "toque de recolher"; o que cria outro complicador na estrutura social daqueles que tentam romper esta estrutura perversa que os impede de ascender socialmente através dos estudos, dos cursos noturnos e mesmo de ritualizar uma crença nos templos ou terreiros.

Continuando o meu "turismo" pelas vilas, percebo, através das construções das casas, que não há uma homogeneidade de renda. E isto fica mais aparente na Vila CEMIG, onde existem muitas casas bem construídas, de até 3 pavimentos, outras com carros usados ou semi-novos na garagem, casas com antenas parabólicas, antenas de TV por assinaturas, etc. Outras casas sequer foram rebocadas ou pintadas. As construções do Conjunto Esperança são padronizadas pela prefeitura, ou seja, trata-se de uma ocupação planejada, com becos milimetricamente idênticos, além dos blocos bem divididos em quadras homogeneamente loteadas.

Entretanto, esse planejamento não impediu que se criasse um cenário favorável às ações das quadrilhas. Pelo contrário. Parece que os idealizadores do Conjunto Esperança e desses becos bem planejados que separam os blocos, facilitaram muito as atividades desses grupos, ao desconsiderarem a necessidade do trânsito de automóveis nesses locais. Principalmente o trânsito de viaturas da polícia. Estas são rapidamente anunciadas assim que chegam, pôr não poder se aproximar mais do Conjunto Esperança. E o conhecimento que os membros desses grupos têm dos becos é fundamental na hora de uma possível fuga. Isto é verdade tanto para o Conjunto Esperança, quanto, principalmente para a Vila CEMIG, que não passou por nenhum planejamento governamental.

Observo algumas casas abandonadas, sem portas e janelas, com muito mato no quintal e destelhadas. Soube, depois, que a violência e a criminalidade é que foram o motivo do abandono; criminalidade essa que faz suas vítimas diretas e indiretas. São famílias inteiras que abandonam suas casas para não morrerem de bala perdida, ou de bala "com um endereço certo", devido ao envolvimento do filho com o tráfico, adquirindo dívidas sem ter como pagar ; fazendo inimigos nessa trajetória onde o "respeito" entre a malandragem é conseguido pela força das armas e pela habilidade de "negociar com seus "pares"; habilidade essa que se tornou a única maneira de diminuir a necessidade do uso da arma e, com isso, prolongar em alguns anos (talvez meses) as vidas desses jovens, que são ceifados tão precocemente da terra dos viventes.

Os que não tiveram a opção de abandonarem suas casas tentam se "adaptar" à essa realidade e permanecem no local. Talvez seja a presença desses heróis ; que tentam impor o seu cotidiano, que continuam trabalhando, que continuam procurando emprego, que continuam acreditando no poder do associativismo na resolução de problemas, que continuam estudando à noite, que ainda ritualizam suas crenças; enfim, talvez sejam esses moradores, que desafiam as *gangs* com a suas presenças conformistas, contrastando com a inovação das *gangs*, é que não deixam a situação ficar mais insustentável; transformando-se inclusive em um referencial. Os “agentes produtores da criminalidade” vêem o modelo de vida dos membros da população como um alvo a ser alcançado em um futuro não muito distante, ainda que de forma não declarada. E isto se coloca nas expressões: "vou regenerar depois dessa parada", ou "eu ainda vou voltar para a igreja, porque no mundo a gente não tem amigo não". Além disso, é bastante curioso a ausência, por exemplo, de atos de vandalismo dentro das vilas, a ausência de problema de

desordem como lixo espalhados nas ruas, barulhos de aparelho de som altas horas da noite, deixando claro uma influência de mão-dupla nos respectivos cotidianos dos "produtores da criminalidade" e da comunidade na qual estão inseridos.

Mas à medida em que vamos penetrando no Conjunto Esperança e distanciando do centro da Vila CEMIG e do ponto final do ônibus, percebemos que, contrário do que ocorre no centro da vila, as ruas não são asfaltadas; vejo que um único beco faz a ligação entre o centro da vila e regiões mais afastadas; falta de luz elétrica, rede de esgoto e de água. E as conseqüências disso são a falta de coleta de lixo, falta de uma ronda policial. Com isso, os "poderes paralelos" impõem uma socialização terrorista, baseada no medo, que impede a população de exercer direitos civis básicos, como o de ir e vir.

Entretanto, à primeira vista, quem anda pelas ruas da Vila CEMIG e pelos becos do Conjunto Esperança, não percebe muita diferença entre estas Vilas e outras vilas e favelas de Belo Horizonte. Isto porque o que se vê são os mesmos problemas que se observa em qualquer periferia: os botecos sempre cheios de pessoas bebendo, jogando baralho, dominó ou sinuca. Bêbados caídos nas portas dos bares. Grupos de adolescentes envelhecidos pelas drogas e noites sem dormir nas entradas dos becos. Pessoas desocupadas nas beiras das ruas. Meninas belas, entrando ou saindo da adolescência, mas já com filhos nos braços; meninas que por admiração ou para se protegerem, acabam se envolvendo com o bandido mais temido da favela, o que lhe permite andar para qualquer lugar com uma certa "segurança", em fim, muita gente nas ruas. Nem parece uma tarde de segunda feira. Também muitos adolescentes, que tentam escapar dessa estrutura perversa, saindo da escola no final da tarde. Trabalhadores, chegando de mais um dia de trabalho e com os passos apressados antes do "toque de recolher", cuja principal

esperança é encontrar suas famílias e casas da forma que deixaram quando saíram de manhã. Mães buscando os filhos na creche, um dos únicos lugares mais ou menos seguro para as crianças.

Mas depois de toda essa dinâmica, vem o aprisionamento em suas próprias casas. E isto não ocorre em qualquer periferia. Agora, à noite, entra em cena "os donos da rua". Não tem mais espaço para aqueles que não estão diretamente envolvidos nessa guerra. Nessa hora, o barulho de crianças uniformizadas correndo nas ruas e daquele monte de passageiros descendo no ponto final do ônibus 1115 dão lugar a um silêncio que só é interrompido pelo som da novela das 7 e, mais tarde, pelos tiroteios que se intensificam nessa hora. Mas ninguém se arrisca a sair para ver onde foram parar os tiros. Não precisa. Se houver algum cadáver, a notícia se espalhará antes do final do final do Jornal Nacional. E, na maioria das vezes, as pessoas mais bem informadas em relação ao acontecido são aquelas que estão na linha que limita a legalidade e a ilegalidade; que têm "trânsito livre" entre a população conformista e os traficantes; enfim, aqueles que hesitam entre a introjeção de normas de um grupo conformista e de um **inovador** no sentido mertoniano do termo. Mas as informações sobre de onde as balas saíram já não são tão fáceis de conseguir. Isto porque ninguém viu nada. Apesar do crime ter acontecido em frente ao boteco do Baiano, ninguém viu quem atirou; "quando saíram para ver que barulho era aquele, o corpo já estava estendido no chão". Ninguém arrisca um palpite sobre quem seria o possível ou os possíveis autores dos disparos. E a tranqüilidade em se fazer inferências sobre quem seria o autor não aumenta à medida que se afasta do local do crime; eles sabem que as palavras voam e que ninguém está protegido. Pôr isso, quando falam de algum bandido perigoso, falam entre sussurros,

como se o indivíduo estivesse à metros de distância, mesmo sabendo que ele ainda está preso.

O motivo do crime é menos misterioso: o envolvimento com o tráfico. Devia e não pagou; disputava seu ponto; "dedurou" alguém; "trocou" tiros com a polícia, ou, num confronto com um de seus pares devido a uma rixa antiga, levou a pior. E nesse sentido, por um mero acaso, ele foi a vítima. O desfecho poderia até ter sido outro, no qual ele, a vítima, seria o autor do crime.

Depois de horas de espera, chega o rabeção. E para os funcionários do IML é apenas mais um dia de trabalho, mais um corpo. Já para os parentes, é uma realidade que, mais cedo ou mais tarde, eles esperavam por ela. Talvez seja até um alívio. Depois de tantas noites sem dormir, de joelhos, orando pelo filho, ou temendo ter a casa invadida pôr traficantes, pela polícia, a mãe poderá agora se concentrar na criação dos filhos pequenos e torcer para que eles continuem na igreja depois que crescerem; visto que, para ela, a permanência na igreja é o único modo de escaparem dessa guerra, exterminadora de futuros.

Dentro de casa as horas não passam para as outras mães. O filho que está envolvido no tráfico ainda não chegou em casa. Existe uma esperança de que, pelo menos esta noite, ele volte antes das 3 horas da manhã. Mas se voltar só no dia seguinte, tudo bem. Pelo menos voltou vivo. As escolas que oferecem o 2º grau ficam no bairro Flávio Marques, distantes da vila. E os pais só ficarão "tranqüilos" quando ouvirem o barulho do último filho ou filha abrindo a porta. Caso isto aconteça, é sinal de que sobreviveram a mais um dia de uma rotina que, aparentemente, estão acostumados; mas na verdade não estão.

Em muitos casos a sociabilidade terrorista, imposta pelo tráfico de drogas, é amenizada quando vista através de um prisma comparativo e não absoluto:

*"Antes de vim para o Conjunto Esperança, nós morava em Nova Granada, de aluguel e, o que é pior, em cima de um aterro de lixo que perigava explodir a qualquer momento".*

(C. Conjunto Esperança)

E, nesse sentido, alguém diz:

*"...não temos do que reclamar (...) a guerra é entre os traficantes ; não mexem com a gente (...) é só não se envolver nos negócios deles e eles não mexem com a gente".* (M.

Conjunto Esperança)

E essa aparente imparcialidade parece ficar mais clara ainda em um outro depoimento:

Olha, vender eu nunca vi não, agora usar eu vejo. Atrás da minha casa mesmo é o ponto deles, que é um beco escuro e eles entra para lá. Mas agente nunca vai lá. Só fecha a janelinha para não entrar aquele mau-cheiro dentro de casa. Mas eles nunca prejudicou a gente em nada.  
(C. Vila CEMIG)

O fato é que as coisas não parecem ser tão simples assim. Tanto que, ao perguntar o que mais incomodava os moradores, a maioria respondeu que era a violência impetrada pelo tráfico de drogas, seguida da distância do centro de Belo Horizonte. É interessante perceber o pouco incômodo (comparado ao problema da criminalidade) que causa a falta de infra-estrutura urbana (como a pavimentação, rede de esgoto e de luz e becos que dificultam a coleta de lixo), principalmente se considerarmos as falas dos moradores

mais distantes do centro das vilas, onde este serviço é mais precário ainda. Nesse sentido, o fator mais desconfortável é a criminalidade que, de uma forma ou de outra, afeta a todos os moradores:

... O que mais incomoda é a violência, eu tô sem espaço dentro da minha própria casa, eu trabalho a noite e largo serviço 2 horas da manhã e tenho que esperar amanhecer para poder vir embora. Eu sou criado aqui, moro aqui há 34 anos e não tenho segurança...antes eu trabalhava à noite e quando estava de folga eu perdia o sono e saía de bermuda e até sem documentos de madrugada, hoje eu não posso fazer isto mais... (A. Vice-presidente da associação da Vila CEMIG)

E fechar os olhos para este estado de coisas não isenta a população de ser atingida pôr essa guerra. Na verdade, não fecham. O que eles sabem é até onde podem ir. Até onde sua afronta lhe permite a permanência e lhe conserva a segurança. A dinâmica desse cotidiano forneceu a eles essa habilidade tão necessária à convivência com os "produtores da criminalidade". Se não são parentes, "ignoram" suas atividades para se protegerem: "se a gente vê o cara fumando ou com a arma da cintura para fazer alguma coisa a gente tem é que fazer vistas grossas e não atrapalhar". Se são parentes, aconselham, oram, se são evangélicos. Rezam, se são católicos ou "fecham" o corpo deles, se são umbandistas. Mas é só o que podem fazer. As mães entregam a uma instância sobrenatural os destinos dos filhos; dos filhos do vizinho, a quem viram nascer e de quem, muitas vezes, quem sabe, foram até parteiras, mas que hoje não se reconhecem mais:

Eu sei que eles usam drogas , mas eu não sei te apontar um. Eu passo no meio deles, vejo um fumando ou cheirando,ou com o revólver na mão, brinco com todo mundo e vou passando. Eles todos me conhecem, mas eu não conheço porque eles cresceram né... (R. Vila CEMIG)

E esse sobrenatural é uma das maiores armas contra o destino mortalmente profético do mundo do crime. E por perceberem isto, os moradores que são evangélicos tentam catequizar os jovens que estão no crime usando um instrumento muito persuasivo: um ex-trafficante, que antes era temido e respeitado pela “malandragem” e que agora é um evangélico. Isto tem um poder muito grande de influência na vida dos jovens, tanto por ser um exemplo vivo de que é possível "mudar de vida", quanto pela facilidade de acesso aos que estão no mundo do crime. Ele conhece as categorias com que os bandidos pensam o mundo. Um dia ele também as utilizou ; conhece seus medos, suas fontes de status, de poder, ainda que agora use outras categorias para pensar "a vida no mundo e a vida depois do mundo"; mundo esse que agora nada mais é do que um lugar de passagem para uma instância incomparavelmente melhor ou pior, dependendo dos nossos atos. Assim, o fato de ter estado com os bandidos no passado lhe dá uma maior legitimidade para criticar as categorias com que a “malandragem” continua pensando o mundo. E esta crítica não se torna uma crítica fútil, que simplesmente retira as bases de sustentação que permitia o trânsito do bandido no mundo do crime. A partir do momento em que se oferece opções de categorias como por exemplo "a orientação de um Deus que não entrega o homem ao seu próprio destino, à sua própria existência"; capaz de livrá-lo dos vícios e da morte profética no mundo do tráfico; capaz de oferecer uma "vida depois da morte"; ou seja, se essas novas categorias para se pensar o mundo são transmitidas por alguém que tinha “status” e poder entre a malandragem (era temido pela

malandragem e, muitas vezes respeitado até pela comunidade, mas que "optou " por transitar pelo mundo usando agora outras categoria), então elas despertam pelo menos uma curiosidade muito grande de experimentar esse outro mundo. E é nessa força persuasiva que muitas igrejas evangélicas apostam para minar a influência de um outro mundo, também muito fascinante para os jovens, que é o mundo do crime, do dinheiro "fácil" do respeito entre a malandragem. Respeito esse que é, inevitavelmente, regado a sangue e extremamente disputado. Quem o tem é "obrigado" a provar o tempo todo que o merece para mantê-lo. Quem não o têm, abre caminho a bala para consegui-lo.

## 9 - A natureza empírica do problema

A partir da década de 70 do século XX acumulou-se uma gama enorme de material muito rico sobre o modo de vida das classes populares. Esses trabalhos, embora heterogêneos, fragmentados e abordando temas diversos, apontam, a nosso ver, para uma necessidade comum a todos os atores que vivem na periferia social: aquilo que se convencionou chamar de “estratégia de sobrevivência”. Tal estratégia se mostra nas mais diversas dimensões. Pode ser expressa nas várias atividades profissionais na tentativa de se inserir no mercado de trabalho; em que se tem uma grande variação de ocupações, como operários, trabalhadores por conta própria e biscateiros, empregadas domésticas e pequenos funcionários públicos, empregados de empresas de serviços as mais diversas e toda a imensa gama de empregos de baixos prestígios e rendimentos.

Essa “estratégia de sobrevivência” para burlar uma realidade de escassez pode se expressar também na busca de uma esperança no “por vir”, baseada na crença de que a felicidade e a glória de uma outra vida após a morte é incomparavelmente melhor do que o sofrimento nesse mundo terreno. E nesse sentido, a religião aparece com um “bote salva-vidas” nesse mar de iniquidades. Presbiterianos, Batistas, Metodistas, Assembleianos, Adventistas, Testemunhas de Jeová, Umbandistas, enfim, não importa o nome do “bote” se ele cumpre a função de nos fazer suportar o mar bravio até a travessia se completar. E é nessa perspectiva que a heterogeneidade entre trabalhadores e bandidos se dilui. Trabalhadores ou criminosos têm que aprender a conviverem com seus “pares”. E nas vilas pesquisadas (Vila CEMIG e Conjunto Esperança), a “estratégia de

sobrevivência” entre os moradores e entre esses e os bandidos começa a tomar contornos já no que diz respeito às relações de vizinhança, em que, contrariando o que muitos estudos da vida social nas periferias diriam, essas parecem ter um teor bem explícito de imparcialidade típica da vida nos centros urbanos. Assim, quando se pergunta “como são as relações de vizinhança ?” a resposta é quase unânime:

*“É boa viu. Por causa do seguinte: aquele vizinho que não combina com os outros, é cada um na sua casa, e ninguém perturba o outro, todo mundo respeita o direito do outro, nessa parte é tranqüilo”.* (C. Presidente da ass. Comunitária do Conj. Esperança)

*“... aqui é assim os vizinhos é cada um na sua casa, cada um na sua, quando encontra é "oi ". Não tem briga, desavença”.* (R.. Conj. Esperança)

*“Para mim até que são boas né, porque eu não dou muita atenção pra vizinho não. Moro nesta rua 8 anos e tem vizinho que mora em frente a minha casa que eu nem conheço...”*  
(P. Vila CEMIG)

Além de mostrar como a vida social se apresenta aos entrevistados, suas falas revelam um conjunto de atributos mobilizados na visão de um tipo de interação. Esses atributos parecem valorizar um tipo de ordem constituída pela superposição de três planos: espacial, social e moral. Espacial porque está implícita a idéia de que o espaço físico de cada um deve ser respeitado; social porque um mínimo de observância desse “respeito” do espaço da propriedade parece ser suficiente para uma “boa relação de vizinhança” e moral porque supõe que o que é moralmente aceitável é exatamente a despreocupação em se saber o que acontece na intimidade de cada um.

Parece, então, que são esses os termos em torno dos quais o discurso da sociabilidade se traduz: o espaço, traduzido na propriedade; o social, expresso na observância desse respeito à propriedade e o moral, implícito no desinteresse no que acontece na vida privada de cada um. Nesse sentido, parece que a supervisão de comportamentos, pelo menos nas vilas pesquisadas, está direcionada para o sentido de assegurar a preservação da intimidade, por um lado, e, por outro, para preservar a segurança contra as ameaças criminosas. Tal segurança viria das “vistas grossas” às ações de alguns atores. JANOWITZ (1976: 9-10)<sup>36</sup> argumenta que uma abordagem normativa do controle social (i.e., auto-regulação da comunidade) não significa necessariamente controle rígido e repressão social. A não-conformidade pode ser tolerada em uma área, contanto que não interfira no alcance de uma meta aceita por todos. Deve-se demonstrar apenas que os moradores de uma área valorizam uma existência relativamente livre da criminalidade.

E quando se pergunta sobre a criminalidade em geral, as representações são muito sintéticas. E, a menos que o entrevistado seja algum tipo de liderança comunitária, essas representações tendem a se resumir em uma ou duas frases. Mas, ao contrário, quando o discurso se transfere da criminalidade em geral para o nível mais concreto da favela, da vizinhança e dos becos que cortam a favela, essa representação amplia-se. É no nível do vivido dos tiroteios e “batidas policiais”, assim como dos constrangimentos impostos pelos bandidos que as avaliações sobre a criminalidade adquirem seu sentido próprio como orientação da vida cotidiana.

---

<sup>36</sup> Cf. BURSIK, 1998. p. 166.

Aqui no conjunto eu não fico sabendo não, mas na Vila CEMIG acontece muito é assalto a ônibus né. Até que assaltar loja parece que o pessoal parou um pouco, que de vez em quando a gente via uma loja arrombada , açougue, supermercado. Mas eles tomaram providência e o que a gente mais vê falar é que há muito assalto no ponto do ônibus, assalto a ônibus, no final do ponto; quando são mais audaciosos levam até dos passageiros. (C.. presidente da associação Com. do Conj. Esperança)

*“Aqui não, mas na Vila CEMIG acontece sempre. Inclusive foi até semana passada eles mataram um cara lá, dizem que ele era estruprador”.* (R.. Conj. Esperança)

*“Assalto tem muito no ponto final do ônibus. Tão até fazendo um abaixo assinado para tirar o ponto dali porque eles roubam de dia”.* (M. Conj. Esperança)

*“Assaltos já apareceu muitos por aí, mas também não conheço; vi falando também que um”.* (Sr. B. presidente da Associação; Vila CEMIG)

Olha, assalto eles faz direto, essa linha de ônibus mesmo é direto. Graças a Deus eu nunca estava no ônibus na hora do assalto, mas normalmente roubam só do trocador. Quanto a arrombamento eu já vi falar de vários; que eles entra na casa e levam vídeo, som, televisão e quando a pessoa chega do serviço a casa está limpa, levaram tudo que podiam carregar. (A. vice-presidente da associação; Vila CEMIG)

Existe, e como eu falei, eles nem esperam a gente sair de casa para roubar não, mandam um menino bater na porta e se a gente abrir eles entram e já vão logo entrando, colocam o revólver na cabeça da gente e levam tudo; vai fazer o que, reagir ? deixa levar, o que importa é a vida, depois, com a ajuda de Deus, a gente compra o que puder. (P. Conj. Esperança)

Três aspectos parecem ficar claros nesses relatos. O primeiro é que, como na grande parte da periferia social, onde se têm problemas com a criminalidade, parece que a

vitimização mais diretamente sofrida pela população que não está envolvida com o tráfico de drogas está relacionada aos crimes contra a propriedade, o que talvez pudesse ser explicado pela dependência química da droga ou por dívidas com traficantes. Isto porque o “mundo do tráfico” não permite a inadimplência. Mas a frequência desse crime parece aumentar consideravelmente quando o proprietário do alvo é uma instância distante da comunidade (como o dono da empresa de ônibus).

Um outro aspecto que salta aos olhos nesse contexto e que já delineia um esboço de estratégia de sobrevivência com os “criminosos” é a preocupação em não se comprometer. Assim, mesmo que a casa arrombada seja a do entrevistado, os bandidos estão diluídos no pronome “eles”; pronome esse que, a primeira vista, parece abarcar todos aqueles estão na “malandragem”, independente de se ser ou não um bandido formado na definição de Zaluar. E o terceiro aspecto é a percepção generalizada do incômodo causado pela criminalidade local, justamente porque essa criminalidade impede o alcance de uma meta comum: o trânsito livre e seguro nas ruas e becos. E mesmo que a guerra seja entre “eles”, a população se vê obrigada a no mínimo recuar para os seus lares em horários determinados por “eles”. Mas “eles” também têm as suas atividades criminosas limitadas pela presença desses atores conformistas, que mesmo de forma tímida, impõem suas presenças ritmadas pelo trabalho honesto, pela tentativa de romper uma estrutura quase que determinante através dos estudos, da religião, ou mesmo dos surtos incipientes de organização comunitária.

Aqui no conjunto mesmo temos as associações onde as vezes acontecem encontros, se a gente não pode levar esses jovens que mexem com a droga, pelo menos pode conversar com eles sem que eles

se sintam ameaçados de ser pegos pela polícia, então pode haver a conversa com eles nesse sentido que eles estão jogando a vida fora né, que a sobrevivência deles é pouca e que eles podem se conscientizar que eles estão num caminho lucrativo porém errado. (C. Vice presid. Da associação Conjunto Esperança)

*“Faz, sabe porque, igual eu não mexia com a igreja católica, agora a gente sempre faz passeata, procissão sempre pedindo paz”.* (R. Conjunto Esperança)

...Eu vim da escola outro dia, pegou eu e ela (a esposa), meteu as armas em nós e mandou eu colocar a mão na cabeça logo e ela (a esposa) falou: não põe não Pedro, cê não tem fé em Deus não ? Em nome de Jesus tem que repreender esse demônio, não põe a mão na cabeça não que ele não é mais do que Deus não. Aí ele gritou assim: faz essa mulher calar a boca senão eu dou um tiro na cara dela aqui, aí vinha descendo umas três mulher que vinha da igreja e eles falaram vai embora, desce correndo e não olha para traz... (P. Conj. Esperança)

*“para adolescente eu sei que tem muita gente cuidado, agora para adulto eu acho que não”.* (M. Conjunto Esperança)

*“Igual a gente tenta dar uma força aí. Eu e o presidente da comunidade do Conjunto Esperança temos andado na delegacia pedindo para a polícia vir mais vezes aqui”* (Sr. B. Presidente. Associação da Vila CEMIG)

Nós conseguimos, em uma reunião da diretoria nova da associação, é bom frisar isto, junto com o pessoal do SIND-UTE e o sindicato dos metalúrgicos, conseguimos um curso de computação, de graça, e conseguimos um curso de supletivo de primeiro grau com 120 horas de computação. São projetos interessantes, porque o cara falava "ah eu não tenho nada para fazer à noite, eu preciso estudar e não tenho como ". Cada um desses cursos oferecia 400 vagas, já é um bom início. Nós

estamos tendo negociações para ver se a gente consegue mais coisas para o ano que vem, mais cursos de pedreiro, pintor. Apesar que o interesse é muito pouco, mas no pé que as coisas estão, por exemplo, se tem 400 vagas, não dá para levar 500 pessoas para lá; então vamos começar com 10, 20 né, esses 10, 20 passam para outros e é por aí. A associação, que é muito ligada à igreja, que chamar a atenção da população para viver em união, respeitar o outro. Temos também um trabalho de prevenção à AIDS. (A. Vice presidente Ass.Vila CEMIG)

*“Esta semana dei uma palestra para os pais de como educar seus filhos, que não basta só dá o que o filho exige, mas que é preciso ensinar valores espirituais; estar com eles; dar bons exemplos. A criança precisa do pai em casa para se identificar”.* (J. Pastor Evang. Vila CEMIG)

E a preocupação em se entender a influência do contexto social no comportamento criminoso não é rara e nem atual. Seja do ponto de vista da estrutura, seja da agência humana, estudos expressivos tentam dar uma resposta à pergunta de “porque alguns indivíduos dão vazão aos seus instintos criminosos”. STARK (1987)<sup>37</sup>, por exemplo, apresentou uma série de proposições teóricas que pode formar a base de uma agenda de pesquisa direcionada à compreensão dos efeitos dos contextos do bairro sobre os processos motivacionais que poderiam levar ao ato delinqüente ou criminoso. Contudo, como estes modelos de estudo requerem uma grande quantidade de dados, ainda não são comuns. Surgiram, no entanto, duas abordagens básicas para a questão dos efeitos contextuais. A primeira integra os registros oficiais do nível individual com as estatísticas agregadas da comunidade ou moradia<sup>38</sup>. Como a existência deste registro individual indica que ocorreu alguma ação oficial penal ou policial com relação ao comportamento

---

<sup>37</sup> Cf. BURSIK, 1998. p. 166.

<sup>38</sup> Cf. BURSIK, 1998. p. 169.

ilegal da pessoa, estes estudos enfocam essencialmente a probabilidade de reincidência dentro de determinados contextos do bairro. Além, é claro, de focar apenas os crimes que foram registrados. As pesquisas indicam que o efeito das sanções da justiça do adolescente sobre a reincidência não é consistente ao longo das comunidades: difere de acordo com a taxa de criminalidade na área e a probabilidade de que o comportamento ilegal dentro daquela comunidade receba tratamento oficial pela polícia e pela justiça penal.

GOTTFREDSON e TAYLOR<sup>38</sup> apresentam evidências de que o contexto do bairro não só apresenta um efeito significativo sobre a probabilidade de reincidência, como também exerce um efeito adicional através de uma interação com as características individuais. Os transgressores com histórico extenso de envolvimento criminoso, por exemplo, tiveram maior probabilidade de serem presos novamente se soltos da prisão em bairros socialmente desorganizados.

A segunda solução de modelo da análise contextual não se restringe à utilização dos registros oficiais em sua caracterização do indivíduo, mas também analisa a estrutura econômica da comunidade. JOHNSTONE (1978)<sup>39</sup> examinou o grau com que a estrutura econômica da comunidade de um jovem afeta a relação entre a condição sócio-econômica da família e a delinqüência; ele observou que os jovens de condição baixa tendem a ser mais delinquentes se suas famílias vivem em comunidades relativamente abastadas do que em comunidades pobres. Shannon<sup>40</sup> coletou dados longitudinais de três *cohorts* de natalidade e examinaram como a dinâmica do bairro modelou a natureza das carreiras

---

<sup>39</sup> Idem. p. 170.

<sup>40</sup>

individuais na delinqüência. Embora ele observasse um grau significativo de variação nos padrões de carreira típicos entre as diferentes comunidades, esses padrões não se relacionaram de maneira consistente com a estrutura e a organização do bairro.

SMICHA-FAGAN e SCHWARTZ<sup>41</sup> coletaram uma grande quantidade de informação a respeito das redes formais e informais de controle dentro de um conjunto de bairros na cidade de Nova Iorque. Não só muitas das diversas dimensões do contexto de bairro continuaram a exercer efeitos significativos sobre a taxa de delinqüência após o controle das características individuais, como Smicha-Fagan e Schwartz forneceram evidências de importantes efeitos indiretos. E o que pretendemos é nos ater na relação estabelecida entre “os indivíduos que não conseguiram (ou aos quais não foram permitidos) barrar esses instintos” e a comunidade na qual estão inseridos (Vila CEMIG e Conjunto Esperança) e, assim, tentar perceber os efeitos recíprocos, não só nos comportamentos, mas nas formas dos moradores “pensarem a criminalidade”.

Uma certa segregação da periferia social favoreceu uma sociabilidade local que distingue essa população das camadas mais abastadas. Assim, se a casa e o apartamento, isolados e auto-suficientes, limitam um espaço social que não é complementado pela vizinhança, na periferia, a vizinhança e o bairro constituem locais privilegiados para a formação de redes de sociabilidade (Cf. DURHAM, 1986). Mas se essa sociabilidade é específica de um extrato social, também é específico desse extrato algumas formas de se pensar abstratamente o crime e a criminalidade. As categorias utilizadas para explicar o comportamento criminoso são frutos de uma convivência muito tensa com o criminoso. Mas mesmo assim, de modo geral, as explicações se parecem com as explicações de qualquer outra classe social. Assim, quando se pergunta “**por que existe um grupo de**

**“pessoas que é bandido e um grupo de pessoas que não é ?”** as respostas variam entre duas dimensões: a “escolha individual” ou a “falta de opção”, que seria traduzida numa criação deficiente e escolha de más companhias, ou na falta de um amparo que deveria ser dado pelo Estado:

Ganância pelo dinheiro, pelo poder de ter carro, mulheres, poder se sentirem fortes e até mesmo a falta de trabalho, a falta de opção para trabalhar, a situação financeira, porque se todo mundo ganhasse bem teria muito poucos marginais. Hoje a família não tem como sobreviver com o salário que tem, porque tá tudo arrojado. E também há muita revolta, porque os nossos governantes colocam pessoas para ajudar a gerenciar onde estas próprias pessoas são os maiores ladrões, e muitos não admitem isto. Por que que o deputado pode roubar e não acontece nada com ele e eu sou preso? Se ele já ganha bem e pode roubar e eu tô ficando na miséria ? Então eu vou roubar também ! Eu acho que se houver uma nova legislação, sem corrupção, acaba um pouco, não acaba tudo, mas pelo menos o exemplo vem de cima. Eu acho que a legislação nossa dá o direito de quem tá lá em cima roubar e quem tá aqui em baixo seguir atrás... (C. Presidente da Associação do Conj. Esperança)

*“Os que trabalham normal tiveram uma sorte de estudar e correr atrás. Agora os que praticam a marginalidade é uma pessoa ignorante, uma pessoa que tenta e não consegue mas não tem a força de vontade e quer "ganhar no mole". (R. Conj. Esperança )*

*“Acho que eles não têm consciência do que eles tão perdendo , acham que a vida do crime é vantajosa, acha que é bonito andar com o revólver na cintura né, falar que ele é o maior, que eles mesmos falam que pessoas que trabalham é bocó, falam um monte de coisas.” (M. Conj. Esperança)*

Porque o seguinte: a pessoa que não é bandido é porque teme a Deus, pessoa que estuda, não tem tempo, apesar que muitos estudante se envolve com coisas que não prestam. Mas tem muitos estudantes que se preocupam com a sua formatura, com o dia de amanhã. E o viciado larga até o estudo, e aproveita que não tem emprego e passa para a ignorância né. Se o filho é solteiro, preocupa com o pai, com a mãe, com os estudos, preocupam em casar. Mas outros que estão na bandidagem já não preocupam com isto. Preocupam é em fazer desordem. (Sr. B. Vila CEMIG)

Parece-nos, então que os entrevistados percebem, ainda que de forma difusa, a relação entre o nível micro e macrossociológico na explicação do comportamento criminoso. Assim, se por um lado existe a “ganância” pelo dinheiro e, com isso, por tudo aquilo que o dinheiro pode dar, existe também a “falta de opção para trabalhar”; se uns tiveram a “sorte” de conseguir fugir de uma estrutura determinante criada pelas deficiências do Estado, outros não tiveram nem “sorte” nem “força” para isso e “preferiram ganhar no mole”. Estariam tão seduzidos pela vida do crime que a preocupação com os “laços sociais espontâneos” tornou-se secundário. Assim, ao procurar respostas para o comportamento criminoso, recorre-se a um “arsenal” de variáveis micro e macrossociológicas que vai desde “a disponibilidade das oportunidades de delinquir” até as instâncias sobrenaturais, como “temer a Deus”:

Eu acho que o elemento que tem uma tendência para ser bandido, em primeiro lugar; ele não tem um apoio governamental muito bom, então o quê que leva ele a ser bandido: ele não tem emprego, o pai tá desempregado, a mãe tá desempregada, o irmão adoce, ele vai levar num posto de saúde, não tem uma consulta, quando tem uma consulta, não tem remédio, né, e quando ele consegue uma receita, ele não tem condições de comprar o remédio, então todo esse lado financeiro leva o

cara a ser bandido. Por que tem cara que pensa assim: meu filho tá doente, eu vim aqui no médico, tô aqui com uma receita para uma doença de auto risco. Aí aparece um elemento que fala "leva um quilo de baseado ali pra mim que eu te dou 500 ". É a solução que ele tá vendo de imediato, o filho dele tá morrendo, né, então ele vai fazer isto mesmo, tem gente que faz, eu particularmente não, você não faz, mas tem gente que faz né, por, eu to precisando de 200, o cara tá me dando 500 em meia hora. Agora, hoje ele leva por quinhentos, amanhã pôr 1000, e depois tá levando por 100 ou 50, porque já foi laçado mesmo pelo pessoal. Então eu acho que esse problema da criminalidade, até desse tráfico mesmo, a culpa é do governo, depois um pouco de culpa é dos pais, que não cuida da família e fica no bar bebendo, arruma um outro tipo de ocupação que não é o de cuidar da família né, mais a principal coisa, eu volto a frisar, teria que ter programa mais a nível governamental, porque esse país nosso é muito rico e esse pessoal recebe imposto toda hora, de todo lugar para implementar esses programas né, eles têm obrigação, como líderes que são, eleitos por nós, de nos dar isto como retorno pela votação que tiveram nas últimas eleições. Porque aquela coisa de "votar que é um direito seu " (...) não é direito porque se você analisar bem você vai ver que você é obrigado a votar. Então eu acho feio um político chegar perto de mim e prometer coisas que eu sei que ele não vai cumprir, por que com o salário que os políticos ganham, com a renda dos empresários, se tirassem 1% da renda deles para fazer um projeto desse a coisa ia melhorar bastante, erradicar não, porque as próprias organizações que deveriam fazer isto não têm interesse. Eu tentei colocar aqui na comunidade um policiamento ostensivo, mas a Polícia Militar disse que não faz mais esse tipo de trabalho, mas saiu um elemento de lá, eleito por nós e não nos deu retorno com relação a segurança até hoje, depois de um ano... (A. Vila CEMIG)

*“Acho que vai muito da criação, vai muito da criação do filho. Por exemplo se você for casado e desde pequeno levar seu filho para a igreja, batizar ele, em qualquer igreja, levar ele sempre naquele caminho, quando ele crescer ele vai andar no bom caminho...”*

(Dna R. Vila CEMIG)

*“Na minha opinião é a pobreza, esse desemprego horroroso que tá aí. Se o cara não tem juízo ele parte para esse lado. Quem tem juízo vê que tá difícil mas ainda tenta o bom caminho, agora que não tem vai roubar”.* (M. A. Vila CEMIG)

Tem-se, por um lado, a dimensão microssociológica de explicação que estaria na esfera privada da “criação familiar” ou da “escolha/inclinação” pessoais. Por outro lado, a dimensão macrosociológica, expressa na dimensão social das interações exteriores ao espaço privado e nas conseqüências cotidianas das decisões políticas. E nessa perspectiva, a dimensão social aparece como uma realidade exterior (as más companhias e os efeitos das decisões políticas como o desemprego, a pobreza, a falta de oportunidade de estudar, etc.) e imutável, contra a qual o indivíduo deve ter a habilidade para burlar, tendo “juízo” ou sabendo fazer “escolhas” corretas nesse mundo frio e impessoal da dimensão social. Na tensão entre o mundo privado (da necessidade) e o mundo social (exterior), a “criação familiar” e as “companhias” aparecem como o “fiel da balança”, capazes de nortear o trajeto nesse mundo social. Isto porque a política, que poderia fazer parte desse leque de opções possíveis, é vista com descrença e, por isso, como uma instância insensível às habilidades individuais.

E esses relatos nos fizeram pensar em como essas categorias, expressas nas falas dos entrevistados, se conectam às estratégias cotidianas de convivência desenvolvidas por moradores e bandidos e, conseqüentemente, às tentativas da comunidade de se auto-regular. E se pensarmos na associação negativa entre as taxas de delinqüência e a capacidade da comunidade de se auto-regular, sugerida por Shaw e Makay, diríamos que comportamento ilegal pode se relacionar a processos ecológicos gerais semelhantes que resultavam na correlação positiva entre distância e composição sócio-econômica dos bairros notada anteriormente por BURGESS (1925)<sup>41</sup> e PARK e BURGESS (1920)<sup>42</sup>. Park e Burgess argumentaram que este padrão (denominado ordem biótica) era resultado

---

<sup>41</sup> Cf. BURSIK e GRASMICK, 1993. p. 6.

<sup>42</sup> Idem.

do conflito entre a liberdade de ocupação e o controle do espaço residencial desejado. A demonstração mais clara destes processos deu-se em BURGESS (1925)<sup>43</sup>, quando ele sugeriu que, para minimizar os custos do investimento, os especuladores estatais que haviam comprado terras em torno do centro comercial antecipando sua eventual expansão investiram a menor quantidade de capital possível na manutenção da propriedade nesta área. Portanto, as áreas imediatamente circunvizinhas ao centro comercial eram as menos atraentes da cidade e, devido à presença de moradias baratas, funcionaram como área residencial típica de grupos étnicos imigrantes. À medida em que estes grupos se assimilavam à estrutura econômica local, presumia-se que eles se mudassem progressivamente para fora, em direção a moradias mais atraentes e caras, o que teria evidenciado a relação entre a composição sócio-econômica de um bairro e sua distância com relação ao centro comercial.

Park e Burgess também argumentaram que um segundo conjunto de dinâmicas (denominado ordem moral), relativo à acomodação dos grupos um ao outro, era interdependente destes processos ecológicos. Acreditou-se que o contato social que iniciou esta acomodação criava "simpatias, preconceitos relações pessoais e morais que modificaram, complexificaram e controlaram a competição" e se refletiria nas normas, valores e crenças da área. Devido a esta dinâmica, os bairros foram considerados resultado do movimento seletivo das populações para as comunidades locais associadas a grupos econômicos, culturais ou ocupacionais específicos (BURGESS, 1925)<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> Cf. BURSIK e GRASMICK, 1993. p. 6.

Como demonstra a introdução da sua primeira grande monografia sobre as comunidades, a investigação de Shaw e McKay foi guiada por esta orientação desde o início (SHAW et al., 1929: 4-5)<sup>45</sup>. Contudo, e novamente baseando-se no trabalho de Park e Burgess, eles não propuseram que a composição sócio-econômica de uma comunidade exercia um efeito simples e direto sobre a taxa de delinqüência. Burgess (1925: 58-61)<sup>46</sup> argumentou que a taxa de mobilidade implicada por esta dinâmica urbana era "talvez o melhor índice do estado do metabolismo da cidade", uma vez que os efeitos dos controles grupais primários sobre o comportamento são provavelmente mais fracos e as pessoas são mais propensas a se confundirem sobre a ordem moral local onde a mobilidade é maior. Assim, o conceito de mobilidade tem duas conotações no modelo de Park e Burgess. A primeira reflete a noção tradicional do movimento espacial da população de moradores, enquanto a segunda se refere ao grau em que a heterogeneidade da comunidade (especialmente em termos da composição racial e étnica) pode produzir ordens morais conflituosas (PARK, 1926)<sup>47</sup>.

Baseando-se neste contexto intelectual, Shaw e McKay propuseram que os níveis de mobilidade e heterogeneidade residencial em uma comunidade são função de sua composição econômica. Esperava-se, por sua vez, que altos níveis de mobilidade e heterogeneidade reduzissem a capacidade da ordem moral e do controle grupal primário regular o comportamento dos moradores de um bairro, o que resultaria em altas taxas de delinqüência. Portanto, a característica da comunidade mais fortemente relacionada ao controle da criminalidade seria a sua capacidade de exercer esta regulação. Shaw e

---

<sup>45</sup> Idem. p. 10.

<sup>46</sup> Cf. BURSİK e GRASMICK, 1995. p. 109.

<sup>47</sup> Cf. BURSİK e GRASMICK, 1995. p. 109.

McKay foram, neste ponto, bastante influenciados pela discussão sobre a "desorganização social" apresentada por THOMAS e ZNANIECKI (1920)<sup>48</sup>, cujo trabalho também exerceu grande influência sobre a concepção de Park e Burgess de ordem moral.

Embora alguns problemas de interação sejam muito específico do país que Shaw e Mackay examinaram, como por exemplo a questão de um conflito racial mais acirrado existente nos Estados Unidos, isto nos fez pensar em como esse arcabouço poderia nos ajudar a pensar não só a relação de rivalidade entre os bandidos de duas comunidades próximas (Conjunto Esperança e Vila CEMIG) como também a percepção generalizada dos moradores da comunidade mais antiga (Vila CEMIG) de um aumento na frequência de comportamentos criminosos após a remoção de uma comunidade inteira para as proximidades.

Sabemos que a comunidade do Conjunto Esperança é composta de várias famílias que moravam em uma área de risco (antigo lixão localizado no bairro Esplanada). Famílias que, através de um movimento social organizado, conseguiram pressionar o então prefeito de Belo Horizonte Patrus Ananias, que construiu o Conjunto Esperança próximo à já existente Vila CEMIG.

Contudo, um efeito não esperado desse marco na história de uma administração municipal (a remoção de uma comunidade inteira) aparece nos relatos dos moradores:

---

<sup>48</sup> Idem. p. 109.

Eu gosto daqui, apesar do índice de violência aqui, mas eu gosto do local, não tem nada haver em descaracterizar o local. Eu me adaptei bem, o local é bom. Mas a única coisa triste é a violência, que transformou aqui por causa da nossa mudança e a guerra de *gangs* ente o Conjunto esperança e a Vila CEMIG. (C. Conj. Esperança)

*“O que tem é os meninos daqui contra o pessoal da Vila CEMIG”* (M. Conj. Esperança)

O problema aqui é a briga de *gangs* da turma do conjunto Esperança contra a turma da Vila CEMIG... no conjunto Esperança tem uma turma que é contra a turma daqui da Vila CEMIG, então fica naquela sabe! igual tem surgido muitos crimes aí por causa disso, campo de droga, baseado no campo da droga, um quer comandar o campo e daí vem esses crimes, são os camaradas que vivem no mundo da droga. Mas ainda bem que não tem nada a ver com os moradores, a briga é entre eles mesmos. (P. Vila CEMIG)

Eu gosto daqui só que ultimamente tá horrível se morar aqui por causa da violência, do crime, que antes não tinha, era raro ouvir falar de crime, mas agora tá demais, tem semana que morre de 4 a 5. Mas, assim, não envolve a gente, mas a gente tem filho. Igual eu estudo e chego em casa onze e meia da noite, chego morrendo de medo, mas graças a Deus nunca me aconteceu nada, nunca vi nada anormal. O problema do crime ocorre mais entre eles mesmo. O que eu tenho mais medo é da criminalidade ; porque eu tenho um rapaz, uma moça, um outro menino com doze anos e outro com nove, e você não consegue controlar um jovem dentro de casa. Porque por exemplo se eu tiver passando em um lugar e tem ma briga, eu passo e vou embora, mas o jovem não. Ele quer parar e ver o que está acontecendo...aqui tem o problema de *gangs*, a daqui não aceita que a de lá vem aqui e nem a daqui não aceita que a de lá vem aqui. Antes não tinha perigo nenhum, as pessoas conversavam na porta de casa, nas ruas , mas agora é assim, chegou à noite é portas fechadas, portão fechado. Quem vem do ônibus vem correndo para chegar em casa, vem voando para chegar em casa. Até festa agente tem medo de fazer aqui. (M.A. Vila CEMIG)

Tem essa rivalidade entre a vila CEMIG e o conjunto esperança, a gente vê falar muito sobre essa matança entre eles, mas é uma coisa que eu não posso detalhar muito por não ter tempo de observar e também para a minha própria segurança; porque se a gente vê o cara fumando ou com a arma da cintura para fazer alguma coisa a gente tem é que fazer vistas grossas e não atrapalhar. (A.Vice-presidente da associação da Vila CEMIG)

Tem. Porque aqui é Vila CEMIG e lá é o Conjunto Esperança. Aí uma briga com a outra sabe, as pessoas daqui da vila não vai lá e as pessoas de lá passam aqui dentro mas tem que passar direto e ir para o conjunto, porque se parar e ficar por aqui dá briga; tem que passar direto. As pessoas daqui não vai lá de jeito nenhum, nem em festa, mesmo se tiver policiamento, ninguém daqui vai lá. (P. Vila CEMIG)

Não, eu sinceramente não posso te informar não porque eu chego do meu serviço à noite e fico dentro de casa. Nem em casa de vizinho eu vou. Saio de manhã para o serviço chego à noite, tomo o meu banho e fico em casa. Ele (o presidente da associação comunitária) arrumou escola pra gente estudar à noite, e nem na escola eu tô podendo ir para não passar naquele beco. Eu vim da escola outro dia, pegou eu e ela ( a esposa ), meteu as armas em nós e mandou eu colocar a mão na cabeça logo e ela ( a esposa ) falou: não põe não Pedro, cê não tem fé em Deus não ? Em nome de Jesus tem que repreender esse demônio, não põe a mão na cabeça não que ele não é mais do que Deus não. Aí ele gritou assim: faz essa mulher calar a boca senão eu dou um tiro na cara dela aqui, aí vinha descendo umas três mulher que vinha da igreja e eles falaram vai embora, desce correndo e não olha para traz.(P. Conj. Esperança)

Eu acho bom aqui, igual, eu fim do interior para cá então se for para voltar para lá eu não quero. Mas o problema maior é a violência. Mas se for jovem é muito perigoso, o meu sobrinho mesmo veio aqui e eu nem deixei ele sair de casa, porque se descer lá no Conjunto é perigoso não voltar né, por causa da violência. (M. Vila CEMIG)

Como todos os entrevistados expressão opiniões semelhantes, cremos que apenas esses relatos são suficientes para observarmos que existe uma percepção generalizada (das comunidades da Vila CEMIG e Conjunto esperança) de que o aumento da frequência de comportamentos criminosos nos últimos dois anos se deve não só ao tráfico de drogas, mas principalmente à rivalidade entre bandidos da Vila CEMIG e Conjunto Esperança. E embora concordem que “a guerra é entre eles”, não se arriscam a sair das “trincheiras” de suas casas ou de seus bairros em determinados horários.

Não sabemos se essa rivalidade se deva às dinâmicas relativas à acomodação da comunidade do Conjunto Esperança que, ao ser removida para o local, teria criado simpatias, preconceitos e modificou relações pessoais e morais no processo de interação com os membros da Vila CEMIG; ou seja, não sabemos se poderíamos afirmar que uma “ordem moral” existente até então nas duas comunidades, interdependente dos processos ecológicos, sofreu modificações. Talvez essa “ordem moral”, que complexifica e controla a competição, e que se reflete em normas, valores e crenças de uma comunidade específica seja o “cimento” de uma rivalidade maior que se traduz na rivalidade entre as *gangs*. Mas dois fatos parecem saltar aos olhos: o consenso de que a criminalidade aumentou após a chegada do Conjunto Esperança e a noção de defesa de território expressa nessas falas. Assim, se o entrevistado é um membro do Conjunto Esperança, então os bandidos são os “meninos” daqui, enquanto que os bandidos da Vila CEMIG são o “pessoal” de lá; numa clara demonstração de “afetividade” para com os bandidos de sua área. E se todos concordam que a guerra é entre “eles”, também concordam que não estão isentos de serem atingidos. Fisicamente ou simbolicamente, eles sabem que são vulneráveis à essa rivalidade e tentam assim minimizar os efeitos com suas presenças.

Isto porque não podem ou não querem sair local. Apesar da criminalidade, nenhum dos entrevistados manifestou o desejo de mudar de bairro, a menos que tivesse algum parente envolvido com os traficantes. Assim, parece que a “ordem moral”, relativa a acomodação de um grupo (Conjunto Esperança) ao outro (Vila CEMIG) é interdependente de um processo ecológico. O contato social, que iniciou-se com essa acomodação, parece ter criado simpatias, preconceitos e toda uma gama de relações interpessoais que controlam todo o processo posterior de controle social e de estratégias de sobrevivência não só entre as duas comunidades, como dentro de cada comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se pensa em discutir “comportamento criminoso”, principalmente na atualidade, é preciso se “policar” para não cair nas generalizações de senso comum associadas ao tema como: “o aumento da criminalidade tornou a vida em sociedade insustentável”; “o aumento do desemprego causou o aumento da criminalidade”; “os criminosos têm uma inteligência acima da média”. Poderíamos fazer uma lista interminável de “jargões” para descrever as supostas causas e efeitos do comportamento criminoso. E embora todos eles pudessem expressar a nossa percepção do aumento da frequência do comportamento criminoso, nem sempre expressariam um aumento real desse comportamento no cotidiano das pessoas. E se pensarmos nos dados oficiais para recriarmos nossos “jargões”, talvez também não iríamos muito além do que expressar um medo difuso desse aumento real. Isto porque a própria necessidade da produção de determinados dados poderia ter surgido do medo que o aumento do comportamento tem causado e, conseqüentemente, a vigilância sobre ele é que aumentou.

Assim, uma questão que nos parece pertinente é saber o quão perturbador o comportamento criminoso pode ser e em que medida ele pode ser aceitável. Sabemos que a rigidez com que se julga o comportamento criminoso varia através do espectro social e pode ser mais ou menos aceitável de acordo com as circunstâncias. E temos razões para

crer que a percepção de aumento da frequência do comportamento criminoso reflita muito mais o medo do que um aumento real do comportamento criminoso<sup>49</sup>.

Segundo BRETAS (1995), grande parte das estatísticas policiais de meados do século passado expressava muito mais as preocupações das elites do que fontes onde os intelectuais iam localizar as verdadeiras causas da criminalidade. As estatísticas mostravam muito mais o temor das elites que controlavam a polícia do que o que acontecia nas ruas das cidades.

Embora as agências encarregadas de impor a ordem tenham conseguido uma certa autonomia política e um caráter de profissionalismo, ainda hoje, às portas do século XXI, temos percepções muito “produzidas” do comportamento criminoso. Nesse sentido, o que tentamos mostrar nesse trabalho é que o crime é um fenômeno normal e cotidiano como qualquer fenômeno que emana das organizações sociais. E para tanto, baseamos em Quetélet e Durkheim, já que ambos defendem essa posição. Mas contrário a Durkheim, Quetélet sustenta que o comportamento criminoso pode ser totalmente eliminado através da propagação das virtudes do HOMEM MÉDIO. Durkheim não acha que o crime possa e nem que deva ser eliminado, visto que o ritual punitivo do crime é que re-alimenta a consciência coletiva. E a normalidade do crime viria, neste caso, de uma quantidade esperada para cada estágio de desenvolvimento de organização social.

Posteriormente, tentamos discutir o fato de que o crime sempre foi algo muito cotidiano, na tentativa de desmitificar idéias do criminoso enquanto alguém ousado, com uma inteligência acima da média, que se expressaria nos crimes cinematográficos. Ao

---

<sup>49</sup> Todos os entrevistados (27) acharam que o crime aumentou nos últimos dois anos, mas apenas 6 já haviam sido, visto ou conhecido alguém que foi assaltado .

contrário, os crimes ousados e hollywoodianos são apenas uma pequena parcela do total de crimes cometidos em todo mundo (FELSON, 1997). Isto porque a grande maioria de crimes não necessita de nenhuma mão-de-obra tão especializada assim.

Tentamos mostrar também que não há porque supor que o comportamento criminoso viria da necessidade de sobrevivência do ator criminoso. Não existe nenhuma base empírica que justifique associar o comportamento criminoso com as chamadas "classes perigosas" do ponto de vista causal, visto que esta associação não explica, por exemplo, o fato de que a grande maioria dos indivíduos da classe baixa não só optam pelo comportamento conformista, como até repudia o comportamento criminoso.

Mas se variáveis como "uma capacidade diferenciada", "inteligência" e "pobreza" são insuficientes para se entender o comportamento criminoso, quem sabe a teoria da Desorganização social, tal qual definida por Shaw e Mckay, possa nos ajudar a entender o fenômeno e, conseqüentemente, nos ajudar também a perceber como se dá a relação entre os "produtores da criminalidade" e a população em duas comunidades específicas.

Retomamos então a discussão da "produção de percepções do real" e tentamos mostrar que no Brasil, tanto as favelas quanto à identidade de "favelado" sempre dependeram das ideologias que, desde a década de 40 do século passado, norteavam as políticas públicas direcionadas a eles. E que se as políticas públicas, precariamente ou não, "resolviam" o problema da falta de estrutura urbana nas favelas. é porque se valia da lógica da cooptação de lideranças ou usavam tais serviços como moeda de troca no período de abertura política. Mas uma outra atividade dos "produtores da criminalidade", surgida na década de 80, iria redefinir a construção da identidade das favelas nos moldes da década

de 40 do século passado como sendo o covil de bandidos. O tráfico de cocaína iria deixar exposto o "braço mais fraco" do tráfico: os traficantes das favelas. Esses, embora sejam os mais vulneráveis na hierarquia, também são os que mais influenciam e têm o seu cotidiano influenciado na interação com os moradores das favelas, criando uma "obrigação recíproca" de desenvolvimento de "estratégias de sobrevivência".

Deixando as ideologias que norteiam as políticas públicas nas favelas, adentramos nesse mundo de relações sociais ambíguas e tentamos fazer uma descrição física e social da Vila CEMIG e Conjunto Esperança. Percebemos a dinâmica dessas estratégias nas habilidades cognitivas dos moradores em "teorizarem sobre o comportamento criminoso"; habilidades essas que só podem ser entendidas sociologicamente, como uma interação cotidiana entre atores que constroem um "saber comum" sobre o comportamento dito "criminoso".

Essas atitudes e comportamentos, embora possam parecer diferentes das atitudes e comportamento daqueles que não têm que dividir um cotidiano com os "bandidos", possuem a mesma origem: a interação cotidiana de diferentes atores, que produz o "cimento" moderador da convivência de atores diferentes em um mesmo espaço físico e social. Mas se a finalidade dessas estratégias é possibilitar a convivência, isto não significa que tal convivência não se dê de forma tensa e traumática. Nesse sentido, tentamos discutir os efeitos do convívio entre moradores e produtores da criminalidade à luz da TEORIA DA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL, principalmente a partir de algumas de suas reformulações, para percebermos que tanto o cotidiano dos moradores é profundamente alterado com a presença desses atores (os produtores da criminalidade), quanto às atividades desses são limitadas pela presença daqueles. Tentamos mostrar

então que, se a análise sistêmica da Teoria da Desorganização Social poderia fornecer instrumentos para se pensar as possibilidades de controle social comunitário na vila CEMIG e Conjunto Esperança, esses instrumentos são bastante limitados pelas próprias “estratégias de sobrevivência” criadas coletivamente entre moradores e entre moradores e bandidos.

Assim, com a inexistência de uma “moral” mais abrangente, (geralmente proveniente não só do sistema político mas de toda a esfera que os moradores percebem como “o mundo social externo”) que forneça um “cimento” para os comportamentos tidos como aceitáveis, moradores e bandidos tentam criar um mundo social mais ou menos “previsível”, no qual, sem perceberem de maneira clara, constroem uma habilidade cognitiva de convivência; no qual se é possível perceber não só que a “guerra é entre eles” (os bandidos), mas que também ninguém está totalmente imune à ela a ponto de poder sair de suas “trincheiras” quando bem quer. Constrói-se socialmente uma habilidade cognitiva que, se por um lado, deixa claro o temor da população em relação às atividades dos bandidos, por outro, deixa claro para os bandidos que um mínimo de previsibilidade é necessária para que haja vida social, previsibilidade essa que seria minada caso o medo dos moradores fosse maior que a descrença nas outras “saídas” possíveis: o sistema jurídico e político. Nesse sentido, embora não de forma racionalmente premeditada, parece que os bandidos conseguem (usando estratégias variadas, que vão desde atividades assistencialistas, como no caso de algumas favelas do Rio de Janeiro, até a simples preocupação em conquistar um mínimo de “imparcialidade” da comunidade através da preocupação em não exercer suas atividades de forma tão explícita) “transitar” no mundo social das comunidades da Vila CEMIG e Conjunto

Esperança, de forma a não tencionar excessivamente o ponto entre o medo (da população) e o poder (dos bandidos), pois é esse equilíbrio (que estaria na percepção de que a “guerra é entre eles”, mas que ninguém está imune a ela) é que promove a previsibilidade tão necessária à ordem social nessas comunidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFRED, Blumstein; JOAN, Petersilia. **Investing in criminal justice reserch**. In: Crime. WILSON, Q. James, PETERSILIA, Joan (eds). San Francisco: Califórnia, ICS Press, 1995.

BEIRNE, P. Adolphe Quetélet and the origins of positivist criminology. In: **American Journal of Sociology**, vol. 92, nº 5. 1987.

BRANT, V. C. **São Paulo: Trabalhar e Viver**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **O trabalho encarcerado**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

BRETAS, M. **A guerra das ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro**. In: Um Século de Favela. Rio de Janeiro: G.Vargas Zaluar e Alvito (org.), 1998.

BURSICK, Robert Jr. **Social disorganization and theories of crime and delinquency: problems and Prospects**. In: The Criminology Theory Reader, Stuart Henry and Werner Einstadter (Eds). Ed. New York Universty Press, 1998.

BURSICK, Robert J. GRASMICK, Harold, G. **Neighborhoods and crime: The Dimensions of Effective Community Control**. Lexington Books, 1993.

\_\_\_\_\_. **Neighborhood-Based networks and the control of crime and delinquency**. In: Crime & Society. Hugh D Barlon(ed.), Westview Press, 1995.

COULON, A. **A escola de chicago**. São Paulo: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. **Etnometodologia**. Petrópoles: Vozes, 1995.

DURHAM, Eunice R. **A sociedade vista da periferia**. In: R.B.C.S. nº1, vol. 1, 1986.

DURKHEIM, E. **O suicídio**. Lisboa: Presença, 1987.

\_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FELSON, M. **Crime and everyday life: insights and implications for society**. Oaks, Pine Forge, 1997.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, POLÍCIA MILITAR, UFMG; **Criminalidade violenta em Minas Gerais**. 1986-1997.

JANE, Souto de Oliveira; MACIER, Maria Hortense. **A palavra é favela**. In: Um Século de Favela. Rio de Janeiro: G. Vargas; Zaluar e Alvito (org.), 1998.

LEEDS, Elizabeth. **Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: Ameaça à democratização em nível local**. In: Um Século de Favela, Rio de Janeiro: G. Vargas Zaluar e Alvito(org.), 1998.

MERTON, R. **Estrutura social e anomia**. In: Teoria Social e Estrutura Social, São Paulo: Mestre Jou, 1968.

PAIXÃO, A. L. **Crimes e Criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978**. In: Crime violência e Poder, PINHEIRO, Paulo S. (org). São Paulo: Brasiliense, 1983.

PAIXÃO, A. L.; FILHO, Cláudio Chaves Beato. Crimes, vítimas e policiais. In **Revista de sociologia da USP Tempo Social**. Maio, vol. 9, nº1, 1997.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POMPERMAYER, Malori J. **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergências e Perspectivas**. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

REISS, A. ROTH, J. **Expanding the limits of understanding and control**. In: Understanding and Preventing Violence, Washington N. A. Press, 1993.

REZENDE, M; AZEVEDO, S. **Cidade, poder público e movimento de favelados.** In: Movimentos Sociais em Minas Gerais: emergência e Perspectivas, POMPERMAYER, Malori J. (org). BELO HORIZONTE: UFMG, 1987.

SAMPSON, Robert, J. **The community.** In: Crime; WILSON, Q. James, PETERSILIA, Joan (eds). San Francisco, Califórnia, ICS Press, 1995.

SOMARRIBA, Maria.M; AFONSO, M. Rezende (1987); **Movimentos urbanos e ESTADO.** In: Movimentos Sociais em Minas Gerais: emergência e Perspectivas, POMPERMAYER, Malori J. (org). Minas Gerais: Ed.UFMG.

VELHO, Gilberto. **Memória, identidade e projeto.** In: Projeto e Metamorfose, Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WILSON, J. **Thing about crime.** New York: Vintage Books, 1985.

ZALUAR, A. **Crime, medo e política.** In: Um Século de Favela. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, Zaluar e Alvito (org.), 1998.

\_\_\_\_\_. **A máquina e a revolta.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

## ANEXO

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

1-Explicar o motivo da entrevista e qual o objetivo.

2-Dados pessoais

- casado(a), solteiro(a), vive com alguém?
- Onde morava antes e por quanto tempo morou ?
- Há quanto tempo mora no bairro?
- Trabalha fora e, se sim, há quanto tempo?

3- O que você acha da vida aqui no bairro ?

- Quais são os pontos positivos e negativos de se morar aqui? Isto é, o que você considera o maior problema, o que mais incomoda?
- **Drogas** – existem grupos de adolescentes nas ruas ou pessoas nas esquinas vendendo ou usando drogas?
- **Vandalismo** – existem crianças ou adolescentes quebrando janelas ou pichadores?
- **Barulho** - A vizinhança é barulhenta, pessoas que tocam músicas em volume exagerado altas horas da noite ou barulho de brigas nos bares da redondeza?

- **Gangs** - existe atividade de *gangs*?
- **Abandono** – construções e (ou) veículos abandonados, casas vazias?
- **Bebidas** - pessoas que bebem em lugares públicos, como esquinas de ruas?
- **Desordem** - sujeiras espalhadas pelas ruas, no passeio ou em lotes vagos?
- **Prostituição** - prostitutas andando nas ruas ou fazendo pontos nas esquinas?
- **Lixo** - os moradores limpam adequadamente a área, ensacam o lixo, existe um serviço de coleta de lixo?

4 - Como são as relações de vizinhança ?

5 - Falar do comentário que se tem feito sobre a criminalidade no Brasil e no mundo.

5.1 - Existem casos de delitos (assaltos, arrombamentos, estupros) aqui no bairro?

6 - Nos últimos 2 a 3 anos a criminalidade aumentou, diminuiu ou se manteve constante?

6.1 - Já foi vítima de assalto nesses últimos 2 ou 3 anos.

- Já viu alguém ser assaltado?
- Conhece alguém que já foi assaltado?
- Algum parente ou amigo já foi assaltado?

7 - E nesse mesmo período a polícia tem agido mais intensamente, menos intensamente ou da mesma forma que sempre agiu?

8 - Existe alguma iniciativa, dentro do bairro, para amenizar a criminalidade?

9 - Quem você acha que são os responsáveis (ou o responsável) pela criminalidade?

10 - Na sua opinião, por que existe um grupo de pessoas que são criminosas e um outro grupo de pessoas que não são criminosas?